

KEIDES BATISTA VICENTE

**RETRATOS DE GOIÁS:
memórias de ex-militantes estudantis goianos
sobre a década de 1960**

INSTITUTO DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

KEIDES BATISTA VICENTE

**RETRATOS DE GOIÁS:
memórias de ex-militantes estudantis goianos
sobre a década de 1960**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Jacy Alves de Seixas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
2006

Dissertação submetida à comissão examinadora designada para avaliação como requisito para a obtenção do grau de mestre em História.

Uberlândia, de de 2006

BANCA EXAMINADORA:

Professora doutora Jacy Alves de Seixas (Orientadora)

Professor doutor Antônio de Almeida
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Professora doutora Eliane Martins Freitas
Universidade Federal de Goiás (UFG)

*À minha mãe — Enedina,
exemplo de força e fé.*

AGRADECIMENTOS

Neste momento de finalização do trabalho e de uma etapa, direciono palavras sinceras de agradecimento a pessoas que muito contribuíram, diretamente ou não, para a felicidade que agora me toma. Espero que, nas próximas linhas, nomes não sejam esquecidos; no entanto, ciente das armadilhas da memória, peço desculpas por causa de eventuais esquecimentos e reitero o agradecimento sincero pelas contribuições recebidas ao longo dos anos de estudo e dedicação.

De início, volto meu agradecimento aos meus queridos “velhinhos” — Enedina e João; apesar das dificuldades, conseguiram transpô-las com seriedade, confiança e respeito — e esperam, com um misto de lágrimas e sorriso, a finalização deste trabalho. Meu agradecimento se estende ainda a meus familiares: irmãos, tios, avó, primos e primas, que torceram e compreenderam minha ausência freqüente.

Não poderia esquecer de agradecer as pessoas que, de forma generosa e paciente, abriram portas para o conhecimento, as experiências e as conquistas. Entre elas, estão ex-professoras e amigas: Adriana de Oliveira, Neuza Vaz, Kelly Lima, Laila Porto e Eliane Cavalcante.

Meu agradecimento especial vai para os professores do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás (UCG)/campus de Catalão, que me conduziram ao saber histórico — grandes profissionais e indivíduos; ao professor Cláudio Maia, pela contribuição no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em Goiânia; ao professor José Eustáquio, pelas conversas em ônibus, rodoviárias e corredores; aos professores Valdeci Borges, Regma dos Santos e Julio Bentivoglio, pelas palavras de incentivo e indicações de leituras; em especial, aos professores Ismar da Costa, Márcia dos Santos e Eliane Martins, pela leitura dos originais e pela amizade sincera.

Também agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU): em especial, à minha orientadora, professora Jacy Alves de Seixas, pela paciência e por fazer despertar em mim o interesse pelo estudo sobre *memórias*; Antonio Almeida e Maria de Fátima Ramos de Almeida, pela participação na banca do exame de qualificação e pela orientação intelectual — de inestimável valor ao direcionamento e à finalização da pesquisa.

Agradeço ainda a todos que colaboraram diretamente para a pesquisa: professora Terezinha Duarte, que gentilmente disponibilizou os *Cadernos de entrevistas*; os entrevistados, que concederam tempo e dividiram suas memórias: senhor Waldomiro Dias, o Mirim; Aldo Arantes; Euler Ivo e Pedro Wilson; ao senhor Edmo e ao professor Flávio, que entrevistaram e possibilitaram a realização de algumas entrevistas.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas do mestrado: novos amigos conquistados de inenarrável importância para minha formação acadêmica e individual; a Carmem, pela generosidade; a Vivian Cristiany, pelo companheirismo; ao Gilberto, pelas indicações. Aos que me acolheram de forma generosa e confiante, fazendo de seus lares um pedacinho do meu: em Catalão, Márcia Rejane, Dulceria Tartuci, Fabiana e Sirlene Rosa; em Goiânia, Maria Elias; em Uberlândia, Cristiane e Carmem. Aos colegas de graduação que, infelizmente, não conseguiram continuar a busca pelo conhecimento acadêmico e que, em nossos restritos encontros, procuraram, de forma atenciosa, informações sobre este trabalho e proferiram palavras de apreço e estima.

Não poderia deixar de mencionar meu agradecimento sincero a várias outras pessoas: Marilena Julimar, Rubislei Sabino, Marcelo Benfica, Enival Mamede, Ruth Tavares, Ubiratan Galli — estimáveis companheiros e intelectuais; Eder, pelo sorriso carinhoso e pela espera após longos e exaustivos dias de estudo e viagens; Bernardo, fiel companheiro de noites de estudo; Erica, Denise, Gilvania, Eny, Dália, Luciene e Elissandra: grandes incentivadoras; Esio Bento, Marilene, Geovany, Adriana, Nelson Donizete, Íris, Lucimar, Tânia, Marly, Rogério, Baltazar e Alexandre, por compreenderem minha ausência. E ao Edinan, pela preparação/revisão do texto e tradução do resumo.

Enfim, na tentativa de não ser imprecisa com uso de nomes e ações, agradeço a todos que procuraram compreender o processo de reclusão e distanciamento das relações cotidianas em que me mantive nos últimos anos. Agradeço ainda a todos que respeitaram e aceitaram minhas indagações nesta pesquisa, o caminho percorrido e os resultados obtidos.

RESUMO

No início da década de 1990, o movimento estudantil goiano é retomado com a publicação das memórias de ex-líderes no período de atuação — anos de 1960 — e agentes políticos partidários no presente de rememoração — anos de 1990. Entrevistas feitas por pesquisadores do Departamento de História da Universidade Católica de Goiás (UCG), sob coordenação de um professor do departamento e ex-militante estudantil na década de 1980, expõem as memórias reconstruídas de ex-militantes estudantis que atuaram em Goiânia; noutro momento, dois ex-militantes estudantis homenageiam o irmão político desaparecido na ditadura militar com livro que traz entrevistas feitas por eles com ex-militantes. Os relatos selecionados e narrados denotam caráter político de reavaliação do passado vivido segundo o interesse em construir uma auto-imagem da militância e da responsabilidade política viabilizadas pela participação estudantil. O tempo de rememoração é permeado por rediscussões políticas de âmbito nacional, com a reorganização estudantil no movimento conhecido como “Caras-pintadas”, contrário ao então presidente Fernando Collor, e a exibição, pela Rede Globo, do seriado denominado Anos rebeldes, sobre a ação dos jovens na ditadura militar. No panorama mundial, o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a queda do muro de Berlim (1989) também direcionam uma busca de identidade estudantil e política, ameaçada por novas imagens do movimento estudantil e pelo descrédito nas propostas socialistas que impulsionaram os movimentos sociais no Brasil no regime militar. Assim, as imagens selecionadas pelas memórias dos ex-militantes se voltam à ação dos estudantes — passeatas, manifestações, tomadas de decisão — e à atribuição de significados à condição de militante estudantil — heróis e representantes da sociedade, justificados pela consciência estudantil nos anos de 1960.

Palavras-chave: movimento estudantil, ditadura militar, presente de rememoração.

ABSTRACT

In the early 1990s, the student movement in the State of Goiás was retaken with the publishing of former movement leaders memories, focusing on the period of action (the 1960s), and of political agents in the present of remembering (the 1990s). Firstly, interviews made by researchers from the Universidade Federal de Goiás History Department under the guidance of one of its professors (he himself a student militant in the 1980s) brought to light the rebuilt memories of former student militants who acted in the city of Goiânia. Secondly, two former student militants published a book with interviews with former militants to paid homage to their brother that disappeared during the military government. The accounts reveal a re-evaluation of these former student militants past according to the interest in rebuilding their own image of the militancy and of the political responsibility regarding the students action. The setting of remembering includes political discussions in the national sphere dealing with the student reorganization in the so-called movement “Caras pintadas” (“painted faces”) contrary to the Brazilian president at the time Fernando Collor and the transmission by Rede Globo of the soap opera *Anos rebeldes*, on the youth action during the military government in Brazil. Besides, the end of the Union of Soviet Socialist Republics (URSS) and the fall of Berlin Wall, in 1989, gave directions to the search of a student and political identity, menaced by new images of the student movement and the Socialist propositions discredit, which stimulated social movements during the military regime. In this regard, the images revealed by the former militants memories focus on the students’ action — demonstrations and decision making — and the attribution of meaning to the condition of being a student militant — heroes and society representatives, justified by the student consciousness in the 1960s.

Key words: student movement, military regime, present of remembering.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1	
FONTES HISTORIOGRÁFICAS E SUAS ARMADILHAS: CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO SOCIAL GOIANO NOS ANOS DE 1990	21
1.1 As fontes em questão	21
1.2 Imaginário social em Goiás	32
Capítulo 2	
CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS E IMAGENS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL GOIANO	36
2.1 Identidade — discussões atuais	37
2.2 Ser militante estudantil	39
2.3 Militância em Goiás	48
2.4 Imagens do movimento estudantil goiano	54
2.5 Edson Luís e Ornalino Cândido: heróis da resistência	58
2.6 O <i>Quarto Poder</i> : vanguarda e messianismo político	67
2.7 Tudo é político: aspectos político-culturais das mobilizações estudantis	73
2.8 Golpe de 1964: imagens silenciosas	81
Capítulo 3	
ESPAÇOS DA MEMÓRIA: ORGANIZAÇÃO DA MILITÂNCIA	84
3.1 Rua e praça: espaços de mobilização	85
Considerações finais	103
Fontes de pesquisas	106
Referências bibliográficas	108

Introdução

Com a abertura política¹ e o retorno dos exilados pelo regime militar ao Brasil, tem início um processo de articulação de memórias e representações desse período (1964–85) traduzido numa produção significativa de livros, filmes, peças, fotografias e pesquisas acadêmicas, dentre outras manifestações, com disputas de relatos entre militares e militantes de esquerda envolvidos nesse processo. Reconhecemos a produção bibliográfica, cinematográfica ou teatral para rememorar o passado como disputa de memória entre militares e militantes, que promove debates entre essas produções e uma busca constante por uma *verdade* necessária à conservação/criação da imagem do grupo a que esses envolvidos pertenceram ou pertencem e mesmo à sustentação ou elaboração da auto-imagem. Tais memórias e representações se diferenciam pelo envolvimento desses indivíduos no passado vivido e têm como referência tanto o presente de sua elaboração quanto a necessidade de se abordar o passado como reafirmação de uma imagem no tempo da rememoração.²

A produção bibliográfica começa no fim dos anos de 1970 e início da década de 1980 e se organiza em livros de memórias enriquecidos por denúncias de tortura, morte e por informações orais. O resultado é a rearticulações das temáticas em pesquisas universitárias e mesmo entre os ex-militantes.³ Com isso, ocorre o que Cardoso⁴ define como surto memorialístico. Esse elemento pode ser observado no aumento expressivo da produção bibliográfica, das pesquisas acadêmicas, da veiculação de informações via imprensa e de discussões na mídia na década de 1980 e no início dos anos de 1990 — com a queda do muro de Berlim, o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o *impeachment* do então presidente brasileiro Fernando Collor de Mello⁵ — e ainda no início do século XXI, com a disputa das eleições em 2002 e a vitória de um

¹ Iniciada com a Lei de Anistia (lei 6.683, de 28 de agosto de 1979).

² Sobre a produção bibliográfica pós-abertura política no Brasil que discute o processo de atuação no regime militar, ver: CARDOSO, Lucileide C. *Memória e poder* — as criações memorialísticas e o regime de 64. 1993. Dissertação (Mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. (Mimeo).

³ Podemos citar aqui os trabalhos de: ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil (1964–1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984; JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca. O capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980; GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codegri, 1979.

⁴ CARDOSO, 1993.

⁵ Como exemplos, ver: SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários; memória da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1981; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. MCT/CNPq: Brasiliense, 1990.

partido de esquerda ao pôr um de seus membros no cargo político máximo do país em 2003;⁶ com a queima de arquivos sobre o período do regime militar na Bahia, em 2004;⁷ e com as informações sobre a guerrilha do Araguaia, onde se procuraram cemitérios clandestinos em 2005.⁸ Esses fatores diversificados levam à busca por novas informações e mesmo a outras reflexões sobre o significado do período militar no Brasil; isto é, levam à necessidade de se repensar esse período e o poder instituído pela memória, com suas disputas e referências de verdades. Esse é precisamente o tema desta pesquisa.

Os relatos sobre certos fatos vividos pelos sujeitos sociais são discutidos e narrados como proposta de afirmação e construção de imagens no presente com uma função avaliativa e permeada de significados necessários hoje e fundamentais no futuro. As imagens da militância são organizadas pelos ex-militantes estudantis como justificativas de propostas políticas formuladas no presente de rememoração — década de 1990 — e como referência de idoneidade ante a sociedade. Assim, os relatos de ex-militantes deixam entrever que estes foram contrários ao sistema ditatorial do regime militar, não aceitaram sua imposição, lutaram e continuarão a lutar pela democracia.

Tal representação de defensores e responsáveis pela sociedade democrática é elaborada por esses ex-militantes estudantis pela construção de uma auto-imagem de sujeitos imparciais no que se refere à política, tanto no passado como no presente, e engajados no discurso da construção de outra sociedade: uma sociedade democrática. Seriam os responsáveis por uma possível transformação. Nessas imagens construídas ou mesmo reconstruídas com base nas memórias dos ex-militantes, o movimento estudantil foi amplamente referido. Vários ex-militantes com funções políticas na década de 1990 usaram imagens e narrativas de sua militância estudantil no passado para justificar seu papel na sociedade. Enfatizam um passado glorioso que associam às necessidades do presente, pois ambos têm o mesmo propósito de defender as minorias.

É para essas disputas de memórias que voltamos nossa atenção. No entanto, não usaremos os relatos desses ex-militantes estudantis nos dias de hoje, e sim nos anos de 1990: período de transformações e discussões na esquerda, bem como de crise do

⁶ Entre os trabalhos, podemos citar: GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; _____. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; _____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; AMAZONAS, João et al. *Uma epopéia pela liberdade: guerrilha do Araguaia 30 anos*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

⁷ Podem ser citados: BERTOLINO, Osvaldo; GRABOIS, Maurício. *Uma vida de combates*. Da batalha de idéias ao comando da guerrilha do Araguaia. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

⁸ MORAIS, Tais; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia*. Os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração, 2005.

socialismo. Especificamente, voltamos nossa atenção aos ex-militantes estudantis goianos e seus relatos e reconstruções de memórias referentes à militância na década de 1960; procuramos compreender como reconstroem o passado vivido, buscando enfatizar o papel político e social deles no presente de rememoração. De início, esse recorte temporal se justifica pelas fontes com que tivemos contato no fim de 2000, ao elaborarmos a monografia para conclusão da graduação em História na Universidade Federal de Goiás (UFG), *campus* de Catalão. Nesse trabalho, discutimos a construção, pelos ex-militantes estudantis goianos, de uma memória sobre o regime militar em Goiás. Para esta dissertação, as fontes incluem essas entrevistas feitas no início dos anos de 1990 sobre a militância estudantil em 30 anos de história (1960–90) e entrevistas realizadas com os ex-militantes, também no início dessa década.

Outro fator que influenciou o recorte temporal foi o início da organização do movimento estudantil goiano — fim da década de 1950. Esse movimento agregou estudantes secundaristas e universitários contrários à criação da universidade católica e cujas articulações e manifestações permeariam os anos de 1960 em Goiânia. Assim, a década de 1960 é o tempo da ação do movimento estudantil e a década de 1990 o momento de rememoração, organizada e mediada pelo caráter político e simbólico atribuído a ela pelos ex-militantes.

Entendemos que é no fim dos anos de 1980 e início da década de 1990 que se abre espaço a uma nova construção de identidade goiana, que veio permitir aos ex-militantes estudantis, com as narrativas por eles elaboradas, produzirem outra representação do movimento estudantil, da nova capital — Goiânia — e de Goiás; assim como dar consistência a seus próprios discursos a ponto de estes ecoarem em Goiás e fora desse estado.

Ao narrarem suas experiências sobre a militância, esses indivíduos produzem representações sobre suas características e o aspecto político do *ser estudante*, informadas pelo que realizam no presente de rememoração. Aqui se incluem atividades, projetos políticos e outros. Criam imagens que viabilizam o reconhecimento político do passado no presente. Como afirma Thompson ao discutir o conceito de experiência, os sujeitos retornam ao passado como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas reconhecidas como necessidades, interesses e antagonismos; em seguida, “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura.⁹ Eis por que os sujeitos

⁹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

produzem representações sobre si, sobre o mundo e sobre sua ação nesse mundo ao vivenciarem suas experiências.

Para compreendermos as construções e percepções da militância e do movimento estudantil, aproximamo-nos das considerações de Baczko sobre o imaginário social como organizador da vida real. Esse autor salienta as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva e, em especial, no exercício do poder¹⁰ e que contribuem para a compreensão de construções, disputas, tensões e imagens elaboradas pelos ex-militantes.

Ao enfatizarmos a cidade de Goiânia como *locus* de atuação do movimento estudantil, nós o fazemos tendo em vista a organização do movimento secundarista e universitário. Tal organização foi possibilitada pela reorganização da economia e da sociedade da capital de Goiás após a década de 1950, bem como pelas mudanças no âmbito educacional, com a criação de duas universidades, o aumento de vagas nas escolas secundaristas e do número de estudantes vindos do interior do estado. Nesses termos, Goiânia é reconhecida pelos ex-militantes como local de organização dos estudantes do estado; é o espaço e símbolo da *modernidade* desde o início de sua construção, em 1933, e transferência da capital, em 1937. Em suas memórias, os ex-militantes estudantis não se referem ao estado e à cidade de Goiânia anteriores a 1950; o tempo rememorado é o fim dos anos de 1950 e as décadas de 1960 e 70: período de sua ação como estudantes e de participação no movimento estudantil.

As memórias se apropriam de uma perspectiva que volta ao mito da modernidade em Goiânia, recusa o passado e analisa as transformações do presente. A periodização que identifica a modernidade a partir de 1950 é vista pelos ex-militantes como o tempo de elaboração e organização de um processo modernizador e dinâmico, que busca a inclusão de Goiás em um projeto de nação.¹¹ Nessa relação temporal proposta pelos ex-militantes e no interesse do estado em ser incluído numa visão macroespacial de nação, há uma busca dos ressignificados da modernidade, isto é, elaboração de uma imagem da *modernidade* numa disputa temporal. Assim, é no passado vivido — década de 1960, como relatam ex-militantes — que se reconhece a

¹⁰ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *Anthropos* — Homem, Enciclopédia Einaudi. V. 5. Porto: Einaudi–Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1985, p. 297.

¹¹ Ver: SANDES, Noé Freire. Memória, nação e região: a identidade em questão. In: _____. (Org.). *Memória e região*. Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

modernidade de Goiânia. A imagem de cidade moderna no presente rememorado — década de 1990 — é perdida ou não mencionada por eles.

Esses ex-militantes estão presos a conceitos criados e a significados da modernidade apontados no passado segundo a necessidade de afirmação da cidade e dos sujeitos que nela vivem como modernos. Criam, assim, uma imagem moderna para o espaço e os sujeitos que estão nesse passado, organizando e elaborando uma imagem de modernidade conforme os interesses e as necessidades do presente — por exemplo, integrar um processo significativo para o estado de Goiás por terem participado da elaboração desse processo. Com base no relato dos ex-militantes estudantis goianos, movimento estudantil e modernidade estão atrelados; e nesse espaço moderno ocorrem a organização e as manifestações estudantis.

Posto isso, os estudantes vêem-se como modernos porque têm consciência política e condições de se opor ao regime militar, proporcionadas pelo acesso às instituições de ensino ou despertadas pelas novas necessidades socioeconômicas da cidade. Essa consciência *moderna* possibilita aos ex-militantes serem contrários às propostas e ao discurso modernizantes do governo militar. Logo, para os ex-militantes, modernidade passa a ter um duplo significado: um, fazer parte de uma cidade e de um processo *modernos*; outro, posicionar-se contra a proposta *modernizante* do governo militar, com seu discurso econômico de desenvolvimento do Brasil mediante acordos com outros países (particularmente, os EUA) e a implementação de medidas políticas, econômicas e sociais.

De certa forma, os significados de modernidade atribuídos pelos ex-militantes como condição de mobilização estudantil são construções positivas e negativas, mas que afirmam uma perspectiva de inclusão e busca de identidade goiana cuja referência é o espaço de transformação possibilitada pelo novo aspecto que o estado de Goiás visualiza. Isso porque as transformações no espaço da cidade de Goiânia são direcionadas à elaboração de propostas do cotidiano, necessidades e de um imaginário *moderno*. À cidade moderna agrega-se o homem moderno, urbano, que em Goiás é caracterizado como o morador da capital, aquele que deixa Vila Boas (a antiga capital) e o interior do Estado em busca de um redirecionamento econômico e social que acredita encontrar numa cidade planejada, recém-inaugurada e, sobretudo, *moderna* como Goiânia.

Como quer Benjamim, o homem urbano é anônimo por não se ater às transformações físicas do espaço e só as reconhecer pela força do hábito. No entanto,

ser homem moderno em Goiás para os ex-militantes era usar os espaços que delineiam a modernidade e deles fazer parte, integrando-os e usando-os para organizarem o movimento estudantil como forma de apresentar e fazer repercutir seus objetivos e suas reivindicações. Nesses termos, jovens de um estado interiorano com características agrárias se tornam “modernos” com propostas, perspectivas e sonhos modernizantes para o espaço físico da cidade e do estado. A condição de militante estudantil, e de militante estudantil goiano, é uma construção imaginária organizada pelos ex-militantes de uma identidade elaborada nos moldes da *modernidade* que busca nela se inserir ou dela fazer parte.

A busca por uma *identidade goiana* pode ser percebida como *jogo simbólico de elementos culturais*¹² reconhecidos politicamente como uma identidade coletiva que busca visibilidade, lutando por um espaço social do qual os indivíduos não fazem parte. Em outras palavras, busca-se integrar, através da militância estudantil e da reconstrução, ao presente de rememoração a imagem e identidade do ser militante estudantil e, sobretudo, ser militante estudantil goiano. Em seus relatos, os ex-militantes procuram equiparar o movimento estudantil goiano com o nacional ao vincularem-no com a imagem do movimento atuante no eixo Rio–São Paulo e, pelo discurso, procurar integrar o estado de Goiás ao espaço de ação e consciência estudantis.

Essa busca por uma identidade goiana, em 1990, e a afirmação reiterada de Goiânia como cidade moderna, em 1960, podem ser associadas à crise enfrentada por Goiás no fim dos anos de 1980 e início da década de 1990, em razão do acidente radiológico com o elemento químico césio 137, em setembro de 1987, no centro de Goiânia. O acidente teve repercussão negativa mundial, que se traduziu em sérios problemas econômicos, políticos e, sobretudo, sociais para o estado. Nesse período, os moradores da cidade enfrentaram o medo e a discriminação: em visitas a outras partes do país, necessitavam portar um documento emitido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) certificador de que eles não estavam contaminados pela radiação. Se o certificado possibilitou a estudantes do curso de Artes da Universidade Federal de Goiás (UFG) visitarem a Bienal de São Paulo de 1987, sua falta impediu um adolescente de 14 anos de entrar num estádio de Curitiba (PR) *por ser goiano*.¹³ No início dos anos 1990, quando foram feitas as entrevistas com ex-militantes estudantis, 22 pessoas que

¹² Ver: MONTERO, Paula. Globalização, identidade e diferença. *Novos estudos* — CEBRAP, n. 49, nov./1997.

¹³ Informações veiculadas na edição de 28 de setembro de 2002 do diário *O popular*, quando foram analisados os efeitos do acidente radiológico após 15 anos.

representavam as vítimas do acidente radiológico e participariam da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento — a Eco 92, no Rio de Janeiro — foram barradas em um hotel porque outros hóspedes não aceitaram a presença de *radioafetados*.¹⁴ Tinha-se, assim, um termômetro da repercussão do acidente, do número de afetados e das seqüelas provocadas pelo contato com o céσιο 137.¹⁵

Exaltada pelos ex-militantes estudantis por suas transformações e busca constante por fazer parte da Nação e do país, a imagem da Goiânia moderna da década de 1960 ainda mostra fragilidade no fim dos anos de 1980, início dos de 1990; mas esta não é mencionada pelos entrevistados — professores universitários, sociólogos, jornalistas e políticos municipais, estaduais ou federais na época do acidente. Nas entrevistas, apenas reafirmam o processo que integraram ativamente no período da militância estudantil.

Ainda que os ex-militantes estudantis não mencionem a modernidade no presente de rememoração, a década de 1990 reacende a busca por uma identidade goiana, que em suas memórias se vincula ao processo de organização urbana iniciada no fim dos anos de 1950. Quando reafirmam o que designam como cidade moderna no passado, estão imbuídos do interesse na afirmação de uma sociedade goiana que, no presente de rememoração, está em condição desfavorável, mas que, no passado, esteve ativa num processo local que os ex-militantes estudantis buscam equiparar ao nacional — situação favorável proporcionada, segundo os entrevistados, pelo movimento estudantil goiano.

Assim delineamos a temática abordada: a busca de uma identidade goiana e estudantil presente no processo de militância estudantil e as imagens da militância e do movimento estudantil nos anos de 1960, construídas pelos ex-militantes no processo de rememoração na década de 1990. As questões que norteiam este trabalho incluem: a

¹⁴ Termo usado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear para designar as pessoas que tiveram contato e foram contaminadas pelo efeito radioativo do céσιο 137.

¹⁵ *O popular*, Goiânia, 28 de setembro de 2002. A cápsula de céσιο foi encontrada numa clínica radiológica desativada no centro — hoje um centro de convenções —, próxima à praça Cívica, onde ficam o governo estadual e o municipal, e levada a um ferro-velho nas imediações, onde foi aberta. A proximidade com o centro, a repercussão, os transtornos e a falta de organização na solução dos problemas resultantes do acidente desqualificaram Goiânia e Goiás. As vítimas sofreram ferimentos físicos e, também, psicológicos, em virtude de manifestações discriminatórias contra moradores das imediações do acidente, vítimas diretas (com xingamentos e até apedrejamento do caixão de uma delas), parentes das vítimas e pessoas envolvidas na defesa e nos cuidados médicos (policiais designados para isolar a região, funcionários estaduais do Centro de Energia Nuclear e profissionais que cuidavam das vítimas). Havia um medo constante e desinformação.

compreensão do processo de construção e seleção das memórias dos ex-militantes estudantis sobre a década de 1960 e a análise da construção e seleção das memórias no presente da rememoração, voltadas à compreensão de um passado e projetadas no futuro. Também incluem as questões políticas e sociais no presente de rememoração.

Nossa fonte principal são os três volumes dos *Cadernos de entrevistas*: publicação resultante do projeto de pesquisa “O movimento estudantil goiano. Trinta anos de história — 1960–1990”, desenvolvido pelo Centro de Pesquisa Histórico da Universidade Católica de Goiás (UCG), em 1992. Trata-se de entrevistas feitas com ex-líderes estudantis e autoridades universitárias transcritas em cadernos; cada volume contém 11 entrevistas, elaboradas com base em 12 perguntas iguais para cada entrevistado.¹⁶ Os critérios para seleção dos entrevistados abrangem: a posição de liderança do indivíduo no movimento estudantil e a posição político-social que ocupa na década de 1990 em Goiás, seja como político atuante em cargos no legislativo, professor universitário, presidente de partido ou sociólogo. O projeto foi organizado e coordenado pelo professor Gil César da Costa de Paula, ex-militante estudantil no início da década de 1980, também entrevistado. A realização do projeto coincide com a exibição do seriado da Rede Globo de Televisão *Anos rebeldes* — abordando a sociedade brasileira durante o regime militar — e o processo de reorganização estudantil com o movimento “Caras pintadas”. Ao rememorarem, os ex-militantes são levados a comparar os dois tempos do movimento estudantil brasileiro: o tempo rememorado e o tempo presente.

Outra fonte a que recorreremos são os depoimentos presentes no livro *Desafiando a utopia*, de Renato Dias e Ricardo Dias, publicado em 1990, também pela editora da UCG. Os autores foram líderes estudantis na década de 1990; um deles — Ricardo — também está entre os entrevistados no projeto da universidade. O livro homenageia o irmão Marco Antonio Dias: líder estudantil em 1964 e desaparecido em 1970. A seleção dos entrevistados acompanha as justificativas do projeto: foram selecionados segundo a liderança estudantil que tinham na década de 1960 e por manterem, no presente de rememoração, vínculos político-partidários — serem militantes de partidos políticos de esquerda ou não — ou por manterem função pública como professor, sociólogo, advogado ou jornalista. No livro, cada entrevista transcrita contém uma

¹⁶ Os *Cadernos de entrevistas* foram cordialmente cedidos por uma participante e bolsista do projeto, Teresinha Maria Duarte, então estudante do curso de História e hoje professora do Departamento de História da UFG, *campus* de Catalão.

fotografia do ex-militante; as imagens priorizam o aspecto da ação intelectualizada e, em grande número, exibem os ex-militantes proferindo algum discurso ou numa mesa com livros e jornais. Esses dois trabalhos abordam experiências vividas por estudantes e líderes estudantis na atualidade (anos de 1990) e no passado (anos de 1960), construindo a idéia de engajamento e poder dos estudantes. O projeto da UCG prioriza a história do movimento estudantil goiano, suas justificativas para mobilização, suas reivindicações e suas realizações no período de atuação. O livro prioriza as visões dos ex-militantes referentes à organização e ação dos estudantes na Goiânia de 1968.

Instituição responsável pela realização do projeto e publicação do livro, a UCG foi a primeira universidade criada no Estado, no fim da década de 1950. Por oferecer ensino particular e confessional, despertou a desconfiança no meio estudantil, materializada em várias manifestações na capital contrárias à nova instituição, que representava então um obstáculo à criação de uma universidade pública no Estado. Isso porque, no imaginário social na década de 1960, nem Goiânia nem Goiás teriam público e infra-estrutura para comportar duas instituições de ensino superior. No entanto, a imagem da instituição é redimensionada: passa de inimiga dos estudantes no fim da década de 1950 para organizadora da história do movimento estudantil goiano no início dos anos de 1990.

Para auxiliar a discussão das problemáticas levantadas, recorreremos a outras fontes, encontradas no Arquivo Histórico Estadual, na praça Cívica: os jornais *Cinco de março*, *Diário de Goiás*, *Folha de Goiás*, *Gazeta de Goiás*, *Jornal Brasil Central*, *Jornal de notícias*, *O popular*, *O São Luiz*, *Tribuna de Goiás*; e também os de veiculação estudantil: *4º Poder*, *Correio do ensino* e *O universitário*.¹⁷

Sobre a metodologia, o uso de transcrição das entrevistas apresenta algumas inquietações. Primeiramente, os ex-militantes foram levados a construir uma narrativa direcionada aos objetivos dos autores do projeto realizado pelo Departamento de História da Universidade Católica e dos autores do livro; disso se pode depreender uma influência direta dos entrevistadores ao direcionarem as questões para os objetivos pré-definidos nos projetos.¹⁸ Em segundo lugar, certos elementos — sinais orais como entonação, ritmo, e modos de expressão como a ironia — estão indisponíveis, o que

¹⁷ São edições do fim da década de 1950, durante as discussões e manifestações pela elaboração da UFG, e da década de 1960, como a veiculação das reações do golpe de 64 em Goiás e as agitações estudantis na capital, Goiânia.

¹⁸ Preocupação demonstrada por Portelli, [...] *o resultado final da entrevista é o produto de ambos, narrador e pesquisador* [...]; daí ser necessária uma integração entre o objeto de estudo e o objeto a ser estudado, e de uma integração do pesquisador com o entrevistado, que leva este a relembrar o que é significativo para o trabalho daquele. PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto história*, 1997, p. 36.

impossibilita a análise da fala dos entrevistados.¹⁹ Com essas preocupações, retomamos às considerações de Paul Zumthor²⁰ ao analisar o que define como “performance”, isto é, o movimento e a forma que a voz adquire no ato de falar, não transmitida pela escrita:

*O que transmite, numa performance, a voz de um recitante, de um cantor, de um leitor público, existe na memória do executante como um todo: com suas zonas incertas, suas vibrações, seu movimento; não uma totalizante, mas uma intenção totalizante, do agora e já, provida dos meios de se manifestar.*²¹

Assim, o ato de lembrar e, por consequência, o de narrar são sempre dotados de um aspecto novo, constituído mediante uma relação do sentimento vivido e empregado no discurso, isto é, na “performance”. O que, a princípio, é percebido como problema — o acesso ao transcrito (escrito), e não ao oral — torna-se um desafio (oralidade *versus* transcrição), e para enfrentá-lo recorreremos ao historiador francês Roger Chartier, para quem *mesmo textos [...] podem ser diversamente aprendidos, manipulados, compreendidos [...] [trata-se da] tarefa de redescobrir os gestos esquecidos, os hábitos desaparecidos*²² com a perspectiva da prática social vigente no momento em que esses indivíduos relatam os fatos, no espaço de vivências e no interesse ao transcrevê-las.

Ao refletir sobre essa proposta, aproximamo-nos de Burke, que nos alerta para a problemática de a leitura das memórias ser feita pela narração; isto é, ser obtida através da oralidade e passada aos leitores pela escrita. Assim, é necessário se [...] *lembrar de que esses relatos não são atos inocentes da memória, mas antes, tentativas de convencer, formar a memória de outrem.*²³ Eis por que nos posicionamos como leitores de memórias, direcionados às armadilhas destas e do texto; no texto das entrevistas, buscamos *sinais, luta de representações, seleções de memórias* — como enfatiza Chartier.

¹⁹ Outro fato a ser salientado é a transcrição da oralidade, que [...] *transforma objetos auditivos em visuais, o que inevitavelmente implica mudanças e interpretação [...]*; noutros termos, pode haver invenções ou diferenças entre o que está tentado ser passado e o que está sendo lido; trata-se de uma dificuldade na transmissão da autenticidade da oralidade, por isso Portelli afirma ser [...] *necessário inserir sinais de pontuação, sempre mais ou menos, adição arbitrária do transcritor [...]* — embora estes não correspondam precisamente ao que está sendo passado pelo entrevistado, dadas as eventuais mudanças no ritmo durante uma mesma entrevista, o que [...] *pode somente ser percebido se se ouve, não se se lê* (PORTELLI, 1997, p. 27–8).

²⁰ ZUMTHOR, Paul. *Tradição e esquecimento*. São Paulo (SP): Hucitec, 1997.

²¹ ZUMTHOR, 1997, p. 21.

²² CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista de estudos avançados*, n. 5/11, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, USP, p. 181, 1991.

²³ BURKE, Peter. História como memória social. In: _____. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 74.

Presentes no discurso, esses sinais, assim como a seleção e a narrativa de certos fatos em detrimento de outros, a proposta da valorização da auto-imagem através dos fatos enfatizados, os lugares e a percepção valorizada nos levam ao estudo da memória, isto é, torna-se pertinente direcionarmos as vertentes interpretativas da memória. Assim, falamos em memória percebida como razão, na visão aristotélica, comumente chamada de memória voluntária; estão nessa linha de estudo Maurice Halbwachs e Pierre Nora. Para Halbwachs, as memórias dos indivíduos só continuam ativas se estiverem inseridas em um quadro social que as mantém vivas no presente, isto é, se a memória do indivíduo estiver presa à memória do grupo e esta, por sua vez, ligada à tradição reconhecida como memória coletiva de cada sociedade. Assim, a memória é um fenômeno social, relacionada com fatos sociais próprios do grupo a que o indivíduo pertence. Esse autor reafirma a necessidade dos quadros sociais para manutenção da memória do indivíduo, sublinhando a necessidade de uma *comunidade afetiva*, em que a lembrança individual é constituída pelas interferências coletivas: *nós não percebemos que não somos senão um eco*.²⁴

No entanto, as memórias dos ex-militantes são construídas no presente da rememoração e têm como referência o espaço da militância, isto é, da ação proporcionada pela consciência do ser estudante. Os relatos se caracterizam pelo processo político não apenas de reconhecimento do passado, mas também de reconhecimento e de ação no presente. Nesse processo, a memória molda as imagens da militância estudantil e, no tempo presente, a materialização das memórias, através das imagens, proporciona a criação e veiculação de um poder simbólico.²⁵ O poder de rememoração é mediado pelos interesses ao poder político de afirmação de auto-imagens, daí a imagem de parcialidade e enfrentamento dos inimigos no relato dos ex-militantes.

Essas observações introdutórias deixam entrever que nossa proposta de trabalho pressupõe considerações sobre as imagens construídas pela memória dos ex-militantes — imagens do passado vivido rememoradas no presente. No entanto, nós as percebemos como *ecos do passado* e, também, como reconstrução e afirmação dos interesses do presente. Com isso, aproximamo-nos das noções que afirmam que a memória não é apenas reconhecimento do passado; é também uma ação no presente. Tendo em vista o processo de ação dessas memórias como imagens mediadas pelo

²⁴ BURKE, 2000, p. 47.

²⁵ BACZKO, 1985.

poder simbólico dos ex-militantes estudantis goianos no mundo onde estão inseridos, esta dissertação procura fazer uma discussão compreensível da relação entre presente e passado moldada pela relação política da ação no presente. Para isso, desdobra-se em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, procuramos discutir como é elaborado em Goiás, na década de 1990, um imaginário político e social sobre a participação estudantil em Goiânia na década de 1960. Discussão essa embasada nos dois trabalhos elaborados e desenvolvidos nos anos de 1990: o projeto da UCG intitulado *O movimento estudantil goiano. Trinta anos de história — 1960–1990*, e o livro *Desafiando a utopia*, dos irmãos Dias. A elaboração desse imaginário pode ser percebida no uso de fotografias dos ex-militantes associadas às atividades desempenhadas por estes nos dois tempos: o passado vivido e o presente lembrado, e nas justificativas para a elaboração dos dois trabalhos. Em um segundo momento, a realização de pesquisas e publicações desses trabalhos pelas editoras das instituições de ensino superior Universidade Federal de Goiás (UFG) e UCG são discutidas como mediadoras da elaboração de um imaginário goiano na historiografia sob influência do acidente radiológico em Goiânia, em 1987, com o elemento químico césio-137.

No segundo capítulo, procuramos compreender, por meio dos relatos de ex-militantes, o significado da militância estudantil em Goiás e do *ser estudante* no passado vivido — a década de 1960. Essas construções de significados são direcionadas a um processo de afirmação dos ex-militantes, representado pela busca por uma identidade estudantil e uma identidade estudantil goiana, pensadas como referência social e nacional de participação. Nesse sentido, o discurso dos ex-militantes os identifica como representantes de uma sociedade que consideram apática, como imparciais em relação à política do regime militar e engajados em defesa de uma conduta estudantil de consciência e ação. No passado, esses ex-militantes representam grupos ideológicos e condições sociais diferenciados; porém, buscam em seus relatos uma identidade estudantil e unicidade que os diferenciem do restante da sociedade goiana, em particular, e da brasileira, em geral. Assim, partimos da compreensão de memória como conjunto de imagens construídas em caráter positivo ou negativo para discutir certas imagens construídas pelos ex-militantes — a exemplo daquelas relativas à heroização dos estudantes mortos por policiais no Rio de Janeiro e em Goiânia durante manifestação estudantil e da imagem messiânica dos estudantes como “vanguarda” e *quarto poder* —, bem como a associação das práticas culturais com

caráter político do movimento estudantil e, por fim, o silêncio referente ao golpe de Estado militar em 1964.

No terceiro capítulo, discutiremos a organização e o uso dos espaços da cidade de Goiânia pelo movimento estudantil, selecionados pelo caráter e pelos significados atribuídos no imaginário goiano. Aqui se incluem ruas e praças próximas ao centro da cidade e do governo estadual e municipal. Associados ao discurso da modernidade, os estudantes usam tais espaços como relação de integração, transformando-os em benefício da publicização dos interesses e da ação estudantil goiana; para isso, usam o discurso e a justificativa da busca de uma autonomia estudantil e do nacionalismo frente às modificações políticas, econômicas e sociais no país.

Capítulo 1

FONTES HISTORIOGRÁFICAS E SUAS ARMADILHAS: construção de um imaginário social goiano nos anos de 1990

Neste capítulo, discutimos a elaboração, em Goiás, na década de 1990, de um imaginário político e social sobre a ação estudantil na década de 1960 em Goiânia. Essa discussão, como dissemos, embasa-se em dois trabalhos elaborados e desenvolvidos na década de 1990: *Cadernos de entrevista* e *Desafiando a utopia*. Ambos contêm entrevistas com indivíduos selecionados pelo seu papel político e social na década de 1960, como militantes e líderes estudantis em Goiânia, e, no presente das entrevistas, década de 1990, por serem personagens políticos, intelectuais e profissionais com projeção social em Goiás — pois são professores universitários, médicos, sociólogos, jornalistas e políticos atuantes como deputados, vereadores e presidentes de partidos de esquerda. Para desenvolvermos essa análise, partiremos dos objetivos e das justificativas dos dois trabalhos, que visam reconstruir a história do movimento estudantil goiano, e nos embasaremos em dados como fotos, perguntas e a descrição dos entrevistados fornecidos pelos trabalhos.

Iniciaremos nossa discussão, apresentando os dois trabalhos e os respectivos elaboradores/autores, a organização, as prioridades e os questionamentos apontados. A seguir, tratamos do uso da imagem fotográfica dos ex-militantes e de sua relação com as atividades desempenhadas nos dois tempos — passado vivido e presente da rememoração. Por fim, enfocamos as indagações sobre a construção de uma identidade goiana influenciada pelos acontecimentos históricos em Goiás, como o acidente radiológico com o césio 137, em 1987, e as produções historiográficas sobre o Estado e a nova capital desenvolvidas em programas de pós-graduação do país.

1.1 As fontes em questão

Esta pesquisa tem o mesmo recorte temporal dos trabalhos historiográficos sobre Goiás em que nos fundamentamos — década de 1990 —, com um olhar direcionado às relações sociais mantidas no Estado, em especial na capital Goiânia, na década de 1960, antes e após golpe de Estado de 1964. Os dois trabalhos selecionam agente participativo desse período histórico — o movimento estudantil atuante no Estado — e a participação de estudantes na militância organizada nas universidades e em escolas

secundaristas da capital. O primeiro trabalho analisado — *Desafiando a utopia* — foi elaborado por Ricardo Dias, graduado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), então estudante de Direito da UCG, presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) desta instituição e membro do “Grupo de estudos socialistas e democracia”; e por seu irmão Renato Dias, então graduando em Ciências Sociais da UFG, diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Goiás, coordenador do “Grupo de estudos socialistas e democracia” e presidente da Associação dos Moradores do Bairro Marista, na capital goiana. Os autores são irmãos de Marco Antonio Dias Batista, militante goiano da organização de esquerda VAR–Palmares, desaparecido em 1970, aos 14 anos de idade. O segundo trabalho analisado — *Cadernos de entrevista* — contém entrevistas, do início da década de 1990, com ex-militantes estudantis goianos. Integram o projeto de pesquisa “O movimento estudantil em Goiás — trinta anos de história — 1960–1990”.²⁶

Ao confrontarmos ambos os trabalhos, podemos percebê-los como uma trama, um emaranhado de significados e símbolos nos objetivos, na elaboração e na publicação. Trata-se de lugares e tempos diversos percorridos pela memória — diversas memórias²⁷ —, organizados e fundidos na ação estudantil goiana nos anos de 1960 e expressos na historiografia goiana mediante relatos e imagens organizados na década de 1990. Como nos lembra Seixas,²⁸ é no presente que a memória, em seus planos, atualiza-se. Por que lembrar do movimento estudantil goiano em 1990? Por que produzir esses trabalhos? Que imagens os autores querem construir? Por que selecionar certos sujeitos, e não outros? Qual é o interesse da UCG ao publicar essas produções? De início, podemos analisar essas construções como representações simbólicas de um tempo e espaço, bem como de indivíduos envolvidos num processo que não deve ser esquecido, mas sim constantemente atualizado no tempo presente.²⁹ Mediado por questões políticas, econômicas, sociais, o presente move essas memórias descontínuas

²⁶ Coordenado pelo professor do Departamento de História da Universidade Católica de Goiás (UCG) Gil César Costa de Paula e orientado pelas professoras Maurides Batista M. Filha e Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, também do Departamento de História, com participação dos alunos bolsistas Francisca Lúcia P. Muniz, Terezinha Maria Duarte, Jocyleia Santana dos Santos, Cláudio Lopes Maia, Rúbia Cristina Rodrigues e Valéria Maria Barbosa, então estudantes do curso de História.

²⁷ SEIXAS, Jacy A. de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? *Projeto história*, São Paulo, Educ, 2002.

²⁸ SEIXAS, 2002, p. 60.

²⁹ Ver: SEIXAS, Jacy A. de. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: GUTIERREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (Org.) *Fronteiras, paisagens, personagens, identidades*. São Paulo: Olho d’água, 2003.

para um passado vivido, porém com olhares voltados ao futuro, construindo/reconstruindo/projetando imagens e auto-imagens.

A preocupação com o tempo presente é percebida no trabalho dos irmãos Dias. Esse sentido é dado na dedicatória ao irmão desaparecido em 1970 e chamado por eles de *companheiro*. Pode se reconhecer aí uma noção de companheirismo adotada pela visão política e social que os irmãos têm no tempo presente, porque não viveram ou participaram da ação/pensamento do irmão, por serem ainda crianças, nem das circunstâncias do desaparecimento de Marco Antônio. Para os irmãos Dias, o objetivo do livro é *compreender a inteligibilidade do Movimento Estudantil Goiano, desvelando suas especificidades*.³⁰ Noutros termos, a organização social está permeada pelo *imaginário ideológico*, expresso num universo envolto por significados e em que esses indivíduos são transformados em sujeitos históricos do processo político em marcha.

A vinculação marxista dos irmãos Dias é percebida já no início do trabalho, na relação feita entre uma citação de Marx do *Manifesto comunista* com o pós-guerra, as manifestações revolucionárias chinesa, cubana e a luta do povo vietnamita. Nessa linha de raciocínio, caracterizam a proposta revolucionária marxista como mecanismo de conscientização popular e revolução social. Expressos ao longo do livro, esses posicionamentos nos levam a interpretar a seleção dos entrevistados e das perguntas a eles feitas (relativas à luta armada, à revolução socialista e à utopia revolucionária, dentre outras). Assim, a seleção dos indivíduos — não justificada ao longo do livro — é feita pela vertente política e ideológica que converge para os objetivos do trabalho, pois são ex-líderes estudantis atuantes em Goiás na década de 1960 que foram presos e adotaram, em muitos casos, a clandestinidade e a luta armada no período da militância, sobretudo após 1968. Na década de 1990, esses indivíduos estão vinculados a partidos políticos de esquerda ou não; são professores, médicos, sociólogos, jornalistas e mantêm ainda sua imagem vinculada ao movimento estudantil. Como pode ser percebido nas informações abaixo:

Euler Ivo — em 1968, era presidente do Grêmio Wander Borges, vice-presidente da União Brasileira de Estudantes Secundarista (UBES), militante da Ação Popular (AP); em 1990: era presidente regional do Partido Comunista do Brasil (PC do B);

³⁰ DIAS, Renato; DIAS, Ricardo. *Desafiando a utopia*. Goiânia: ed. da UCG, 1990, p. 18–9.

Athos Magno Costa e Silva — em 1968: presidente do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); em 1970: guerrilheiro da VAR–Palmares; em 1990: deputado estadual do Partido dos Trabalhadores (PT) de Goiás;

Allan Kardeck Pimentel — em 1968: presidente do Grêmio Literário Félix Bulhões; em 1969: dirigente da VAR–Palmares; em 1970: preso em Belo Horizonte (MG); em 1990: jornalista;

Athos Pereira da Silva — em 1968: estudante de jornalismo, participante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Ação Libertadora Nacional (ALN); em 1990: jornalista;

Paulo Silva de Jesus — em 1968: presidente do Grêmio Livre Wander Borges, militante do PC do B; em 1990: dirigente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB);

Valdi Camárcio — em 1968: dirigente do centro acadêmico de curso de Medicina; em 1969: presidente do DCE da UFG; em 1990: tesoureiro da executiva nacional do PT e médico urologista;

Marco Antonio Della Corte — em 1966: dirigente estudantil secundarista do PC do B; em 1968: dirigente do comitê secundarista do PC do B; em 1990: membro da executiva regional do Partido Democrata Trabalhista (PDT);

Pedro Wilson Guimarães — em 1968: estudante de Ciências Sociais e militante da AP; em 1990: sociólogo, presidente do PT municipal de Goiânia.;

Juarez Ferraz de Maia — em 1967/68: presidente da CGE; em 1990: secretário-geral do PDT e professor da UFG;

Olga Darck Pimentel — em 1968: presidente do Grêmio do Instituto de Educação de Goiás (IEG); em 1969: integra-se ao Colina e engaja-se no processo de luta armada contra a ditadura militar; em 1990: socióloga;

Hamilton Pereira — em 1969: presidente da Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG); em 1970: militante da ALN; em 1990: dirigente da executiva nacional do PT.

Por serem irmãos de um jovem perseguido pelos órgãos da repressão e desaparecido político, os autores do livro se apresentam como aptos a olhar e analisar a sociedade de forma diferenciada. Não participaram ativamente da militância estudantil em 1960, mas estão ligados aos resultados das atrocidades desse processo. As experiências vivenciadas na família os levam a ter um posicionamento crítico, desenvolvido ao sofrerem o olhar repressor da sociedade, para quem o irmão Marco era

comunista e que, por isso, os culpava pelas eventuais ocorrências policiais nas imediações de sua residência. Tais fatos se associam com o desenvolvimento da percepção crítica e os diferencia da sociedade goiana ao aproximá-los, no imaginário elaborado pelos estudantes, de eventuais representantes da sociedade.

Elaborada pelos autores, essa associação de desenvolvimento crítico com experiência, vivência da família e sofrimento por desconhecerem a situação em que se encontra o ente querido se revela mais claramente no fim do livro, que traz anexas entrevistas feitas com ex-militantes estudantis. Ricardo Dias, um dos autores, é entrevistado e sua entrevista, transcrita como finalização da obra. Ao seu nome acrescentam-se sua formação universitária em História, os vínculos com o curso de Direito e a presidência do DCE da UCG. Todavia, como sua participação no movimento estudantil não é mencionada, as questões são direcionadas a interpretações do movimento e das utopias dos participantes nos anos de 1960, sobretudo em 1968; a uma pergunta sobre os que desapareceram por motivação política, ele responde com expectativa de julgamento dos torturadores e assassinos do irmão.³¹

Essas imagens elaboradas pelos irmãos Dias nos levam a compreender os fenômenos da memória. Como esclarece Seixas: *o ato de rememoração [...] vale-se da linguagem simbólica, de imagens (em geral, carregadas de afetividade), para irromper e fixar-se como uma lembrança mais ou menos precisa.*³² Essa memória condensada em imagens e permeada de plasticidade compõe uma narrativa, uma linguagem carregada de afetividade, negativa e positiva, que pode — segundo essa autora — levar o indivíduo à ação ou até a acomodação, por ser real e instituir o real, e não só a representação do real.

Posto isso, a elaboração do livro em 1990 se volta à imagem da família de um desaparecido político; nele, os autores buscam o não-esquecimento do irmão na sociedade; acreditam no posicionamento revolucionário despertado pela política e na condição crítica da vivência, percebida como experiência. O livro é a lembrança do irmão, das ações não praticadas, da memória não revivida nem relatada, a busca pelo não-esquecimento. Assim, em 1990, dadas as transformações políticas como o fim da União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS) e a queda do muro de Berlim — traduzindo o descrédito das esquerdas revolucionárias —, lembrar de um ente morto por uma causa que, no presente, mostra-se desacreditada é lutar contra uma sociedade e as

³¹ DIAS; DIAS, 1990, p. 183–86.

³² SEIXAS, 2003, p. 128.

várias críticas e concessões impostas à família dos autores no passado; é reelaborar uma imagem antes negativa pela sua transformação, recorrendo-se não ao irmão, mas aos grandes nomes da política goiana no presente. A seleção dos entrevistados e as questões a eles direcionadas parecem confirmar isso, pois positivam a proposta revolucionária e a militância estudantil em Goiânia.

Outro aspecto da obra é a imagem de *jovialidade* e de *ação* desses ex-militantes, cristalizadas nas fotografias anexadas às entrevistas. Ao longo do livro, a imagem de Marco Antônio não é veiculada; mas o são um poema sobre seu desaparecimento e relatos da mãe sobre as características físicas do filho. Nesses dois momentos, é construída a imagem de um jovem fisicamente franzino, o que não impede sua *ação* no movimento estudantil, sua prisão e tortura e, enfim, seu assassinato. Pela imagem física e pelas características associadas a Marco Antônio — *jovialidade* e *ação* —, as fotografias no livro se dividem em dois momentos: imagens dos entrevistados no período da militância; imagens dos entrevistados no tempo da entrevista. Porém, nesses dois momentos, algumas delas parecem evidenciar as características da ação da militância, pois exibem uso de microfones — denotando discursos —, livros, cartazes e mesa de trabalho. A construção de tais imagens parte de duas perspectivas: a dos autores e a dos entrevistados, pois algumas fotografias são selecionadas do arquivo do jornal *O popular*, outras do arquivo pessoal dos entrevistados. Da construção ou mesmo reconstrução dessas imagens pode se depreender interesses, a exemplo da caracterização do passado como referência do presente, da jovialidade e ação que as imagens exibem e sua inscrição no presente, por serem essas imagens reconhecidas em Goiás e veiculadas nos meios de comunicação.

Publicadas no livro dos irmãos Dias,³³ as duas imagens a seguir mostram duas pessoas com microfones, gesticulando com as mãos e com olhar supostamente direcionado aos ouvintes; enquanto o corpo exprime ativismo e energia, as vestes traduzem seriedade. A primeira imagem, feita no fim dos anos de 1980 e fornecida pelo PC do B, é do ex-militante Euler Ivo Vieira; a segunda, do período da militância estudantil e encontrada no arquivo CEDOC do jornal *O popular*, é do ex-militante Allan Kardeck Pimentel, preso em Belo Horizonte; sob tortura, ele negou envolvimento com o movimento estudantil, deu informações e criticou a participação de jovens nos grupos de esquerda atuantes no país.

³³ DIAS; DIAS, 1990.

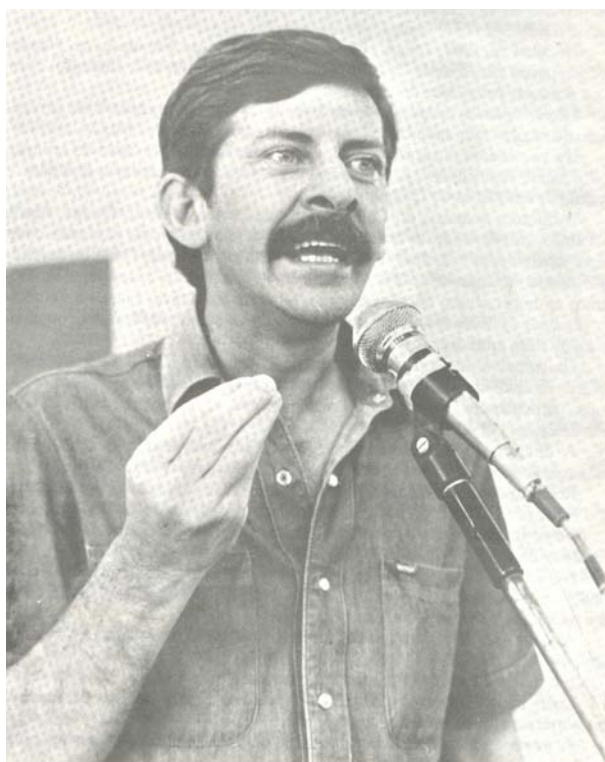


FIGURA 1 – Ex-militante estudantil Euler Ivo Vieira³⁴

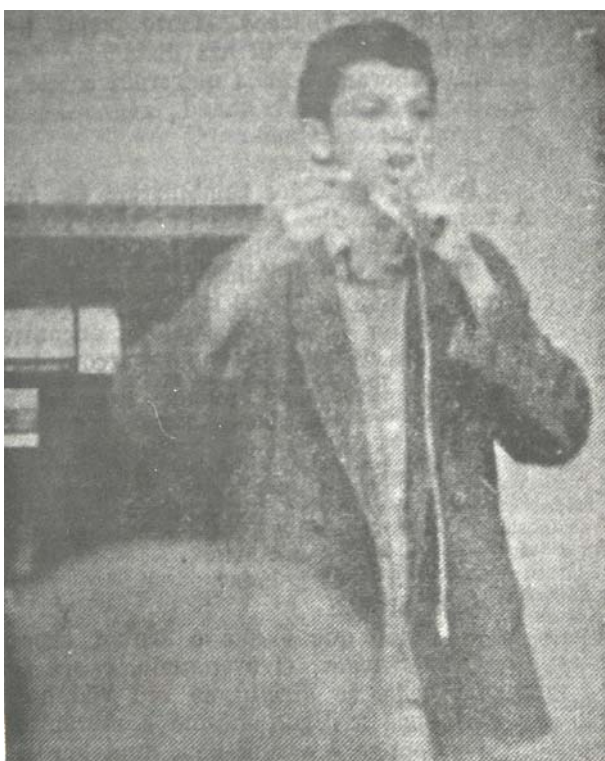


FIGURA 2 – Ex-militante estudantil Allan Kardeck Pimentel³⁵

³⁴ Fonte: DIAS; DIAS, 1990, p. 129.

³⁵ Fonte: DIAS; DIAS, 1990, p. 141.

As imagens dos indivíduos no presente da rememoração têm, na fotografia do arquivo pessoal do ex-militante Athos Magno Costa e Silva (FIG. 3), o primeiro exemplo da atualização das ações do passado com a imagem do indivíduo no presente, por ter sido usada nos meios de comunicação e ter, assim, reconhecimento político pelos dados fisionômico e onomástico. Athos Magno tem sua imagem amplamente difundida em Goiás no fim da década de 1980 e início dos anos de 1990, quando é eleito deputado estadual pelo PT; sua vida acadêmica e sua participação estudantil se desdobraram em Belo Horizonte, onde estudava Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), curso que abandonou em 1970 para se tornar guerrilheiro da VAR–Palmares.

O segundo exemplo dessa relação da imagem com o reconhecimento através dos meios de comunicação no tempo presente está no ex-militante Athos Pereira da Silva (FIG. 4). Além de positivar a imagem política veiculada na imprensa, a fotografia, do arquivo pessoal de Athos, tende a dinamizar a autovisão de intelectual, percebidas na imagem da sala de trabalho, usando para isso a colocação espacial da mesa, os livros, os jornais, a sua fisionomia e sua posição central, mediando a relação intelectual e a ação do trabalho, conduzindo o leitor a reconhecer no ex-militante a figura atuante e atenta às questões de projeção nacional e estadual.

Num contexto social, cultural e político, a fotografia ganha importância não só por representar o passado; também — e sobretudo — por trazê-lo à tona. [...] *Ela é agente do processo de criação de uma memória que deve promover tanto a legitimação de uma determinada escolha quanto, por outro lado, o esquecimento de todas as outras.*³⁶ Assim, ao serem selecionadas, as fotografais promovem certa memória, e para a sua reconstrução, cristalizam certos fatos, e não outros, que devem ser esquecidos ou permanecerem desconhecidos. Entendemos que, articuladas no livro dos irmãos Dias,³⁷ tais imagens tendem a auxiliar os objetivos dos autores pela assimilação das imagens, quais sejam: de jovens atuantes e *revolucionários*, isto é, imagens de jovialidade e ação.

³⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do Cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 407.

³⁷ DIAS; DIAS, 1990.

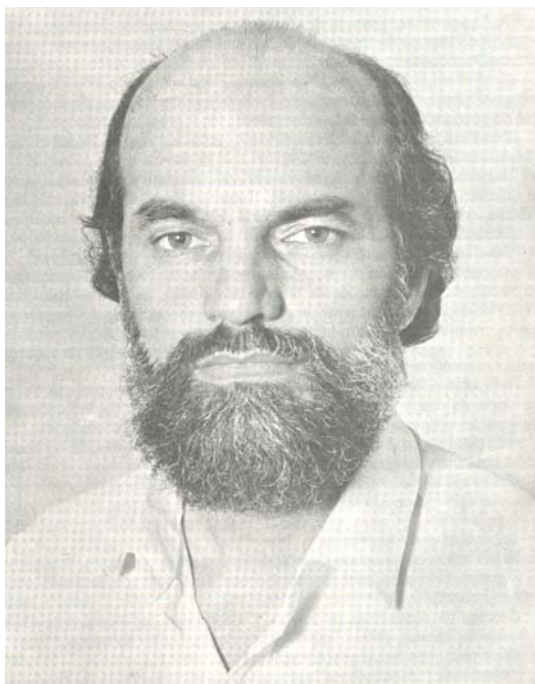


FIGURA 3 – Ex-militante estudantil Athos Magno Costa e Silva³⁸



FIGURA 4 – Ex-militante Athos Pereira da Silva³⁹

³⁸ Fonte: DIAS; DIAS, 1990, p. 135.

³⁹ Fonte: DIAS; DIAS, 1990, p. 145.

Com mesmo recorte temporal de organização e desenvolvimento — anos de 1990 —, o projeto da UCG objetiva à reconstrução histórica de 30 anos do movimento estudantil goiano: de 1960 a 1990. As entrevistas foram feitas com ex-militantes estudantis atuantes nas três décadas e, a seguir, como dissemos, transcritas nos três *Cadernos de entrevista*. A transcrição não segue ordem alfabética nem cronológica, e os cadernos são apresentados pelo coordenador do projeto. A página de apresentação contém o nome da instituição promotora, de incentivo e financiadora, seguido do nome dos coordenadores e bolsistas participantes, do título da pesquisa e da informação de que se trata de *entrevistas com ex-líderes estudantis e autoridades universitárias* e, por fim, a data final da transcrição.⁴⁰ A segunda página contém o nome e o perfil de cada entrevistado, assim como informações sobre a vinculação política no período da militância estudantil; em seguida, as transcrições, com nome e data de cada entrevista — algumas apresentam o nome dos alunos bolsistas entrevistadores.

A cada entrevistado, foram feitas de 12 a 20 perguntas, num padrão que evidencia questões sobre: organização do movimento estudantil no período da militância; reivindicações, intervenções e tendências políticas no movimento estudantil; análise do movimento estudantil nas três décadas (1960/70/80); motivações pessoais para adesão ao movimento; leituras feitas, música ouvida e atividades culturais desempenhadas; estratificação social; vinculação partidária no passado e no presente; reação familiar à participação estudantil; auto-avaliação do engajamento no movimento; análise do movimento estudantil na atualidade; diferenças entre o movimento estudantil goiano e o nacional; limites da mobilização goiana na conjuntura atual. Tais questões nos levam a compreender os objetivos e o direcionamento do projeto pela escolha dos entrevistados e pela vinculação destes com o passado. Procura-se, então, construir cronológica e linearmente a história do movimento estudantil goiano, compreendido à luz da cultura, da sociedade e da política em Goiás.

Comparado com o livro dos irmãos Dias,⁴¹ podemos afirmar que o projeto, em suas transcrições, compõe uma imagem positiva do movimento estudantil. Dentre os envolvidos e entrevistados, estão o ex-militante Ricardo Dias e o professor responsável pelo projeto, Gil César Costa de Paula. As entrevistas conseguem evidenciar assuntos não mencionados no livro, como a cultura, a sociedade e a vinculação partidária no movimento estudantil em Goiás, assim oferece um panorama dos grupos de esquerda

⁴⁰ Folha de Apresentação. *Cadernos de entrevistas*, vols. I, II e III.

⁴¹ DIAS; DIAS, 1990, p. 183–86.

atuantes no estado. Por sua vez, o livro analisa o caráter ideológico, construindo o imaginário da ação revolucionária do movimento estudantil goiano e ressaltando sua unidade.

Não devemos nos esquecer do imaginário que se quer construir em Goiás na década de 1990 com essas duas obras. O livro usa imagens, relatos e análises historiográficas como justificativa para seus objetivos: reconhecer o movimento estudantil goiano como revolucionário. Para isso, os autores se apóiam na imagem do irmão desaparecido e no projeto e nas transcrições das entrevistas voltadas à elaboração da história heróica do movimento estudantil goiano através da perspectiva social, política e cultural. Nos dois trabalhos, a oralidade é percebida como veracidade. Ao ser transcrita, a memória desses indivíduos se aproxima dos leitores numa perspectiva de veracidade e continuidade de vivências. No volume I dos *Cadernos de entrevista*, com transcrição das entrevistas finalizada em 13 de agosto de 1992, o coordenador do projeto põe o trabalho como fruto de árduas dificuldades e pioneirismo, que, *por sua abrangência, irá construir-se em ponto de referência para os estudiosos de nosso Estado e mesmo do Brasil.*⁴² Tem-se aí a concepção do compromisso com a história do movimento estudantil e precursores de um estudo que incentivaria o olhar para a década de 1960 e para Goiás.

O caráter de formadores de um imaginário e preconizadores de uma historiografia goiana relativa ao movimento estudantil nos leva a compreender a pesquisa feita na UCG como mecanismo político de orientação e reconhecimento. Assim, para um dos bolsistas envolvidos no projeto — Cláudio Maia⁴³ —, sua participação no projeto objetivava envolver os participantes do movimento estudantil atuantes na UCG, desvinculando-os de ações contrárias à instituição de ensino. Por outro lado, a militância do professor Gil é reconhecida numa entrevista feita pelos bolsistas e transcrita num dos cadernos, buscando, assim, o reconhecimento político dele no meio acadêmico.

A UCG, cuja construção foi alvo de críticas dos estudantes goianos no fim da década de 1950, em 1990 se torna incentivadora dos dois trabalhos sobre o movimento estudantil, ao publicar o livro, financiar a pesquisa do projeto e promovê-lo, com a organização, em 1992, da Semana do Calouro, cujo tema se voltou à história do

⁴² Gil César Costa de Paula. In: *Caderno de entrevista*, vol. 1.

⁴³ Aluno do curso de História e participante do movimento estudantil em 1990. Entrevista realizada na UFG, em agosto de 2001.

movimento estudantil goiano nos anos de 1960 e cujos debatedores foram Aldo Arantes e Athos Magno.⁴⁴ Na década de 1990, a instituição católica de ensino superior se posiciona como detentora do saber e do ensino superior em Goiás, com o aumento da oferta de vagas e de cursos, bem como pelo aumento da produção bibliográfica dos pesquisadores a ela vinculados e pela publicação de sua editora.

1.2 Imaginário social em Goiás

A crise instaurada em Goiânia e em Goiás em 1987 por causa do acidente radiológico com o césio 135 acarretou uma relação conflituosa e discriminatória entre a população da capital e a população do Estado, e entre esta e a população do país. Tal relação brotou das conseqüências imprevisíveis do acidente e do despreparo do poder político estadual. Dentre os sentimentos despertados pelo acidente, a discriminação e o medo alcançaram níveis alarmantes; a desinformação e o desconhecimento do material davam asas à imaginação: o acidente e suas conseqüências eram tratados com assombro. Tais implicações, próprias do evento, influenciaram a vida do goianiense envolvido direta ou indiretamente no acontecimento.

A fragilidade e o despreparo dos órgãos responsáveis pela fiscalização da bomba do césio 137 e, depois do acidente, por assistir à região atingida e aos acidentados se traduziram em crise na estrutura de fiscalização e amparo aos afetados. A cápsula deixada, em 1985, nas antigas instalações do Instituto Goiano de Radiologia (IGR), no centro da capital, não foi fiscalizada pelo órgão responsável (Comissão Nacional de Energia Nuclear/CNEN), que, em 1977, autorizou a instalação de uma unidade de radioterapia com bomba de césio 137, não retirada pelos proprietários do instituto. Inicia-se aí uma polêmica para apontar responsáveis pela negligência em torno do acidente.

Mesmo após a cápsula ser retirada e violada, em setembro de 1987, por quem desconhecia as propriedades do material radioativo, as autoridades responsáveis só tiveram acesso às informações sobre os fatos duas semanas após, quando a esposa do dono do ferro-velho onde a cápsula foi violada entregou-a à vigilância sanitária, reclamando de transtornos na saúde da família após o contato com o pó presente na cápsula. A elucidação dos fatos relativos ao acidente despertou a indignação da população goianiense e de outros Estados tão logo se soube do acidente, noticiado

⁴⁴ A fala de ambos está transcrita no *Caderno de entrevista* volume III.

nacionalmente como “Um descuido inaceitável”, na manchete do jornal *O globo* de 8 de outubro de 1987, e como “Luminosa incompetência” no jornal *Diário da manhã* do dia 9.⁴⁵

As pessoas afetadas pela radioatividade do césio foram encaminhadas a hospitais e albergues da cidade, ficaram isoladas, sem informações precisas sobre as conseqüências, o tratamento, familiares, moradia e pertences. Nos albergues, foram agrupadas sob a vigilância de policiais, que os impediam de sair, e sob o olhar contínuo de profissionais da saúde. Essa situação foi considerada como perturbadora, pois comprometia ainda mais a *identidade* dos pacientes: *Nas instalações dos prédios onde foram alojados os radioacidentados havia médicos, mas não eram hospitais; havia policiais, mas não eram prisões; os indivíduos eram cidadãos livres, mas não podiam transitar pela cidade.*⁴⁶

Na memória das pessoas diretamente envolvidas no acidente — profissionais desinformados e sem técnicas necessárias para enfrentar o problema, a população das imediações do ferro-velho e a população da cidade e do Estado —, as conseqüências do acidente pós-1987 se traduziram em violência, discriminação, incertezas e a consciência da fragilidade dos órgãos responsáveis e da organização política estatal. Acreditamos que esses fatos e suas conseqüências acarretaram, para população goiana, uma crise identitária, um sentimento de exclusão, ruptura de uma tentativa histórica, então em curso, de inclusão nos moldes de *desenvolvimento* e *organização* nacional iniciados após 1930. Nessa sensação de crise identitária, ocorre a necessidade de se reconstruir a imagem do estado, que, após as políticas de 1930 e a construção de Goiânia, é reconhecido como *moderno*, imagem descaracterizada com o brutal acidente radiativo.

No fim da década de 1980, início de 1990, a história de Goiás ganha espaço nos programas de pós-graduação das grandes instituições universitárias do país e nas publicações que problematizam o conhecimento acerca do estado produzido até então em análises críticas da construção dual sobre o desenvolvimento da região assentadas na dicotomia atraso–moderno. Não reconhecemos aqui que os autores e suas obras sejam frutos diretos do processo identitário desencadeado após o acidente com o césio 137. No entanto, não se pode negar que tenham contribuído para as análises e interpretações

⁴⁵ HELOU, Suzana. (Org). *Césio-137: conseqüências psicossociais do acidente de Goiânia*. Goiânia: ed. da UFG, 1995, p. 16.

⁴⁶ HELOU, 1995, , p. 17.

sobre o estado, enfrentando recortes que enfatizam uma imagem positiva de Goiás, na construção e reelaboração da identidade goiana, tornada referência nessa produção historiográfica.

Desses trabalhos, destacam-se pesquisas feitas na Universidade de São Paulo (USP), tais como as teses *Goiás: modernização e crise, 1920–1960*, de Barsanufu Gomides Borges,⁴⁷ e *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, de Nars Nagib Fayad Chaul,⁴⁸ defendida em 1995 e publicada em 1995, pela editora da UFG. Como os dois autores são professores da graduação e pós-graduação em História da UFG, esses trabalhos se tornaram referência nas produções acadêmicas sobre o estado e no ensino de História.

No início dos anos de 1990, a UFG e a UCG⁴⁹ iniciaram um processo de difusão das pesquisas sobre Goiás através de suas editoras; assim, compõem um novo conhecimento sobre o estado, através de pesquisas elaboradas por goianos e feitas em instituições de ensino em diferentes partes do país. Por meio de seu centro editorial e gráfico, a UFG publica a série “Coleção documentos goianos”, que edita os livros de: Maria Cristina T. Machado, *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história* (1990); de Barsanufu Gomides Borges, *O despertar dos dormentes: estudo sobre a estrada de ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909–1922* (1990); de Nasr Fayad Chaul, *A construção de Goiânia e a transferência da capital* (2001). Ao lado de outros (que serão analisados no último capítulo), esses autores direcionam seus debates à proposta de Goiás como Estado periférico; para isso, incorporam a teoria da dependência oposta à visão dualista da realidade brasileira. No entanto, não rompem a perspectiva dual ao analisar as diferenças regionais e nacionais, usando noções como moderno e centro, atraso e periferia.⁵⁰

Na pesquisa que fizemos em bibliotecas de universidades brasileiras, não encontramos trabalhos sobre Goiás feitos entre o fim da década de 1980 e o início da de 1990 cujo recorte temporal seja posterior aos anos de 1980. O olhar dos pesquisadores problematiza a integração do estado ao país mediada pelas idéias da *industrialização* do estado baseada na agricultura, e da *modernização*, cujo símbolo é a construção de Goiânia e a transferência da capital, em 1937. Assim, podemos perceber que Goiás é

⁴⁷ Pesquisa orientada pelo professor Osvaldo Luís Angel Coggiola e defendida em 1994.

⁴⁸ Pesquisa orientada pela professora Maria Helena R. Campelato.

⁴⁹ Esse processo de organização bibliográfica da UCG foi discutido no item anterior.

⁵⁰ Sobre este assunto, ver: CHAUL, Nars Fayad. A modernidade construída. In: _____. *A construção e a transferência da capital*. 2ª ed. Goiânia: editora da UFG, 2001a, p. 155.

reinventado como estado pertencente à federação, isto é, suas imagens identitárias são reconstruídas: a integração do imaginário regional goiano ao nacional surge como necessidade para uma sociedade que, no fim dos anos de 1980, é marcada pelo trauma da exclusão e do medo provocado por um fator particular, o “acidente” radioativo com césio 137. No próximo capítulo, buscamos discutir como essa busca por uma identidade se impõe aos goianos: nesta ótica, o *ser militante estudantil* é enfatizado pelos ex-militantes estudantis como uma necessidade de reconhecimento e inclusão da atuação estudantil goiana no campo nacional da militância estudantil na década de 1980.

Capítulo 2

CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS E IMAGENS
DO MOVIMENTO ESTUDANTIL GOIANO

A leitura social do passado com os olhos do presente torna o teor ideológico mais visível [...] os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer julgar, marcando bem de que lado estava.

— ECLÉA BOSI

Este capítulo objetiva compreender, com base no relato de ex-militantes estudantis goianos, os sentidos atribuídos à militância estudantil em Goiás e ao ser estudante na década de 1960. Essas experiências são retomadas sob a influência do presente de rememoração: início da década de 1990. Os sentidos atribuídos às experiências vividas pelos ex-militantes direcionam-se à afirmação enaltecida da militância estudantil, representada pela busca de uma identidade estudantil goiana homogênea que os diferencie da sociedade goiana e brasileira. Contudo, se seus relatos deixam entrever isso, o passado vivido sugere que os ex-militantes representavam grupos ideológicos distintos entre si pela vinculação política.

Apresentamos estas discussões em dois momentos: 1) a compreensão dos quando os relatos dos ex-militantes estudantis que procuram, tendo em vista sua diferenciação de outros grupos sociais, elaborar uma identidade estudantil apoiada nas noções de poder, consciência e identidade; 2) compreender por que os ex-militantes estudantis goianos buscam, a despeito dos diferentes grupos partidários e ideológicos de que participaram no passado, reforçar a representação da unicidade do movimento estudantil, o que parece evidenciar a necessidade de inclusão desse movimento e do Estado de Goiás na militância contra a ditadura militar e nos grupos políticos de esquerda do eixo Rio–São Paulo.

2.1 Identidade — discussões atuais

Na segunda metade do século XX, experiências e transformações em diferentes partes do mundo reacenderam as discussões sobre identidade. Conforme Hall,⁵¹ a idéia de identidade expressa-se em: *iluminista* — o indivíduo tem características autônomas e individualistas; *sociológica* — ao contrário, o indivíduo não é autônomo ou auto-suficiente: é formado por valores, significados e símbolos de uma sociedade; e *pós-moderna* — a identidade não é fixa: forma-se e transforma-se continuamente, depende dos sistemas e das representações culturais. Tais discussões foram percebidas como uma questão contemporânea e ocorreram na cultura, na arte e nos vários embates sociais em razão dos deslocamentos da estrutura da sociedade moderna.⁵² Trata-se de uma questão veementemente discutida na teoria social, por haver uma crise de identidade,⁵³ que implica conflitos, antagonismos e alteridade.

O processo de construção identitária se associa a um movimento dialético que flexibiliza as fronteiras e conduz à afirmação do indivíduo ou do grupo, envolvendo temporalidades construídas entre o ser e o dever ser, entre passado (tradição), presente e futuro. A identidade é construída na relação do sujeito com a sociedade e constantemente reelaborada e reorganizada por meio das memórias individuais,⁵⁴ que se articulam com seus interesses.⁵⁵

Segundo Marinho,⁵⁶ o marco inicial do processo de construção de uma identidade latino-americana é a chegada dos europeus ao Novo Mundo. O encontro de culturas distintas e a imposição do projeto civilizador europeu-mercantilista promovem esse processo, que se desdobra, num segundo momento, com a independência e a formação dos Estados nacionais latino-americanos influenciados pelas idéias iluministas, liberais e republicanas cristalizadas no processo de independência dos

⁵¹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

⁵² Discussão feita no curso “A evolução da personalidade no indivíduo contemporâneo”, da professora doutora Claudine Haroche (CNRS/EHESS, França), desenvolvido em dezembro de 2004, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Política (NEPHISPO) — 10 anos — 10 conversações — 10 textos. Tudo que é sólido desmancha mesmo no ar? Identidade(s), subjetividade(s), temporalidade(s): sobre razões e sentimentos na história. Universidade Federal de Uberlândia (MG).

⁵³ HALL, 2002.

⁵⁴ VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: _____. *Projetos e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 97–105.

⁵⁵ VELHO, 1994.

⁵⁶ MARINHO, Marcelo B. *Identidades em construção — suas matrizes ideológicas e mecanismos discursivos. A propaganda nos projetos de modernização de Goiás. A nova capital: Goiânia — décadas de 1930–1940*. 2001. Dissertação (mestrado em História das Sociedades Agrárias) — Faculdade de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Estados Unidos da América (EUA), na Revolução Francesa e nos movimentos republicanos no Brasil, como a Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana.⁵⁷

O terceiro momento desse processo se dá na década de 1930 (pós-crise de 1929 e no entre-guerras) com as transformações urbanas, industriais e sociais provocadas pela falência do modelo agroexportador. Aqui, o poder rural oligárquico é abalado, e a crise do liberalismo e das democracias representativas se revela.⁵⁸ Sob influência de teorias como a doutrina Monroe,⁵⁹ o Destino Manifesto⁶⁰ e projetos de hegemonia continental como o Pan-americanismo e os ideais de luta libertária e anti-hegemônica de Simon Bolívar, os intelectuais apontam uma segunda independência, diferentemente da primeira, com caráter político e contrária aos aspectos intelectual e cultural da hegemonia dos EUA.⁶¹

Marinho⁶² aponta, ainda, um quarto marco do processo de construção da identidade latino-americana:⁶³ a crise identitária ou período de questionamentos, ocorrida nos anos de 1960 e início da década de 1970, provocada pelo fracasso do populismo, pelas tendências progressistas da indústria (influenciados pela sociologia norte-americana e pelos trabalhos do Centro de Estudos dos Problemas da América Latina/CEPAL) e pela radicalização dos movimentos populares, golpes e regimes militares na América do Sul. Tudo isso acompanhado pela adesão de uma ala da igreja católica.⁶⁴

O último momento da crise identitária na América Latina registrada no século passado começa no fim da década de 1970 e chega ao início da de 1990. Aqui, é influenciada pelas teorias conservadoras e neoliberais, pela decadência do socialismo no

⁵⁷ MARINHO, 2001.

⁵⁸ MARINHO, 2001.

⁵⁹ Doutrina lançada pelo presidente dos EUA James Monroe, em 1823. Com o *slogan* “A América para os americanos” estabelecia como prioridade na política externa a ampliação da influência de Washington sobre os países do continente americano.

⁶⁰ Cunhada pelo jornalista John L. O’Sullivan, a expressão aludia à idéia de que os EUA tinham não só o direito de expandir seu território no continente americano, mas também — e sobretudo — a obrigação de fazê-lo, pois era a “vontade de Deus”, e isso os colocava numa posição superior àquela ocupada pelos demais povos. Essa doutrina foi aplicada em benefício dos interesses expansionistas dos EUA na conquista territorial de metade do México (segunda metade do século XIX), em ações na América Central e no Caribe.

⁶¹ Ver: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. 4ª ed. Rio de Janeiro: ed. da FGV, 2001.

⁶² MARINHO, 2001..

⁶³ No Brasil destacam-se os trabalhos de: Caio Prado Júnior, direcionado a análises críticas de reconstrução do processo de emancipação e autonomia nacional; Florestan Fernandes, sobre a dependência renovada e revigorada frente ao desejo de emancipação e autonomia nacionais; Fernando Henrique Cardoso, que analisa a emancipação e autonomia nacional pelo viés da dependência e desenvolvimento. In: REIS, 2001.

⁶⁴ Mais informações sobre as diferenças internas na igreja católica no Brasil, ver: MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil*. 1916–1985. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Leste Europeu — com a queda do muro de Berlim e a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) —, pelo término da Guerra Fria, pela proposta de globalização e pelo redirecionamento econômico mundial.

No Brasil, a pesquisa e reflexão relativas à identidade e memória nacional são realçadas quando das comemorações dos 500 anos de conquista da América, em 1992, e do Brasil, em 2000. Nesses espaços identitários, reencontramos o significado da militância estudantil permeado por dois momentos de crise de identidade: década de 1960, momento de participação no movimento estudantil; década de 1990, período de rememoração e narrativa da vivência nesse movimento. No segundo, os significados e as disputas simbólicas constituídas no processo de afirmação dos ex-militantes são representados na busca e afirmação de uma identidade estudantil e uma identidade estudantil goiana, concebidas como referência social e nacional de participação no movimento. Embora tomemos para análise o segundo momento, não devemos desconsiderar a influência dos aspectos que levam à crise, pois remontam a uma busca de afirmação da década de 1960; logo, esse passado e as experiências dos ex-militantes são referência à construção da auto-imagem desses indivíduos conforme a necessidade do tempo presente da rememoração.

2.2 Ser militante estudantil

Para os ex-militantes estudantis goianos, a subjetividade de *militante estudantil* é permeada pelas representações de *poder, reconhecimento e identidade*, pois a condição do *ser estudante* — segundo eles — é defender uma *sociedade* que reconhecem como *apática* frente às determinações políticas do momento e do *ser militante*; é estar incluído em um processo, integrar um grupo em detrimento de outro, ou resistir a esse processo, mediante uma proposta contrária à imposta. Assim, com base nos significados atribuídos pelos ex-militantes, o movimento estudantil organizado na década de 1960 tinha como referência a defesa de uma *sociedade* civil ameaçada por uma política imposta militarmente, com o golpe de 1964.⁶⁵ Logo, segundo dizem, *ser militante estudantil* era resistir à proposta política implantada pela ditadura militar, era ser sujeito *crítico* de uma sociedade apática: elite intelectual, representante político, social e cultural de uma sociedade sob opressão.

⁶⁵ Ver: GASPARI, 2002.

Os valores construídos têm por base o *ser militante estudantil* voltado à *modificação desta sociedade* — como diz a ex-militante Liz Elizabeth⁶⁶ — ou à *construção de uma sociedade* — no dizer de Nilva M. G. Coelho⁶⁷ —, cheio de sonhos e atitudes, por serem os militantes estudantis *os únicos a reagirem* ao sistema político,⁶⁸ econômico⁶⁹ e social⁷⁰ — como salienta Valdi Camárcio.⁷¹ Daí surgem os conflitos, as dicotomias entre a sociedade em que estavam inseridos e pela qual lutam e o diferencial por serem uma *elite intelectual*, como enfatiza Bianor Ferreira de Lima,⁷²

Os estudantes, principalmente os de nível superior, constituem a elite intelectual, em face da grande maioria de brasileiros analfabetos ou que não tiveram a oportunidade de continuar seus estudos, estando, pois, despreparados para lutar e para defender seus direitos, principalmente os direitos políticos e sociais.

Em muitos relatos, a mobilização e a participação estudantil, individual e coletiva têm como referência o que denominam de *sociedade*: a defesa dos grupos excluídos, *os brasileiros analfabetos*⁷³, o combate, de acordo com Valdi Camárcio, *ao autoritarismo, as desigualdades, a falta de liberdade e a ditadura militar*. Quando se definem como *estudantes*, os ex-militantes enfatizam que não se reconhecem como parte da sociedade vista por eles como *apática* — embora ela os motivasse: como estudante,

[...] a gente era imbuído [...] de um processo democrático, [...] construção de uma sociedade onde o cientista participava [...] o que mais motivava o estudante era ele saber que tinha uma geração alienada [...] quando eu entrei

⁶⁶ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

⁶⁷ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

⁶⁸ Definida como a imposição militar e suas práticas, a seqüência de atos institucionais, decretos, leis, intervenções e a instituição do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/DEOPS), Serviço Nacional de Informações (SNI), Destacamento de Operações de Informações (DOI-CODI), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informação da Aeronáutica (CISA). Ver: DREIFUSS, René A. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁶⁹ Iniciado no governo Castelo Branco, o alinhamento econômico com EUA e Fundo Monetário Internacional (FMI) trouxe corte de gastos públicos, arrocho salarial e altos índices de inflação. A intensificação do internacionalismo econômico empregado por Costa e Silva e o crescimento econômico entre 1968 e 73 — o “milagre econômico” — dinamizaram o poder aquisitivo da classe média, ocultando investimentos em setores fundamentais como o ensino público. Tudo isso gerou inconformismo no meio estudantil e enfatizou a defesa das riquezas do país. Contrários à intervenção e aos acordos com os EUA, estudantes reivindicaram investimentos educacionais (como aumento de vagas e ampliação das universidades) e redução dos índices inflacionários. Ver: FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974; _____. *O Brasil pós-“milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

⁷⁰ Percebido nos altos índices de analfabetos e desempregados no país e na deficiência no acesso à saúde pública, ao saneamento, dentre outros problemas. Ver: REIS, Daniel A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

⁷¹ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

⁷² CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

⁷³ Bianor Ferreira de Lima. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

*no movimento estudantil a minha preocupação [...] era o meu papel como estudante.*⁷⁴

Ao se representarem como conscientes política e culturalmente, diferenciam-se da sociedade civil, pois se consideram como baluartes de uma proposta de reivindicação em defesa de interesses estudantis e civis. Com isso, supõem como solução para a sociedade a participação dos estudantes, então numa condição favorável por conhecerem os problemas dessa sociedade por meio da ciência e da política — graças ao saber fornecido nas universidades e nos grupos partidários.

No Brasil dos anos de 1930, segundo Chaul, a relação entre ciência, conhecimento e poder se direciona à salvação da sociedade: os *homens da ciência* tornavam-se *semideuses do povo*, representantes da *vida* e da *recuperação dos males*.⁷⁵ Com efeito, fruto dessas concepções, os estudantes relacionam o conhecimento científico — representado pelo ensino universitário — com a auto-imagem de *salvadores* de uma suposta *moléstia* que ameaçaria a população de Goiás. Não havia distinção de curso de graduação; a diferença estava na frequência e, sobretudo, por fazerem parte de um processo educacional que diferenciava, dava *status* e proporcionava a conscientização dos indivíduos envolvidos na luta educacional.

Militante estudantil na década de 1960, Aldo Arantes aponta uma relação contrária. Para ele, levaram à conscientização dos estudantes a realidade e a condição social, caracterizadas pela *situação de miséria e de fome*, [...] [e de] *desigualdade social que o estudante deu acesso a um nível de conhecimento mais elevado e ao mesmo tempo ele teve uma atitude*, [...] *pela própria característica dele*.⁷⁶ Arantes reafirma, assim, a característica dos estudantes de se portarem como detentores da consciência social e política por se considerarem um grupo diferenciado, o *ser estudante* — nesse caso, ser consciente e ter ação, pois transformar a realidade vivenciada exige, segundo esse ex-militante, percepção da realidade, e os militantes estudantis eram os únicos a tê-la. Num terceiro momento, a militância política proporciona, então, a tomada de consciência e impulsiona a ação dos estudantes — como defende o ex-militante Athos Magno:

⁷⁴ Nilva M. G. Coelho. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

⁷⁵ FOUCAULT, Michel. *O nascimento das clínicas*. Rio de Janeiro: Forense, 1977, apud CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás*. Da construção da decadência aos limites da modernidade. 2ª ed. Goiânia: ed. da UFG, 2001b, p. 190.

⁷⁶ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

[...] *então ele [estudante] era a voz da sociedade, porque estavam articulados [...], os jovens politizados [propunham] que a solução era lutar contra a ditadura militar. Nós éramos [...] os donos da revolução e do destino do povo, o destino do povo brasileiro estava em nossas mãos.*⁷⁷

O imaginário⁷⁸ sobre a consciência estudantil e, em conseqüência, a ação dos estudantes parte da percepção de uma realidade que contrapõe os anseios e projetos do grupo (estudantes) e o aproxima do campo ideológico, com concepções de mundo que impõem uma representação e um enquadramento. Segundo Le Goff,⁷⁹ o enquadramento no *real* obriga os indivíduos a integração social e cultural, ao *quadro conceptual preconcebido*,⁸⁰ reconhecível na militância como consciência e ação (manifestações). Isto é percebido quando os ex-militantes estudantis afirmam serem essas características próprias e necessárias aos estudantes por estarem supostamente numa condição favorável se comparada à da sociedade em geral. Nesses termos, a consciência política é explicitada nas lembranças dos ex-militantes: eles eram os únicos agentes sociais aptos a analisar a sociedade criticamente e apontar soluções. A educação e a política são os diferenciais que constroem as significações identitárias do grupo e a capacidade para a luta:

*Os estudantes [...] constituem a elite intelectual [em] face da grande maioria de brasileiros analfabetos ou que não tiveram a oportunidade de continuar os seus estudos, estando, pois, despreparados [sic] para lutar e para defender os seus direitos, principalmente os direitos políticos e sociais.*⁸¹

Em certos momentos, *analfabetos* e *sociedade* são percebidos como justificativa para a mobilização, pois não pertencem ao grupo de brasileiros favorecidos pelo ensino: são os estudantes quem os representa. Os outros são *apáticos, despolitizados e despreparados*, sem consciência e sem interesse pelos problemas do país: os estudantes são os *únicos* a se posicionarem, como afirmam Valdi Camárcio⁸² — *acho que os estudantes sentiam que, se eles não reagissem, não chamava ninguém mais pra reagir* — e Athos Magno⁸³ — *Então os estudantes tiveram muita força porque eles eram a voz*

⁷⁷ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

⁷⁸ No sentido em que usamos aqui, esse termo designa um sistema de idéias e imagens de representação coletiva. Ver: PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9–27, 1995.

⁷⁹ LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.

⁸⁰ LE GOFF, 1994, p. 12.

⁸¹ Bianor Ferreira de Lima. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

⁸² CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

⁸³ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

da sociedade que não podia se fazer sentir. Os relatos da memória revelam o interesse dos ex-militantes em evidenciar a representação de defensores da sociedade face à falta de liberdade e ao cerceamento dos direitos civis e políticos pelo regime militar — condição esta possibilitada por se auto-representarem como defensores de uma *sociedade* que reconheciam como *apática*.

Dentre as metas defendidas em *prol da sociedade*,⁸⁴ os aspectos políticos e sociais soam com relevância, sobretudo por incluírem a representação de *ser estudante*. Segundo os ex-militantes, os estudantes representavam os interesses da sociedade; e o que os diferenciava desta, mais que a militância, a condição de ser estudante, uma subjetividade singular em construção. Nos relatos, a atuação estudantil deixa entrever o enfrentamento social e político, pois a educação e a política são os elementos que tornam o grupo *diferente*, conforme o valor agregado no período de militância e de rememoração.

Os problemas apontados têm caráter político, justificado pela falta de liberdade e consciência dos fatos históricos, visto que o espaço estudantil é organizado em encontros, discussões e busca de supostas soluções para o país — deriva daí o mito estudantil de transformação e construção da sociedade brasileira da qual seriam os sujeitos. A sociedade que necessita ser defendida, também, é criticada pela imparcialidade e pelo não-posicionamento frente à realidade política do país. Os estudantes a defendem com base nas [...] *grandes teses empossadas pelo movimento, na época, em prol da sociedade principalmente dos mais desamparados*.⁸⁵ Porém, evidenciam uma troca de favores: se a defendem, a cobrança de apoio é expressa, por exemplo, também nas perseguições policiais no momento das manifestações de rua:

*Organizamos um movimento de protesto no centro de Goiânia. A repressão se sentiu convidada e compareceu. Instalou-se uma correria, [...] tentei escapar dos policiais numa residência na rua Araguaia, quando a dona da casa fechou a porta na nossa cara.*⁸⁶

Depreende-se do relato que a estudante foi presa não por causa não da atividade realizada, mas pela falta de apoio da dona-de-casa que não a acolheu, tornando-se, assim, aliada do sistema combatido e inimiga do movimento e dos estudantes. Segundo a ex-militante, *durante muito tempo esta mulher foi estigmatizada por tal ato. Toda vez*

⁸⁴ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

⁸⁵ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

⁸⁶ Olga Darck Pimentel. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 175.

que ela pintava o muro de sua casa, os estudantes iam lá e pichavam de novo, denunciando-a.⁸⁷ Convém esclarecer que o muro e as pichações são ações dos estudantes para se orientarem, denunciarem e, sobretudo, comunicarem-se ao serem impedidos de recorrerem a outros meios. Essa atitude é percebida como forma de comunicação alternativa, diferenciada das concepções analisadas por Marinho⁸⁸ ao tratar de jornais e programas de rádio no estado de Goiás da década de 1960. É, também, um símbolo de radicalização e posicionamento como cartazes e panfletos.

Olga Darck Pimentel e o ex-militante Paulo Silva de Jesus se viram em circunstância semelhante: *eu e a Olga Darck [...] os policiais saíram correndo atrás da gente. Entramos num bar e o dono deste estabelecimento fechou-o imediatamente, salvando-nos das garras da repressão.*⁸⁹ Noutros termos, a sociedade que os estudantes defendem, também, os defende.

Mecanismo de ação dos estudantes, as manifestações públicas os transformam e os direcionam à militância para *serem militantes estudantis*. Constituem o fundo comum⁹⁰ nas memórias dos ex-militantes, pois o espaço público se mostra como lócus de encontro e construção das memórias, que fazem brotar, a partir dos interesses moldados no presente de rememoração e projetados no futuro,⁹¹ continuidades e lacunas. Trata-se de um fundo comum rememorado, narrado com perspectivas diferenciadas, todas justificadas pela imagem criada pela sociedade no presente da rememoração.

As imagens construídas sobre esse *ser militante estudantil* são carregadas de positividade, afirmam o papel de defensores, responsáveis e representantes da sociedade; também exprimem uma imagem dos inimigos. Dentre eles, a maioria é inimiga dos estudantes e de suas práticas, porém não da sociedade: aqui se pode reconhecer os inimigos diretos que representam a repressão (a exemplo de policiais e diretores de escolas), traduzida em medidas que afetavam fisicamente os estudantes — perseguições e luta corporal com policiais, por exemplo. Como afirma Athos Pereira da

⁸⁷ Olga Darck Pimentel. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 175.

⁸⁸ MARINHO, 2001.

⁸⁹ Paulo Silva de Jesus. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 151.

⁹⁰ Segundo Bresciani, a expressão fundo comum seria [...] *o material com o qual é elaborada [as memórias] e cuja genealogia necessita ser interrogada*. BRESCIANI, Maria Stella. M. Identidades inconclusas no Brasil do século XX — fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, Maria Stella. M. (Org.); NAXARA, Márcia Regina. (Org.). **Memória e (res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: ed. da UNICAMP, 2001, vol. 1, p. 407. Aqui, o termo ganha proporções de contexto e de espaço de vivências.

⁹¹ SEIXAS, 2002, p. 60.

Silva:⁹² *os policiais se encontravam munidos de fuzis, baionetas, revólveres, cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo para reprimir a massa estudantil. Ou ainda:*

As forças repressivas conseguiram me deter por alguns instantes com uma pedra na mão em plena avenida Goiás. No entanto, o tenente havia deixado cair seu capacete verde-oliva e se dirigiu para pegá-lo. Foi suficiente para eu escapular, “num pulo de gato”, das garras da repressão.⁹³

É a compreensão do significado de inimigo direto que redimensiona a construção do mito da *força estudantil*. Os estudantes buscam ser reconhecidos como imparciais politicamente — justos e inabaláveis ante as determinações do governo militar. São representantes da sociedade e ao mesmo tempo superiores a ela e à força policial, da qual destacam só o aparato bélico. A *força estudantil* se garantia pela *paixão, consciência e imparcialidade* — como afirma Athos Pereira e Silva: *no pânico instituído pelas forças de repressão, fui preso, mas solto imediatamente, e ainda consegui libertar do cerco policial um estudante secundarista, o Stepan Nercessian.⁹⁴* Ao se definirem como representantes da sociedade e contrários ao regime militar, os estudantes se aproximam do ideal e da *paixão revolucionária* do movimento estudantil, assim como da consciência adquirida ao ser estudante.

Contudo, o discurso de imparcialidade contradiz a proposta de parcialidade romântica e partidária do movimento estudantil: no presente de rememoração — década de 1990 —, os estudantes são transformados em heróis, imaginário que responde aos interesses presentes no tempo de reelaboração dessas memórias. Requerem um reconhecimento social permeado de características positivas, em virtude da ação e consciência que reivindicam como a *verdade* em relação ao movimento estudantil na década de 1960.

Segundo Girardet, o caráter de *heroicização* pode ser apresentado e organizado em tempos diferentes, influenciados pelo caráter afetivo: *tempo da espera e do apelo, tempo da presença e tempo da lembrança.⁹⁵* Neste, a figura de um “salvador” se impõe. Com efeito, as imagens percebidas como míticas pelos ex-militantes são transportadas para o tempo presente como referência política e social, enfatizadas e traduzidas como heroísmo. Em 1990, os militantes estudantis da década de 1960 são ainda reconhecidos

⁹² In: DIAS; DIAS, 1990, p. 147.

⁹³ Valdi Camárcio. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 154.

⁹⁴ In: DIAS; DIAS, 1990, p. 154. Não temos relatos do ex-militante Stepan Nercessian, cuja participação no movimento é citada por vários ex-militantes de forma envolvente. Nos anos de 1980 e 1990, ele faria fama como ator de cinema e da Rede Globo, com participação em novelas e minisséries.

⁹⁵ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 72.

por esse passado e, assim, legitimam sua atuação política no presente; dessa forma, mesmo fatos de um presente próximo não podem desmentir o discurso ideológico elaborado por eles no processo de rememoração.

Ao reconhecerem na *repressão* o grande inimigo, justifica o posicionamento de esquerda sua participação; procuram se diferenciar do *outro*⁹⁶ percebido na rua — por exemplo, os *policiais* e os *diretores* de instituições de ensino, responsáveis por atos repressivos contra os estudantes, a exemplo da expulsão: *a diretora do estabelecimento decretou a minha expulsão e de outros membros da direção [do grêmio], dentre os quais Stepan Nercessian e Vilmar Cardoso*, afirma Euler Ivo.⁹⁷ A atitude dos “inimigos” é retaliada pelos estudantes, criando a imagem de um indivíduo que representa um grupo⁹⁸ em relação recíproca do grupo com seus integrantes. Para cada ação repressiva, uma reação explosiva estudantil: como conseqüência da expulsão citada acima: *os estudantes, não concordando com a portaria, inverteram e decretaram a expulsão da diretoria autoritária, e como forma e tática de repressão entramos em greve geral, com total adesão dos estudantes.*⁹⁹ As características dos grupos que influenciaram as definições e os enfrentamentos, ao *inverterem* a proposta do *inimigo* em seu favor, redimensionam o poder organizacional do movimento estudantil, engrandecendo-o. Com isso, a ação pública associada à adesão e ao número de participantes, é percebida como altamente positiva e efetiva, elevando a imagem do líder estudantil à figura do herói por aclamação.

Ao nomear os “inimigos”, os estudantes definem os pontos a serem atacados. Os inimigos diretos são reconhecidos por eles como quem cristaliza o poder militar e encara a força repressiva do Estado ditatorial. A política do governo militar denota propostas em tudo prejudiciais aos interesses estudantis e, por conseqüência, aos interesses pessoais dos estudantes. Nessa ótica, são identificados os outros “inimigos”: as políticas educacionais; os decretos e processos contra estudantes envolvidos no movimento organizado; o imperialismo dos EUA; a falta de liberdade de expressão e

⁹⁶ Michel Pollak enfatiza a percepção do *outro* no processo da narrativa; a memória é direcionada a uma *reconstrução*, isto é, reavaliação e referência do passado no presente, pois [...] *ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros* [...]. In: _____ . Memória e esquecimento. *Revista estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 3, 1989, p. 204.

⁹⁷ In: DIAS; DIAS, 1990, p. 130.

⁹⁸ Organizações político-estudantis como grêmios secundaristas, Diretório Central dos Estudantes (DCE), diretórios acadêmicos, centros acadêmicos, União Nacional dos Estudantes (UNE), União Estadual dos Estudantes (UEE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES) e organizações político-partidárias como Ação Popular (AP), Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR-08) e outros.

⁹⁹ Euler Ivo. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 130.

organização. Diretamente ligado ao aspecto educacional, o grande inimigo apontado é o academicismo, representado pelo projeto Rondon¹⁰⁰ e pelo acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Segundo Nilva M. G. Coelho,¹⁰¹ essas políticas distanciavam os estudantes da realidade brasileira ao enfatizarem uma visão tecnicista, proporcionada pelo direcionamento de leituras e atividades no campo educacional destituída de questionamentos. Visto pelos ex-militantes como mecanismo de conexão com os interesses do Estado, o projeto Rondon tem como articuladores estudantes e professores e é *sistematizado pelas forças, [...] que dominavam o país, [...] de uma área realmente conservadora [...] o aluno tinha que sistematizar tudo em função da instituição.*¹⁰²

Ao preconizar uma realidade contrária aos interesses dos estudantes, que defendiam e confrontavam os objetivos fixados pelo governo, a ação comum entre estudantes, comunidade e governo¹⁰³ criava também — afirmam os ex-militantes — uma percepção conservadora da realidade brasileira. Nesse sentido, o projeto Rondon distanciava os estudantes de uma visão crítica da situação real enfrentada pela sociedade em diferentes partes do país. Segundo os ex-militantes, o próprio governo militar era o grande responsável pelo agravamento dessa situação, com os problemas sociais, econômicos e políticos que o país enfrentava após 1964.

Os projetos do governo militar destinados à educação instauram o processo de contestação entre os estudantes, contrários às articulações e aos objetivos do acordo MEC-USAID. Fundamentado — segundo Valdi Camárcio¹⁰⁴ — na reforma universitária conforme o modelo dos Estados Unidos e por ser uma *corrente de transmissão da política Norte Americana para o Brasil* [sic], o ensino superior desempenharia papel estratégico porque lhe caberia forjar o novo quadro técnico, alinhado ao novo projeto econômico e à política dos EUA. Noutros termos, o academicismo — fruto do projeto Rondon e do acordo entre MEC e USAID — conduziria, no dizer dos ex-militantes, o ensino universitário às necessidades do Estado militar, cuja articulação associava educação com sociedade. O primeiro aparece nas lembranças dos ex-militantes como fator de manipulação da imagem do estudante, moldando seus participantes à luz de uma falsa realidade; o segundo representaria, para os ex-militantes, tanto as

¹⁰⁰ Ver: GURGEL, Roberto M. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

¹⁰¹ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

¹⁰² CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

¹⁰³ Ver: <<http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0105-03.htm>>. Acesso em: 3, janeiro 2006

¹⁰⁴ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

transformações no campo educacional quanto a reforma universitária e a influência econômica e política dos EUA, que constituía o “inimigo” mundial dos grupos políticos de feições socialistas, identificados ao ideário de revolução da então URSS, de Cuba ou da China.

Esses inimigos representados no “academicismo” dos projetos educacionais da ditadura militar são associados com as disputas político-ideológicas que levam os estudantes a se posicionarem contra a influência dos EUA. Assim, pelos aspectos educacionais, influenciados pelos embates da década de 1960 — como a disputa de hegemonia entre EUA e URSS, capitalismo *versus* comunismo —, os estudantes remontam à imagem e aos sentidos da expressão *imperialismo norte-americano*: a luta contra esse *imperialismo* é reconhecida como justificativa para a mobilização do movimento estudantil e a defesa da sociedade pelos estudantes. Para os militantes, a política de acordos entre Brasil e EUA representa a influência deste e a transformação da educação, da economia, da política e da sociedade brasileira segundo os interesses do país norte-americano. Assim, lutar contra o *imperialismo* é se aproximar das políticas socialistas latino-americanas em voga, como a de Cuba; é defender as riquezas nacionais, representadas por mobilizações conhecidas como *Petróleo é nosso*¹⁰⁵ e justificadas pela busca de autonomia da educação, na economia e na política.

Ser militante estudantil, então, expressa aspectos estruturais de construção de imagens à luz de um poder simbólico, gerado por aspectos sociais, econômicos e políticos no passado rememorado e na ótica do presente de rememoração. Nessa relação temporal do processo de rememoração, os ex-militantes aplicam a imagem do herói ao movimento estudantil de esquerda e os sentidos a ele atribuídos: defensor e representante de uma sociedade que se transformou, acompanhando as transformações da própria militância estudantil.

2.3 Militância em Goiás

Na segunda metade do século XX, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Goiás teve aumento populacional de 4,9%; porém, com distribuição desigual da população: 1 e 2 hab./km² — ante o nível nacional de 12 hab./km². Ao promover a elevação da taxa urbana, esse indicativo subiu para 20,2%, em

¹⁰⁵ Os ex-militantes retomam a referida proposta política visualizada na década de 1950 como materialização da ação do movimento estudantil em defesa dos interesses nacionais.

1950; 30,7%, em 1960; e 44%, em 1960.¹⁰⁶ Esses dados nos ajudam a compreender a organização populacional do estado e, logo, da nova capital (Goiânia) e da sociedade que se organiza política, cultural e economicamente.

A justificativa para esse aumento foi a proposta *modernizante* do estado:¹⁰⁷ construir *uma capital nova, que [...] [fosse a] verdadeira metrópole de seu progresso*¹⁰⁸ — como afirmou Pedro Ludovico Teixeira.¹⁰⁹ Tal proposta, assim como a construção de identidades, viabilizou a elaboração de *um campo simbólico que abriga características de um mundo tanto moderno quanto tradicional*,¹¹⁰ fundamentado — segundo Sandes¹¹¹ — pelo desejo de ser e fundar uma *identidade* cuja referência era a questão nacional de cunho político, direcionada a um futuro por meio da *lógica da inclusão*,¹¹² que influenciaria a historiografia e o imaginário goianos.

Nessa ótica, as políticas empregadas, do *império aos dias atuais*,¹¹³ foram revisitadas, e o interesse na inclusão da economia e de Goiás nos projetos nacionais foi sublinhado. Parece-nos que essa postura influenciará o ato de memória dos ex-militantes estudantis, que têm como referência a participação no movimento estudantil na década de 1960 e vai enfatizar aspectos da militância no Estado, comparando-o e interpretando-o à militância nacional. Também é enfatizada a participação em manifestações, passeatas e comícios-relâmpago, cuja referência é a imagem épica dos estudantes e da militância no estado, reivindicada pelos ex-militantes na década de 1990.

¹⁰⁶ O aumento da população de Goiás pode ser relacionado com a transferência da capital do Estado; a construção de Brasília; a elaboração de grandes eixos rodoviários: Belém–Brasília (BR - 153) e Cuiabá–Porto Velho (BR-364); êxodo rural, como o *processo de monopolização da propriedade fundiária* (DIAS; DIAS, 1990, p. 57); a rearticulação da política educacional secundarista e a criação das universidades na capital.

¹⁰⁷ Ver: CHAUL, 2001b.

¹⁰⁸ Pedro Ludovico Teixeira. Relatório, 1930–1933. In: CHAUL, 2001a, p. 81.

¹⁰⁹ Pedro Ludovico Teixeira se destaca em Goiás pelo posicionamento contrário à oligarquia da tradicional família Caiado e é um dos líderes da revolução de 1930 em Goiás. Nomeado interventor federal no estado, exerce o cargo entre 1930 e 1933; então se torna governador, entre 1935 e 1937, e responsável direto pela mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia. Entre 1937 e 1945, é indicado pela segunda vez interventor federal e, depois, governador eleito, cujo mandato vai de 1951 a 1954. É eleito senador por Goiás, com mandato em duas oportunidades: 1955–62; 1962–70. No entanto, em 1969 teve casado seu mandato e suspensos seus direitos políticos por dez anos. Ver: FERNANDES, Marilena Julimar A. *História, memória e (re)sentimento*: Pedro Ludovico Teixeira. 2002. Dissertação (mestrado em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

¹¹⁰ SANDES, 2002, p. 15.

¹¹¹ SANDES, 2002, p. 15.

¹¹² SANDES, 2002, p. 15.

¹¹³ SANDES, 2002, p. 15.

No dizer do ex-militante Licínio Barbosa,¹¹⁴ o movimento estudantil goiano tem como referências duas grandes conquistas de relevância nacional. Uma é *a criação de uma Universidade Federal [...] pública e gratuita em pleno interior do Brasil, a primeira que seria criada em todo o Centro-Oeste*,¹¹⁵ que se traduziu no crescimento e na rearticulação do estado com a *economia de base agropastoril*, assim como proporcionou o crescimento da capital, do estado e a melhoria da educação no Centro-Oeste e no país. Segundo os ex-militantes estudantis, a criação da universidade resultou de articulações e manifestações dos estudantes goianos, de início contrários à criação da universidade particular vinculada à igreja católica, cujo artífice — dom Fernando Gomes dos Santos — teve um *enterro simbólico*.¹¹⁶ A isso seguiu-se o projeto de construção da instituição federal, de autoria do então diretor da Faculdade de Direito, professor Colemar Natal e Silva, apoiado por líderes estudantis e professores goianos.

Esse processo trouxe, ao imaginário social, contribuições à construção da identidade goiana. O fato foi capa do jornal de maior circulação no estado: *A comissão [...] dirigida pelo presidente da UEE, estudante Sebastião Balduino de Souza, conferenciou durante grande parte do tempo com o Chefe da Nação, falando da necessidade de uma Universidade Federal de Goiás*.¹¹⁷ O resultado foi a aclamação dos grupos estudantis goianos, que passaram a se autodefinir como o *Quarto Poder*¹¹⁸ da Nação, materializado na capacidade de se organizar e pressionar a presidência do país.

Esse *poder* se evidencia na segunda conquista do movimento estudantil goiano apontada por Licínio Barbosa:¹¹⁹ contribuir para que a capital federal se deslocasse para o Planalto Central através do apoio ao programa de governo de Juscelino Kubitschek e, em consequência, reforçar a imagem de grande homem e estadista que transformou o país e Goiás durante seu governo. Segundo Licínio, em comício na cidade de Jataí (GO), Juscelino prometeu: se fosse eleito, cumpriria a Constituição Federal. Nesse momento, foi interpelado por um estudante: *Se V. Exa vai cumprir a Constituição Federal, e a*

¹¹⁴ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

¹¹⁵ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

¹¹⁶ Licínio Barbosa. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

¹¹⁷ FOLHA DE GOIAZ, 10/9/1960, p. 1. *Universidade Federal. Mensagem de JK dia 12*.

¹¹⁸ O termo intitula um jornal de veiculação estudantil em Goiás e foi analisado por Duarte, que enfatiza o movimento estudantil como *quarto poder*, disputando com o Legislativo, Executivo e Judiciário, de forma complementar e, em alguns casos, de forma igualitária. Suas armas simbólicas eram o grito e o número de participantes em manifestações nas ruas principais de várias cidades. DUARTE, Terezinha. *Entre a realidade e a utopia. O movimento estudantil goiano na década de 60*. 1994. Monografia (graduação em História) — Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

¹¹⁹ Licínio Barbosa. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

Constituição diz que a Capital Federal deve ser transferido para o Planalto Central, V. Exa vai transferir a Capital Federal para o Planalto Central?.¹²⁰ No dizer de Licínio,¹²¹ tal indagação promoveu a transferência e construção da capital federal: *meta-síntese do programa de governo de Juscelino, que se transformaria [...] no principal ponto de sua administração e o imortalizaria*.¹²²

Essas imagens relacionadas com o *poder* vêm reiterar, sobretudo, a participação dos estudantes goianos no movimento estudantil — no estado e no país — em prol da inclusão de Goiás na pauta política nacional e da construção de uma identidade goiana, como quer Licínio Barbosa. As conquistas vinculadas à educação e política do fim dos anos de 1950 enfatizadas por Licínio Barbosa foram, assim, proporcionadas pelo movimento estudantil em momentos históricos significativos para o país e o estado. Porém, o processo de tomada de poder pelos militares não é mencionado no relato dos ex-militantes estudantis. Não há posicionamento, tampouco questionamento: mostra-se como uma lacuna, um esquecimento construído.¹²³ Disso se depreende: se os militantes estudantis são responsáveis por transformações importantes no país, são também apáticos quando do golpe militar, em 1964, e, depois, se mostram contrários às políticas e ações do governo quando estas os afetam na condição de “representantes” conscientes da sociedade apática. Mais que isso, a memória, em 1990, seleciona os acontecimentos positivos para a militância e o posicionamento político, como a participação em passeatas, debates, enfrentamentos dos “inimigos”. Logo, trata-se de imagens construídas para promover o reconhecimento da condição de militante estudantil num estado às voltas com importantes transformações econômicas e sociais materializadas, acima de tudo, na construção das capitais do estado — Goiânia — e do país — Brasília.

Analisadas na historiografia goiana como processo determinante da *radicalização das lutas dos “filhos das classes médias” em Goiânia [...]*,¹²⁴ as ações convergem para a defesa do governador Mauro Borges¹²⁵, em 1964, justificada pelas

¹²⁰ Licínio Barbosa. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

¹²¹ Licínio Barbosa. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

¹²² Licínio Barbosa. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

¹²³ Ver: POLLAK, 1989; SEIXAS, 2003, p. 43–63.

¹²⁴ DIAS; DIAS, 1990, p. 58.

¹²⁵ Após negociações desfavoráveis ao estado e ao governo, a imposição do governo militar sobre o estadual acarretou intervenção federal e deposição de Mauro Borges, culminando na ofensiva de 26 de novembro de 1964, quando o então coronel Carlos de Meira Mattos foi enviado a Goiânia para sitiar a cidade. Caças MK-7 e MK-8 Gloster Meteor fizeram vôos rasantes e ensurdecedores sobre o Palácio das Esmeraldas para aterrorizar e pressionar o governo, assim como a multidão que se aglomeravam em apoio ao governador; enquanto isso, rádios noticiavam a intervenção, imortalizando a imagem e o som dos vôos sobre o prédio do governo como indício da força militar do governo, da instauração do arbítrio e das intervenções iniciadas com o fim do governo de Mauro Borges. Daí surge a imagem que marca o movimento de deposição e,

características políticas modernizantes e populistas desse governador,¹²⁶ cuja deposição o ex-militante Paulo Silva de Jesus¹²⁷ compara com o golpe de Estado dos militares: pelos resultados e, em especial, pelo posicionamento político do movimento estudantil. Como diz Athos Magno Costa e Silva,¹²⁸ são *fenômenos* que se destacam entre as atividades por ele integradas e que proporcionaram a conscientização política necessária à sua participação no movimento estudantil.

Assim, os estudantes goianos favoráveis ao governador Mauro Borges são caracterizados pelos ex-militantes — dentre os quais, Juarez Barbosa¹²⁹ — com os traços do herói: os *únicos no país a pegarem em armas* para garantir a permanência do governador e, logo, defender a democracia. Autodenominados *estudantes de guerrilhas*,¹³⁰ eles criam as condições para *apoiar a Polícia Militar*¹³¹ em defesa do governador e são designados para *fazer barricadas em volta do palácio, para proteger Mauro Borges*.¹³² Todavia, se é correto afirmar que o governador representava a política democrática e a luta contra o golpe militar e que os estudantes se tornam seu defensor, não se pode reconhecer em Mauro Borges um revolucionário: sua deposição resulta da não-aceitação das intervenções militares em seu governo; isto é, ele foi deposto porque era, circunstancialmente, contra os militares.

Essas imagens criadas pelos ex-militantes exprimem os sentidos por eles atribuídos à política goiana e a seus representantes: Mauro Borges é filho de Pedro Ludovico Teixeira,¹³³ vencedor das disputas com os Caiado¹³⁴ e símbolo maior da revolução de 1930 em Goiás¹³⁵ e da modernização do estado, com a construção de Goiânia. Logo, defender o governo de Mauro Borges é defender o *moderno*, o *novo* — numa palavra, o *desenvolvimento*¹³⁶ do estado, reconhecido pela manutenção de uma

sobretudo, enfraquecimento da política tradicional do Partido Socialista Brasileiro (PSD) no estado — como também de repercussão e disputas defendidas por Pedro Ludovico —, derrubado não por seus tradicionais opositores, mas pelas forças civis e militares que o governo apoiara em março/abril daquele ano. Ver: TEIXEIRA, Maria Dulce L. *Mauro Borges e a crise político-militar de 1961 em Goiás: movimento da legalidade*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.

¹²⁶ TEIXEIRA, 1994.

¹²⁷ In: DIAS; DIAS, 1990, p. 151.

¹²⁸ DIAS; DIAS, 1990, p. 136.

¹²⁹ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

¹³⁰ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

¹³¹ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

¹³² CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

¹³³ Ver: FERNANDES, 2002.

¹³⁴ Ver: CHAUL, Nars Fayad. (Coord.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Kelps, 1998.

¹³⁵ Ver: SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de Trinta em Goiás*. 1982. Tese (doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

¹³⁶ Ver: CHAUL, 1998.

democracia ameaçada pelo regime militar. Todo esse movimento de defesa do governador permeia o imaginário dos ex-militantes: é enaltecido na referência à construção de *barricadas* — citada por Juarez Barbosa¹³⁷ na alusão comparativa ao maio francês com a movimentação dos estudantes na praça Cívica, espalhados pela praça e sobre os muros do Palácio das Esmeraldas, além do sobrevôo dos aviões militares.

Trata-se de imagem constantemente veiculada na imprensa goiana e vinculada à história do movimento estudantil ou do regime militar em Goiás. A reportagem no jornal *Diário da manhã*, em setembro de 2002, sobre o processo de indenização promovido pelo estado de Goiás estampa a imagem dos jovens organizados na praça Cívica, tendo ao fundo a imagem do Palácio das Esmeraldas (sede do governo estadual) e o sobrevôo dos aviões militares — enaltecendo a imagem da resistência dos jovens goianos ante a intervenção militar no governo Mauro Borges.

Posto isso, em linhas gerais *ser militante estudantil goiano* significou buscar reconhecimento nacional, inscrever o estado e a região no âmbito da nação através da ação do movimento estudantil e de seus representantes e líderes. Para a ex-militante Nilva M. G. Coelho,¹³⁸ comparado ao movimento estudantil nacional, o goiano *tinha participações maiores*, sobretudo em relação as manifestações do no eixo Rio–São Paulo: espaço evidenciado como agrupamento de líderes estudantis em virtude do número elevado de instituições de ensino, logo de estudantes. Essa perspectiva é compartilhada por Valdi Camárcio, para quem [...] *o Movimento Goiano foi muito combativo*,¹³⁹ mesmo com as dificuldades enfrentadas, como a estrutura das universidades no estado. Tal combatividade se expressa nas manifestações, reivindicações e conquistas, que evidenciam o interesse em compará-lo com o movimento estudantil nacional, representado pela sua organização nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Retomando as considerações de Sandes¹⁴⁰ sobre o investimento político e historiográfico na construção de uma identidade goiana e, em consequência, de uma identidade estudantil, pensamos que os ex-militantes, ao lembrarem, nos anos de 1990, de sua ação, buscam relacionar e inserir a imagem do movimento estudantil em Goiás ao de outras regiões do país, comparando-os e singularizando-o. Logo, os problemas e

¹³⁷ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

¹³⁸ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

¹³⁹ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

¹⁴⁰ SANDES, 2002.

ações nesses espaços ressoam em Goiás com as mesmas características do que houve com a morte de Edson Luiz e do que houve com Ornalino Cândido;¹⁴¹ e os embates em Goiás — prisões, cassações de matrículas e intervenções policiais — situam os ex-militantes como conscientes e legitimam sua ação, para eles nem um pouco inferior às ações do movimento estudantil desencadeadas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

2.4 Imagens do movimento estudantil goiano

A criação da Universidade de Goiás¹⁴² vinculada à igreja católica (ensino particular e confessional), no fim dos anos de 1950, pode ser compreendida como *evento fundador*¹⁴³ da radicalização do movimento estudantil goiano e instaurador de uma série de processos afins que contribuem para delimitar o processo histórico que pretendemos analisar. De início, visualizam-se movimentações e passeatas estudantis, com características próprias de cada segmento: secundário ou universitário.

O primeiro registro de organização estudantil são as manifestações contrárias à universidade católica e agrega dois níveis educacionais, o que se torna freqüente nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Considerava-se que a nova instituição¹⁴⁴ poria em risco o projeto de criação de uma universidade federal — que, ao contrário da instituição católica, ofereceria o ensino laico e gratuito —, o que fez surgir, entre estudantes secundaristas e universitários oriundos de classes populares, a frustração do desejo de ascensão social, que acompanhou o processo de urbanização, a reorganização econômica do Estado e o êxodo rural. Na prática, as manifestações reúnem muitos participantes, dentre estudantes das então faculdades federais e do ensino secundário, professores e outros membros da sociedade. As passeatas saíam do centro rumo à Assembléia Legislativa e incluíam o enterro simbólico do artífice da universidade católica: dom Fernando Gomes dos Santos.

¹⁴¹ Estudante secundarista de 18 anos, Edson foi morto no restaurante Calabouço (Rio de Janeiro) quando estudantes organizavam passeata contra o aumento no preço das refeições. Lavador de carros, Ornalino foi morto por policiais ao reprimirem protesto estudantil em Goiânia.

¹⁴² A intenção de criar uma universidade em Goiás se esboça no congresso eucarístico de Goiânia em 1948, idealizado por dom Emanuel Gomes de Oliveira, que morreria logo depois. Dom Fernando Gomes dos Santos continua a proposta e, em 1959, funda a Sociedade Goiana de Cultura; como superintendente de entidades já existentes, cria as faculdades de Direito, Ciências Econômicas e a Escola de Belas Artes, que integrariam a universidade de Goiás, reconhecida por Juscelino Kubitschek, pelo decreto 47.041, de 17 de outubro de 1959.

¹⁴³ *Pathos especificamente revolucionário do absolutamente novo, de início que justificasse começar a contar o tempo a partir do evento.* In: ARENDT, 1988, p. 30.

¹⁴⁴ Atual Universidade Católica de Goiás (UCG), com sede na praça Universitária de Goiânia e extensão em Ipameri (GO).

Na direção da Faculdade de Direito, o professor Colemar Natal e Silva, ao lado de líderes estudantis goianos e professores, elaborou o projeto de construção da Universidade Federal de Goiás (UFG), aprovado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, por meio do decreto ^{47.041}, de 17 de outubro de 1959, que criou, também, a Universidade do Brasil Central e a Casa do Estudante Universitário (CEU). Os fatos que permeiam a construção das instituições de ensino em Goiânia se desdobram como processo de reconhecimento de determinado grupo que se afirma frente a uma sociedade em transformação e, assim, contribui para a elaboração social de uma cidade. Ao questionarem a universidade de ensino católico, os estudantes goianos acreditavam se opor à religião e ao capitalismo, influenciados, por um lado, pela proposta socialista de grupos organizados e, por outro, pela própria proposta econômica favorecida pelo ensino. As questões trazidas pelos ex-militantes envolvidos no processo de organização e participação no movimento estudantil articulam claramente um discurso em relação de poder.

Para Foucault, o discurso:

*[...] não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.*¹⁴⁵

Nesses termos, o discurso estudantil goiano é observado como seleção e disputa de memórias e responde aos interesses políticos dos estudantes militantes, que se fundamentam no presente de rememoração. Logo, a memória e o discurso — o relato do passado vivido com suas experiências voltadas ao desejo, à resistência e ao poder — podem ser percebidos no processo temporal presente, passado e futuro quando os ex-militantes reavaliam suas ações passadas no presente e as projetam.

Todavia, certas informações se mesclam nos relatos de memórias em críticas e avaliações. Assim, no passado vivido, eles não tinham informações concretas nem consciência dos acontecimentos de então; apenas cumpriam determinações históricas. Informaram-se das vinculações, das metas e dos projetos só no exílio ou com a abertura política, quando as informações começaram a ser repassadas. Com isso, foram construídas memórias individuais do movimento estudantil e da militância; mas — como diz Seixas —, a memória é

¹⁴⁵ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 10.

[...] *reconstrução do passado, muitas vezes subversiva, resgatando a periferia e os marginalizados, que desempenha um papel fundamental na maneira como os grupos sociais mais heterogêneos apreendem o mundo presente e reconstróem sua identidade;*¹⁴⁶

Tal identidade é moldada pelas relações entre *memória e (contra) poder, memória e política*¹⁴⁷ e mediada por disputas de *verdades*, em busca de reconhecimento e referência no momento em que os ex-militantes são entrevistados, em contraposição à memória oficial (poder instituído). O ato de lembrar e narrar é percebido como uma proposta de verificação e disputa de memórias, ou seja, disputas de “verdades”, de poder.

Ante as evidências positivas do papel social atribuído ao estudante, cria-se uma condição de organização e manutenção de propostas contrárias ou favoráveis aos interesses do movimento estudantil. Quando se posicionam contra a criação de uma universidade que, segundo acreditam, impossibilitaria a organização de uma proposta satisfatória ao grupo — universidade pública —, a resistência se dá pela mediação de condições pessoais, num grupo abrangente de propostas e evidências; no caso da universidade, o interesse individual é associado com o coletivo. De início, não se propõe a criação de uma universidade pública, mas se propõe, sobretudo, o posicionamento contrário à instituição criada, isto é, oposta aos interesses do grupo — crítico da universidade particular, tanto quanto da confessional.

As imagens selecionadas e organizadas pela memória contêm o tom simbólico da ação (ou não-ação) no processo de rememoração e, por conseqüência, na narrativa. A rememoração — o percurso da memória — *vale-se da linguagem simbólica, de imagens (em geral, carregadas de afetividade), para irromper e fixar-se como uma lembrança mais ou menos precisa.*¹⁴⁸ Segundo diz Seixas, a fidelidade ao passado não reduz a memória humana à memória conhecimento (privilegiada pela cultura ocidental); logo, ela deixa entrever a importância de se considerarem as funções da memória-ação e da memória afetiva, pois *lembramos não apenas para conhecer e reconhecer, mas também para agir e criar.*¹⁴⁹ Assim, ação e afetividade envolvem a memória da militância estudantil goiana e sua atualização no presente, em 1990.

¹⁴⁶ SEIXAS, Jacy A. de. 1990, p. 5.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 5.

¹⁴⁸ SEIXAS, 2003, p. 128.

¹⁴⁹ SEIXAS, 2003, p. 128.

Compreendemos memória como conjunto de imagens construídas positiva ou negativamente, reconhecido no passado, atualizado no presente e projetado no futuro. O ato de lembrar proporciona a articulação de [...] *imagens que não são dadas em bloco, mas situam-se em planos diferenciais da consciência e da sensibilidade, do espaço e do tempo.*¹⁵⁰ No dizer de Seixas, as imagens articuladas pelos indivíduos são produtoras de memórias e esquecimentos, aproximando-se, assim, da discussão sobre imaginação e imaginário feita pela história.

Ao discutir a dimensão do imaginário na história, Le Goff¹⁵¹ enfatiza a diferença entre imaginário e representação, imaginário e simbólico, imaginário e ideologia. Também aponta suas dimensões criadoras e poéticas, fantásticas, sobrenaturais e horríveis, percebidas nas imagens físicas e, sobretudo, nas imagens mentais do imaginário. Acontecimentos e imagens constituem o processo de dominação de um grupo sobre os outros. Tais imagens têm o caráter de ordenação social como referência à imagem pública e política da militância estudantil e da vinculação político-partidária dos envolvidos no presente de rememoração. Dito isso, as imagens aqui selecionadas e discutidas são construídas em dois momentos históricos da política brasileira: década de 1960 — momento de rearticulação e disputas políticas ideológicas e, sobretudo, de participação no movimento estudantil; década de 1990 — momento das entrevistas e da reavaliação da militância cujos interlocutores são outros estudantes.¹⁵²

A rearticulação estudantil contrária à política do ex-presidente da República Fernando Collor e a crise da esquerda no mundo (queda do muro de Berlim e fim da União das Republicas Socialistas Soviéticas/URSS) são elementos que retomam a discussão política e organizacional dos movimentos de esquerda e estudantil. As principais imagens¹⁵³ do movimento estudantil se concentram no dado público: não apenas na participação e militância; também na imagem a ser criada no presente como justificativa, recomposição e projeção. Isso gera o que Baczko¹⁵⁴ define como *poder simbólico*: promover o ilusório a real e duplicar e reforçar, pela apropriação dos

¹⁵⁰ SEIXAS, 2003, p. 128.

¹⁵¹ LE GOFF, 1994.

¹⁵² Os participantes do projeto desenvolvido pela UCG são alunos do curso de História da instituição, responsáveis pelas entrevistas e transcrições. Entre as entrevistas transcritas, há o debate feito na Semana do Calouro desenvolvido pela universidade em 1990 e assistido por calouros e veteranos dos cursos de graduação.

¹⁵³ Para Le Goff, essas imagens são mentais: os aspectos ganham dimensões não reais, e os interlocutores são levados a recriar a participação estudantil de forma épica, mitológica até, em alguns casos. Ver: LE GOFF, 1994.

¹⁵⁴ BACZKO, 1982.

símbolos, a dominação para garantir *a obediência pela conjuração das relações de sentido e poderio*.¹⁵⁵ Nesse sistema simbólico vasto, os imaginários sociais são constituídos designando-se a identidade de uma coletividade. Assim, no espaço público das manifestações — a exemplo de ruas e praças — e em sua reorientação político-partidária, os símbolos e a identidade da militância são recriados e reafirmados. O valor e a perspectiva de poder são justificados no discurso do presente, pois a sociedade que os militantes afirmam representar nos anos de 1960 continua como referência: em 1960, pela participação e mobilização como estudantes; em 1990, pelo discurso, pela vinculação partidária e pelos cargos políticos.

Ao construir imagens com base na seleção de suas memórias, os ex-militantes constroem pontos significativos na militância estudantil goiana, e tais imagens são comparadas com aquelas construídas nacionalmente. Das elaboradas pelos ex-militantes estudantis, discutiremos aqui a imagem do herói e de heroísmo; do messianismo; da vanguarda; da cultura e política; do esquecimento do golpe de 1964 e das lembranças de 1968. Tal seleção e discussão se justificam pelos significados atribuídos a cada *imagem* e sua reiterada narrativa entre ex-militantes estudantis.

2.5 Edson Luís e Ornalino Cândido: heróis da resistência

As memórias-imagens são compostas pela construção e seleção dos relatos dos ex-militantes estudantis, cuja referência é o processo de heroicização¹⁵⁶ do grupo a que pertencem (sua vinculação partidária, sua instituição de ensino e outros) e do próprio estado de Goiás, tanto no passado vivido como no presente de rememoração. O processo de heroicização é organizado pela relação comparativa entre dois estudantes e dois espaços diferentes: o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, no Rio de Janeiro; e o estudante e lavador de carros Ornalino Cândido, em Goiânia. Ambos são transformados em vítimas da violência policial — logo, do governo militar; ambos se tornam heróis da resistência à ditadura e do movimento estudantil, logo ícones da necessidade de conscientização e posicionamento crítico quanto à realidade política e suas conseqüências.

A morte de Edson Luís, 18 anos, no restaurante Calabouço, quando os estudantes organizavam uma passeata de protesto contra o aumento no preço das refeições, foi por eles instrumentalizada para intensificar a radicalização do movimento

¹⁵⁵ BACZKO, 1982, p. 299.

¹⁵⁶ GIRARDET, 1987.

estudantil; isto é, foi usada como forma de articulação e pressão, marcada pela veiculação de certas imagens. Estas incluíram símbolos nacionais como a bandeira brasileira (envolvendo o corpo do estudante morto) e o espaço da Assembléia Legislativa (local de velório), bem como manifestação, pronunciamentos e aglomeração estudantil no espaço público de ruas e avenidas rumo ao cemitério. Como mecanismo de mobilização, o número de participantes no cortejo e o uso de cartazes e palavras de ordem, clamando a sociedade a se posicionar. As imagens incluíam, também, símbolos religiosos e educacionais, colocados no peito descoberto de Edson: o terço, cravos vermelhos e um caderno de Geometria, supostamente usados pelo estudante. Com isso, essas imagens foram assimiladas pela imprensa nacional, como na fotografia tirada quando o corpo do estudante estava envolvido pela Bandeira Nacional, tendo no peito descoberto os apetrechos colocados pelos companheiros e rodeado por jovens estudantes. A imagem se compõe de estudantes em guarda, como se adorassem o corpo de um salvador, um herói nacional.



FIGURA 5 – Corpo do estudante Edson Luiz de Lima Souto (Rio de Janeiro, 1968)¹⁵⁷

¹⁵⁷ FONTE: www.historianet.com.br/imagens/cem_mil_2.jpg. Acesso em: 3 de janeiro 2006.

O acontecimento foi amplamente noticiado pela imprensa, que apontou outras vítimas: o estudante Benedito Frasão Dutra, 20 anos, ferido no confronto; um porteiro do então Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que passava perto do Calabouço — noticiado pelo *Correio da manhã*, em 29 de março de 1968; e o comerciário Telmo Matos Henriques, ferido na boca por uma bala quando estava em sua mesa de trabalho, numa firma próxima — noticiado pelo *Jornal do Brasil*, também dia 29. Essas outras vítimas são esquecidas pelos ex-militantes em detrimento do estudante-mártir do movimento estudantil.

A morte de Edson despertou nos estudantes um processo de identificação, representado por dois aspectos: de um lado, uma imagem de poder face à sociedade em virtude da ação de enfrentar seus inimigos; de outro, o medo e a fragilidade do posicionamento ante o inimigo: o governo militar. Contra esse inimigo, definido e visível, vários setores da sociedade civil, estudantes, políticos e a igreja católica se posicionaram; e seus representantes, em visita à Assembléia Legislativa para velar o corpo do estudante, atestaram as informações divulgadas pela imprensa e aderiram aos protestos contrários à atitude dos policiais. Das janelas, pessoas jogavam pedaços de papel em solidariedade durante o cortejo fúnebre.¹⁵⁸

Para os estudantes goianos, esse fato — lembra, em 1990, um ex-militante —, significou *a construção de um símbolo político produzido pelo regime militar, e delineava o canal em que nós estávamos navegando*.¹⁵⁹ Também levou a um processo de mobilização em minicomícios nos intervalos das aulas, construção de murais e ato público nas ruas de Goiânia no dia seguinte ao assassinato no Calabouço.¹⁶⁰ Segundo depoimento de Juarez Ferraz de Maia,¹⁶¹ a decisão de promover atos e protestos contrários à morte do estudante no Rio de Janeiro foi tomada em reunião no DCE da UFG, junto com o PCB. Os líderes estudantis da instituição e do partido se posicionaram, em 1990, como responsáveis pela decisão por *se encontrarem na vanguarda do movimento*.¹⁶² Após a decisão tomada, foram mobilizados as faculdades

¹⁵⁸ VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

¹⁵⁹ Allan K. Pimentel. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 142.

¹⁶⁰ Em nota oficial, o governador Otávio Lage conclama os estudantes e a sociedade goiana a não apoiarem a subversão, evitando o oportunismo de agitadores e políticos. Pelo decreto 60, de 31 de março de 1968, ele suspende as atividades escolares nos dias 1º, 2 e 3 de abril em Goiânia e Anápolis. O interesse em evitar agitações estudantis nas instituições com o recesso escolar possibilitou a aglomeração dos estudantes numa manifestação contra a repressão militar que resultou na morte do estudante no Rio de Janeiro.

¹⁶¹ In: DIAS; DIAS, 1990.

¹⁶² DIAS; DIAS, 1990, p. 169.

de Medicina e Direito, o Instituto de Educação de Goiás (IEG) e os colégios Lyceu, Pedro Gomes, Rui Barbosa, Atheneu e Dom Bosco. Por meio do *poder* auto-instituído dos *líderes*, os estudantes organizam, em 1º de abril, um ato de protesto na praça dos Bandeirantes, no centro de Goiânia, com grande número de estudantes secundaristas e universitários; fazem pronunciamentos e passeatas com faixas e cartazes para publicizar e contestar a morte do estudante Edson Luís.

No dizer do ex-militante estudantil Euler Ivo,¹⁶³ o processo de repressão se inicia com o impedimento do pronunciamento, num palanque improvisado, do *representante da repressão* — o secretário de Segurança Pública —, que autoriza o uso de *bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes, espancamentos, tiros*.¹⁶⁴ Na repressão, os policiais matam um lavador de carros: Ornalino Cândido. Segundo Euler,¹⁶⁵ ao rememorar os acontecimentos, os policiais estavam à procura *dele*, que foi avisado antes por um agente do DOPS. O ato foi justificado porque Ornalino tinha características físicas e trajas semelhantes aos do ex-militante.

O símbolo político era de novo criado, mimetizado: Ornalino foi transformado no Edson Luís goiano, mesmo sem integrar a manifestação. O velório e o cortejo fúnebre nas ruas de Goiânia se assemelharam ao velório e o cortejo nas ruas do Rio de Janeiro. No meio estudantil e na imprensa local, Ornalino foi apontado como vítima da polícia e, por consequência, da repressão militar. Sua morte despertou o posicionamento de parlamentares goianos do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a intervenção do arcebispo de Goiânia dom Fernando perante o governador Otávio Lage.¹⁶⁶ Veicularam-se na imprensa várias manifestações de descontentamento. Imagens e comparações elaboradas em alusão ao ocorrido no Rio de Janeiro foram encaradas como fatos agrupados numa seqüência de atos de abusos de poder pelos representantes da repressão.

As imagens dos corpos veiculadas pela imprensa são usadas como cristalização do processo, pois os exibem em posição mórbida; nelas, eles estão com o tórax despido. Mas se Edson Luís levou um tiro no peito — daí a ênfase no tórax, na marca da perfuração —, Ornalino foi assassinado com uma bala no crânio; logo, sua imagem mórbida divulgada pela imprensa goiana tende a organizar uma cena semelhante à do estudante assassinado no Rio de Janeiro: evidencia-se, nas imagens do corpo de um e

¹⁶³ In: DIAS; DIAS, 1990.

¹⁶⁴ DIAS; DIAS, 1990, p. 131.

¹⁶⁵ DIAS; DIAS, 1990, p. 130.

¹⁶⁶ O POPULAR, 2/4/1968.

outro, o caráter físico fragilizado. Acrescente-se que, no caso do goiano, o corpo está com olhos abertos e envolto num lençol branco, cuja posição é a mesma da Bandeira Nacional envolta no corpo de Edson.



FIGURA 6 – Corpo do lavador de carros Ornalino Cândido (Goiânia, 1968)¹⁶⁷

Nos dois casos de criação de um mito político, a figura do herói sacrificado se assemelha à imagem do Cristo crucificado: Edson Luís e Ornalino são vítimas de um poder político, uma conspiração, e suas vidas são dedicadas aos objetivos do movimento estudantil. A força das imagens e a repercussão do fato os tornam “salvadores”.

A construção mitológica na história é explicada por Girardet¹⁶⁸ à luz de personagens capazes de surgir em momentos de crise e cujas ações os fazem *salvadores* de seu grupo ou da sociedade.¹⁶⁹ Contudo, diferentemente dos mortos ou desaparecidos políticos no regime militar, Edson Luís e Ornalino Cândido não são líderes estudantis nem integram grupos partidários de esquerda; não são perseguidos pela polícia nem têm fichas nas instituições de segurança estaduais. Logo, são aclamados como mártires e mitologicamente associados a *salvadores* por terem *tombado* frente à repressão. Um foi assassinado em manifestação por melhores condições de alimentação estudantil; outro enquanto trabalhava. De comum entre eles há o não-envolvimento direto com o movimento estudantil e a condição de *vítimas* diretas da repressão. Se não eram alvos, foram vítimas — e assim transformadas em heróis pelos estudantes.

¹⁶⁷ Fonte: Cedoc; *O popular* (1968). In: DIAS; DIAS, 1990, p. 90.

¹⁶⁸ Construção do mito explicado em quatro núcleos míticos denominados de constelações mitológicas e analisados em dois séculos da história francesa: a Conspiração, o Salvador, a Idade do Ouro e a Unidade.

¹⁶⁹ GIRARDET, 1987.

Pela difusão e associação das fotografias constitui-se a aproximação simbólica entre Ornalino e Edson. Este era estudante secundarista, migrante de Belém, capital do Pará; trabalhava no restaurante Calabouço¹⁷⁰ para se manter no Rio de Janeiro; aquele, também estudante secundarista, do turno noturno, recém-casado, morrera no local de trabalho: um estacionamento de táxi no centro de Goiânia. Ambos provinham de estados com problemas econômicos e sociais acentuados, desfavorecidos pelo processo de desenvolvimento econômico implantado no país; logo, viam nos estudos uma possibilidade de inserção e ascensão social. Noutros termos, para o movimento estudantil, os dois, provindos das classes populares, tinham o perfil ideal de vítima e herói.

Outros elementos se evidenciam na construção das imagens que associam os dois estudantes assassinados, tais como o cortejo fúnebre, os cartazes, os *slogans* e a missa feita pelos estudantes. O velório e o cortejo de Edson Luís foram acompanhados por artistas, estudantes, intelectuais e políticos, à luz de tochas e velas, ao som de gritos e do Hino Nacional.¹⁷¹ Clamando pela conscientização e por um posicionamento crítico da sociedade contra a ditadura militar, os estudantes exibiam textos como: “Bala mata fome?”, “Os velhos no poder, os jovens no caixão”, “Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?”.¹⁷² A postura e a ação aparentemente românticas dos estudantes no Rio se repete em Goiás, sob o olhar atento da sociedade e de policiais no momento do cortejo fúnebre.

Em várias partes do país, rezaram-se missas por Edson Luís, mas a cerimônia da Candelária reuniu mais participantes, dentre artistas, estudantes, políticos e membros setores variados da sociedade. A missa foi celebrada pelo bispo auxiliar e por 15 padres; a liturgia incluiu atos religiosos e pronunciamentos políticos. No fim, o enfrentamento entre o esquadrão da cavalaria da Polícia Militar (que bloqueou os portões da igreja) e a multidão: mesmo com a formação de uma corrente humana composta pelos padres, houve prisões e espancamento de estudantes.¹⁷³

Em Goiânia, na manhã posterior ao sepultamento, os estudantes organizam, na catedral metropolitana, ao lado de dom Fernando, a missa de Ornalino Cândido, a ser rezada às 16h, quando projéteis de bala atingiram os líderes estudantis Telmo de Faria e Lúcia Jaime. A catedral e a residência oficial do arcebispo dom Fernando Gomes dos

¹⁷⁰ VENTURA, 1988.

¹⁷¹ VENTURA, 1988, p. 103.

¹⁷² VENTURA, 1988, p. 102.

¹⁷³ Ver: GASPARI, 2002.

Santos foram cercadas por pelotões da Polícia Militar, que impediam a entrada e a saída dos edifícios.¹⁷⁴ Esse fato acabou por reafirmar e consolidar a imagem dos estudantes como heróis e vítimas da repressão. Isso pode ser observado nas memórias da ex-militante Olga Darck:¹⁷⁵ *um agente do Dops atirou, acertando Lúcia Jaime e Telmo de Faria, para matar mesmo*,¹⁷⁶ contradizendo informações do jornal goiano *O popular* de que teriam sido acertadas regiões não letais (nádegas e pés). Embora os acontecimentos na catedral impedissem o acesso dos estudantes à missa, ela foi realizada, mas não de forma explosiva como a da Candelária, e sim sob a pressão e o medo despertados pela presença dos militares — como mostra foto exposta no livro *Desafiando a utopia*:¹⁷⁷ soldados de fuzis à mão cercando o palácio episcopal e a catedral metropolitana.

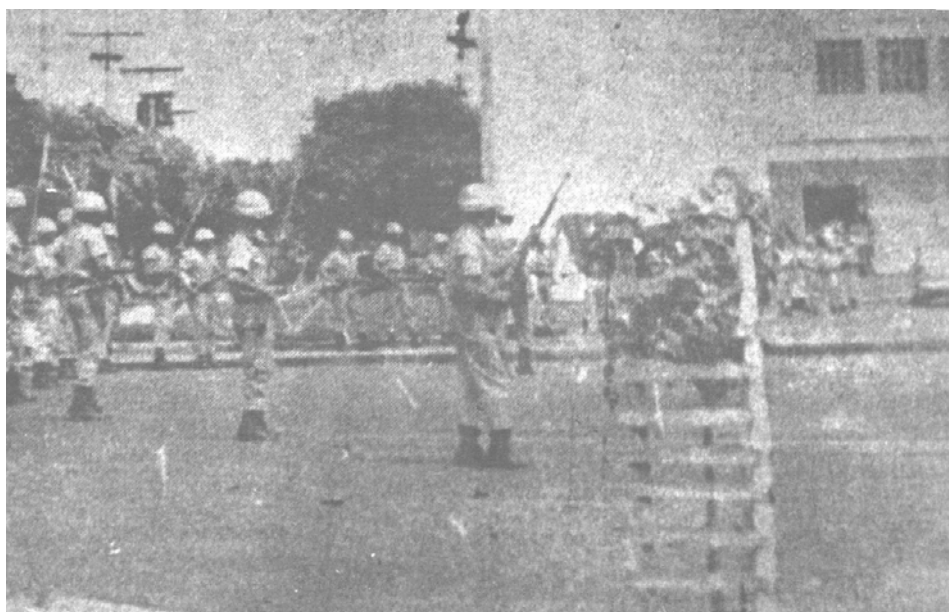


FIGURA 7 – Policiais cercam a Cúria Episcopal e a Catedral Metropolitana (Goiânia, 1968)¹⁷⁸

Segundo as memórias dos ex-militantes, a morte de Edson Luís abre um processo de mobilização com características diferentes das anteriores, porque moldadas pela perspectiva nacionalista e romântica. O movimento estudantil e a repressão se tornam mais ofensivos: desencadeiam lutas em que são usados pedras e paus, gás lacrimogêneo, cassetetes e tiros. Tais ações foram reconhecidas pelas autoridades governamentais como *guerrilha urbana*. Segundo os ex-militantes, a morte do estudante, nas condições mencionadas, foi fundamental à radicalização estudantil e

¹⁷⁴ O POPULAR, 3/4/1968, p. 1.

¹⁷⁵ In: DIAS; DIAS, 1990.

¹⁷⁶ DIAS; DIAS, 1990, p. 175.

¹⁷⁷ DIAS; DIAS, 1990, p. 91.

¹⁷⁸ Fonte: DIAS; DIAS, 1990, p. 91.

contribuiu para a mobilização e conscientização da sociedade e da Igreja, cristalizadas na realização e adesão à “Marcha dos 100 mil”, no Rio de Janeiro, que, por sua vez, foi fator decisivo à decretação do Ato Institucional n. 5, (AI-5), no fim de 1968. Essa hipótese é compartilhada com Ventura, para quem [...] *tudo começou ali*.¹⁷⁹

No dizer de Gaspari, a radicalização ocorreria de qualquer maneira: *com cadáver ou sem*, promovida pelas punições de 1964 e mutilações eleitorais de 1965, e pelos atos institucionais e decretos do governo militar. Esse autor ainda esclarece que, uma semana antes da morte de Edson, uma bomba jogada na biblioteca do consulado dos EUA por guerrilheiros ligados à Mariguela feriu três pessoas; além disso, houve dois assaltos a carros-fortes e a um banco, feitos por dois grupos de esquerda, entre dezembro de 1967 e março de 1968.¹⁸⁰

Por outro lado, as imagens heroicizadas construídas pelos estudantes vão justificar, segundo as lembranças dos ex-militantes goianos, a intensificação da mobilização estudantil, do processo repressivo e do posicionamento da sociedade e da igreja católica em Goiás em relação ao assassinato do lavador de carros. Isso se torna possível graças à publicização do fato através da imprensa, difundindo as imagens dos estudantes no velório, cortejo e sepultamento. Edson Luís e Ornalino Cândido foram, assim, imortalizados como referência de doação da própria vida em defesa da sociedade, exemplos que servem, em 1990, à construção discursiva dos ex-militantes que acentua a auto-imagem de líder dos estudantes e de defesa da sociedade; noutras palavras, a imagem de que estes eram os únicos aptos a representarem-na. Ainda que não fossem líderes estudantis os jovens assassinados, o processo que desencadeou a morte deles se vincula ao movimento estudantil numa luta contra a ditadura militar e ilustra o abuso de poder do governo militar.

O assassinato dos estudantes compôs uma imagem dominante que será, em grande medida, manipulada segundo os interesses dos estudantes em 1968 e no processo de rememoração. Ao atribuir significados à morte, tal imagem faz dos estudantes assassinados líderes estudantis. Assim, o corpo, como representação, é esquecido, e o estudante morto é aclamado pela circunstância de sua morte, não por ser estudante; é aclamado como referência no passado vivido e leva para o presente da rememoração a imagem do herói, que então se identifica com a figura e trajetória dos ex-militantes estudantis.

¹⁷⁹ VENTURA, 1988.

¹⁸⁰ GASPARI, 2002.

O tratamento dado aos corpos dos dois “heróis” é sintomático desse processo: não lhes foram feitos monumentos ou grandes túmulos. Após cinco anos, os restos mortais de Edson Luís, por falta de interesses em levá-los para uma gaveta apropriada, foram depositados no ossário do cemitério São João Batista;¹⁸¹ e os de Ornalino Cândido, de que não se tem notícia, foram esquecidos, assim como sua família — embora, em 2002, tenha havido uma tentativa do governo federal de indenizar a viúva, que se encontrava em cuidados médicos por causa de um câncer de mama e sem condições econômicas para sobreviver.¹⁸² Numa palavra, os heróis indivíduos foram esquecidos pelos próprios agentes que assim os definiram e consagraram.

Entretanto, no meio estudantil, permanece a imagem do herói vinculada à resistência. Edson e Ornalino são identificados como heróis por morrerem como morreram, não porque o fossem em vida; é a morte que os heroiciza. As imagens dos fatos e a heroicização das duas *vítimas* são reconhecidas e aclamadas no processo de reconstrução da imagem dos ex-militantes no presente da rememoração, ou seja, na década de 1990. As imagens do passado migram para o presente e se “colam” à imagem dos ex-militantes que narram e reelaboram os fatos da *radicalização* do movimento estudantil em 1968 e da polarização entre o bem — o heróico movimento estudantil — e o mal — o regime militar — no Brasil dos anos de 1960.

Ao construírem e narrarem a história de Edson e Ornalino como “heróis” do movimento estudantil e “vítimas” da repressão, os ex-militantes estudantis associam sua própria atuação na militância com o heroísmo da organização estudantil. Como os dois estudantes mortos representam o movimento estudantil e seus integrantes, então a imagem de heroísmo se estende aos ex-militantes, que em suas narrativas evidenciam a sua participação nas mobilizações contrárias à ditadura militar. E se as imagens de herói continuam vivas nas narrativas porque positivam o movimento estudantil e a autoimagem dos ex-militantes no presente, esses mesmos ex-militantes que se auto-reconhem como representantes dos heróis mortos se esquecem dos indivíduos que materializaram historicamente o papel de herói: exemplo disso são o descaso com os restos mortais de Edson e a não-assistência à família de Ornalino.

¹⁸¹ In: GASPARI, 2002.

¹⁸² Informações de março de 2002, dadas pelo ex-militante Waldomiro Dias, integrante do grupo “Tortura nunca mais”, em Goiás, e irmão do estudante e desaparecido político Marco Antônio Dias.

2.6 O *Quarto Poder*: vanguarda e messianismo político

Em 1968, o então estudante de Direito Arthur José Poerner publica o livro *O poder jovem — história da participação política dos estudantes brasileiros*, cujo objetivo é analisar a história do movimento estudantil brasileiro do período colonial a 1968. Poerner, que considera o período pós-1964 como *terríveis dias*, busca justificar a mobilização estudantil na década de 1960 como construção e necessidade históricas, fruto de questionamentos e decisões próprias dos jovens estudantes brasileiros. No livro, ele discute o lugar privilegiado ocupado pelos estudantes graças ao caráter científico e analítico do saber, que os diferencia dos demais membros da sociedade civil, pois os leva a tomar posições e a agir, assim como a analisar o próprio movimento estudantil — como o fazem os ex-militantes no tempo de rememoração de suas experiências.

Em 2005, o *site* da UNE,¹⁸³ no *link* “Caravana Universitária de Cultura e Arte (CUCA)”, divulgou um informe e convite para que estudantes do país prestigiassem o lançamento da quinta edição do livro de Poerner, apresentado como jornalista e historiador do movimento estudantil. Ao lado do informe, a imagem do autor autografando a obra sobre a bandeira da UNE: a imagem do livro sobre a bandeira cristaliza a relação entre o presente e o passado do movimento estudantil, o tempo da ação e o da rememoração. A bandeira surge como ícone da organização e também do poder do movimento estudantil, além de ressignificar a ação dos militantes no presente.



FIGURA 8 – Artur Poerner autografa reedição do livro *O poder jovem*, sobre a bandeira da União Nacional dos Estudantes (2005)¹⁸⁴

¹⁸³ http://www.une.org.br/cuca/poder_jovem.asp. Acesso em: 3 de janeiro 2006.

¹⁸⁴ Fonte: Disponível em: <http://www.une.org.br/cuca/poder_jovem.asp>. Acesso em: 3 de janeiro 2006.

A obra é reconhecida como referência por estudantes brasileiros por ter sido escrita e editada, pela primeira vez, em 1968, por um autor-estudante-militante. Também se reconhece o livro como instrumento de orientação e conscientização estudantil no passado e no presente: *o ensaio foi e continua sendo livro de cabeceira de nove entre cada dez lideranças do movimento estudantil*,¹⁸⁵ como sublinha o site estudantil. Com isso, procura-se significar a organização estudantil como campo de *poder*, característica atribuída historicamente aos jovens brasileiros conceitualmente organizados sob o imaginário estudantil da década de 1960.

A identificação da organização estudantil como poder é feita e cristalizada, sobretudo, ao se aproximar o movimento estudantil dos três Poderes nacionais — Executivo, Legislativo e Judiciário —, denominando-o de Quarto Poder.¹⁸⁶ No movimento estudantil goiano, essa definição, de início, é legitimada por meio da participação ativa no processo de criação da UFG, da reivindicação da responsabilidade pela construção e transferência da capital nacional para o Planalto Central, da defesa de Mauro Borges e pelo fato de os estudantes “representarem” a sociedade em sua porção crítica e combativa. Nesse caso, a definição de Quarto Poder é projetada na comparação com os três Poderes, criando-se a imagem de participação e transformação da política brasileira em benefício da sociedade brasileira, em geral, e dos estudantes, em particular.

Sob influência da imagem do “poder” estudantil construída no fim dos anos de 1950, início da década 1960, é editado e distribuído no meio estudantil de Goiânia o jornal intitulado *Quarto Poder*,¹⁸⁷ usado pelos estudantes para veicular informações sobre reuniões, manifestações, greves, debates e outras atividades do movimento estudantil goiano. A construção de imagens e a definição do movimento estudantil como o Quarto Poder do país permeiam os relatos dos ex-militantes, que sublinham a idéia de *vanguarda* e *messianismo* dos estudantes em relação à sociedade na década de

¹⁸⁵ http://www.une.org.br/cuca/poder_jovem.asp.

¹⁸⁶ Duarte discute a participação histórica dos estudantes em Goiás na década de 1960, identificando-os como Quarto Poder pelas ações e reivindicações estudantis e do movimento. DUARTE, Teresinha. Goiás sob o Quarto Poder. In: _____. *Entre a realidade e a utopia*. O movimento estudantil goiano na década de 60. 1994. Monografia (graduação em História) — Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

¹⁸⁷ Por ser de vinculação estudantil, encontramos poucos exemplares no Arquivo Público Estadual, em Goiânia (praça Cívica). As edições de jun./jul. de 1963 e fev./maio de 1964 foram microfilmadas e estão à disposição de pesquisadores; segundo funcionários do arquivo, as outras edições foram destruídas pelos militares e estudantes para evitar retaliações e acesso a informações sobre a organização das atividades estudantis.

1960. Segundo Duarte,¹⁸⁸ essas imagens surgem como efeito da crise da cultura ocidental no pós-guerra e a emergência de novos valores, tais como crítica ao [...] *consumo*; o *rock and roll* de caráter contestatário, rebelde e violento; a busca de *experiências sexuais e psicodélicas*; os *fenômenos sociais* [com a bandeira por *igualdade de direitos civis entre negros e brancos* sob a liderança de Martin Luther King] e a *geração beat*, que busca um estilo de vida diferente — libertário — e influencia o rock dos anos de 1960 e músicos como Bob Dylan e o Beatle John Lennon.¹⁸⁹

Por outro lado, segundo Pereira, esse conjunto *de movimentos de rebelião da juventude* [que] *rompe com as regras do jogo*¹⁹⁰ explica o fenômeno da contracultura, inaugurando um estilo de vida catalisador e questionador. As transformações são reconhecidas como *contracultura* e associadas com a descrença no liberalismo e no capitalismo, possibilitando a invenção criadora e as utopias de uma *nova esquerda*.

Tudo isso compõe os movimentos sociais da década de 1960: as noções de *vanguarda* e *messianismo* construídas pelos ex-militantes e o poder que se auto-atribuem os estudantes naquela década. Assim, eles se reconhecem como vanguarda por participarem de um processo cultural contestatário e analítico, que cria as condições de defesa de uma sociedade com “propostas inovadoras” para a década de 1960. A imagem de vanguarda elaborada pelos ex-militantes se vincula aos traços culturais e políticos de Goiás e do Brasil, organizando uma narrativa que aproxima e integra os espaços e se legitima por se inserir num *momento da história em que a juventude partiu para contestar o sistema de uma forma global*.¹⁹¹

Ao reivindicarem a face política do movimento estudantil na condição de mediador e transformador do país, os ex-militantes o apontam como mecanismo de construção social e política do indivíduo. Na condição de vanguarda, reconhecida como consciência, esses indivíduos poderiam contribuir para a transformação democrática da sociedade — como afirma o ex-militante Pedro Wilson: *ao evocarem liberdade e democracia, [...] os estudantes [...] contribuíram radicalmente na transformação de normas comportamentais, valores sociais e políticos e na forma de as pessoas enxergarem o mundo*.¹⁹² Palavras como liberdade, democracia e transformação são

¹⁸⁸ DUARTE, 1994.

¹⁸⁹ DUARTE, 1994, p. 24–9.

¹⁹⁰ PEREIRA, Carlos Alberto. *O que é contracultura*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 20

¹⁹¹ Allan Kardeck Pimentel. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 142.

¹⁹² Pedro Wilson. DIAS; DIAS, 1990, p. 162.

apontadas nos relatos como formas de conscientização da sociedade: os estudantes são, então, os primeiros e únicos que reconhecem as necessidades da sociedade — tida como “desamparada”, “apática” e “alienada” —, problematizam-na e apontam soluções.

A imagem de vanguarda é elaborada pelo viés dos significados políticos, reconhecidos na avaliação do passado vivido e reconstruídos no presente de rememoração como forma de legitimação política dos ex-militantes. Tal imagem pode ser percebida no relato do ex-militante Allan Kardeck Pimentel: *nós representávamos a juventude na arena política em defesa da liberdade*.¹⁹³ Ao se posicionarem como vanguarda política da sociedade — então sob o jugo de uma ditadura militar —, os estudantes personificam as imagens de consciência e ação como pontos que os diferenciam da sociedade e dos estudantes de outros momentos históricos: *nós fizemos uma revolução em todos os aspectos de valores [...] encontramos uma sociedade muito mais tradicional, muito mais fechada, e nós viramos esta sociedade de cabeça para baixo*.¹⁹⁴ Essas narrativa são elaboradas na década de 1990 por ter sido concretizada, segundo eles, não a sonhada revolução *política*, mas uma sombra dessa revolução, cujo parâmetro é uma revolução *cultural* que visava aos valores sociais tradicionais da década de 1950. Associados à reorganização do movimento estudantil no início dos anos de 1990 — que reivindicava então o projeto de destituir o presidente da República —, alguns relatos dos ex-militantes apontam propostas e realizações dos estudantes de 1960 como referência e solução ao movimento estudantil em 1990: *servimos de exemplo de luta para as gerações pósteras*.¹⁹⁵

No entanto, segundo outros relatos, uma vez tentada a revolução dos estudantes de 1960, não há como tentá-la de novo. Dentre os ex-militantes que compactuam com essa idéia, está Liz Elizabeth A. Melo Duarte. Segundo ela: *se uma geração [...] fez uma revolução, a próxima não tem como ser revolucionária, não, porque a revolução já foi feita*.¹⁹⁶ Outro grupo de ex-militantes acredita que cada período tem seus próprios problemas, e são estes que determinam as necessidades de consciência e transformação. Nesse sentido, afirma Pedro Wilson: *tempos diferentes, realidades diferentes*.¹⁹⁷

Como afirmação do poder que os ex-militantes reivindicam ter, pontos como “ação” e “liderança” são cristalizados em seus depoimentos. Vêm-se como vanguarda

¹⁹³ Allan Kardeck Pimentel. DIAS; DIAS, 1990, p. 142.

¹⁹⁴ Liz Elizabeth A. Melo Duarte. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

¹⁹⁵ Bianor Ferreira de Lima. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

¹⁹⁶ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

¹⁹⁷ Pedro Wilson. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

em razão das ações pensadas e efetivadas pelo movimento estudantil,¹⁹⁸ possíveis de serem concretizadas pela mediação do líder e dos estudantes com base na conscientização e no desejo de transformar a sociedade e a política brasileira.

Também o messianismo¹⁹⁹ parece nos relatos dos ex-militantes quando enfatizam o posicionamento do movimento estudantil nas várias ações contrárias à ditadura militar. Os estudantes funcionam como liderança da sociedade e são definidos, a exemplo de Athos Magno, como a *ponta de lança da sociedade*²⁰⁰ porque enfrentam e respondem às necessidades da sociedade que *não se faz sentir*.²⁰¹ As imagens messiânicas construídas pelos ex-militantes compõem as justificativas para a ação do movimento estudantil. Como diz Pedro Wilson: *os estudantes significavam pressões, reivindicações estudantis e também sociais de forma massiva*²⁰² com o fim de denotar o

¹⁹⁸ Cf. “A ação faz a Vanguarda”, lema da organização chefiada por Marighella — a Ação Libertadora Nacional (ALN). Ver: ARNS, Paulo E. *Brasil: nunca mais — um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹⁹⁹ O termo messianismo hoje designa a crença na vinda de um enviado divino — que trará aos homens justiça, paz e condições felizes de existência — e a ação de um grupo obediente às ordens do guia sagrado para instaurar na terra o estado de felicidade sonhado. A crença nasce do descontentamento, cada vez maior, de certas coletividades ante desgraças e injustiças sociais opressoras e afirma formalmente a esperança de que haverá uma mudança completa das penosas condições de existência, trazida por um personagem sagrado que estabelecerá a ordem; assim, ela equivale a uma conscientização, ainda vaga, dos conflitos sociopolítico-econômicos que não ocorre senão num tipo de religião definido (Ver: QUEIRÓS, M. I. P. de. *Historia y etnología de los movimientos mesiánicos*. México: Siglo XXI, 1969). Entretanto, a história das religiões mostra que o termo messianismo deriva da palavra hebraica *mashiah* — o ungido (de Deus) — e nomeia uma crença religiosa aparente em movimentos de salvação herdeiros de grandes tradições religiosas (mosaísmo, profetismo hebraico do exílio, cristianismo, islamismo, zoroastrismo e budismo, dentre outros) e em movimentos proféticos de liberdade e salvação cujas raízes religiosas independem dessas tradições. A idéia central do messianismo são a espera e a chegada de um redentor que instaurará uma nova ordem de justiça e felicidade, e isso parece responder ao mundo das imperfeições ou sofrimentos conectados com a esperança de um herói semideus que trará a salvação. As crenças messiânicas judaicas mais estudadas e analisadas têm raízes profundas e remotas, que se fundem ao próprio estrato mosaico e seguramente antes, pois o mosaísmo sintetiza elementos mais antigos. [...] *A fase político-nacional do messianismo não é anterior nem posterior à fase ético-universal; o messias se transforma, pois, em um herói nacional, que pode ser um profeta ou rei, ou também o mais pobre e piedoso servo de Deus segundo o tempo messiânico, que pode trazer solução à miséria presente ou vir acompanhado de catástrofes e guerras. Então, o advento do messias depende da piedade e da vida santa do povo. [...] Em todas as formas de movimentos messiânicos, se chama a atenção para um programa revolucionário renovador que não expressa uma necessidade puramente mítica, nem uma simples nostalgia de épocas éticas e de condições antigas, e sim uma dinâmica histórica energeticamente voltada para o futuro. Esse programa renovador é completado por um universalismo novo, baseado em alianças novas. E esse universalismo dos movimentos messiânicos é o que propõe uma convergência entre as crenças messiânicas e alguns aspectos do marxismo, como resultados das relações orgânicas entre movimentos messiânicos e movimentos revolucionários modernos.* (HODGKIN, T. *Mahdisme, messianisme et marxisme dans le contexte africain*. In: _____. *Présence africaine*. Paris, 1970) NETTO, Antonio G. M. (org). *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: ed. da FGV, 1987, p. 747–48.

²⁰⁰ Athos Magno. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

²⁰¹ Athos Magno. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

²⁰² CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

caráter e a parcialidade política dos estudantes, assim como suscitar a responsabilidade entre os indivíduos envolvidos.

Por sua vez, tais indivíduos são reconhecidos nacionalmente pelas outras lideranças sociais, pois *os grandes líderes nacionais da época eram advindos das lutas estudantis*.²⁰³ Responsáveis pela consciência e defesa, os estudantes se organizam num movimento social cuja prerrogativa é a *sociedade*. Todavia, sua defesa é constituída por vários sujeitos e composta por estudantes de diferentes instituições e graus de escolaridade. Tais diferenças resultam em disputas entre grupos organizados e instituições e compõem a imagem do *líder estudantil*, que se faz necessário como elo entre esses diferentes segmentos. No dizer dos ex-militantes, o líder estudantil responde pela organização, defesa, representação e determinação das ações do grupo.²⁰⁴ A repercussão da ação dos grupos estudantis resulta do número de participantes nas mobilizações, que auxiliam a construção das imagens e dos símbolos da militância e da liderança estudantil, assim como os tornam alvos da perseguição repressora, cuja justificativa era a desmobilização dos grupos estudantis responsáveis pelos atos, considerados como “subversivos” pela ditadura militar. As decisões são tomadas pelos líderes em ocasiões particulares como reuniões e debates e se cristalizam na ação dos estudantes, seja em instituições de ensino (prédios que congregam o poder local, estadual ou nacional) ou em ruas, praças e avenidas. Como afirma Liz Elizabeth A. Melo Duarte: *eles mandavam e nos fazíamos*.²⁰⁵

O desenvolvimento de uma hierarquização no movimento estudantil durante a ditadura militar começa no partido político ou nos dirigentes de organizações políticas chamadas então “aparelhos”, desdobra-se nos líderes estudantis nacionais e estaduais e nas instituições de ensino e finaliza nos estudantes em geral. Em muitos casos, o estudante *sabia que fazia parte de um partido, mas [...] só tinham um contato [...] e por incrível que pareça não [...] [sabia] durante todo o tempo, qual o partido*,²⁰⁶ o que se justifica como proteção dos líderes e dos envolvidos no grupo e ações.

Segundo dizem os ex-militantes, o que caracteriza o líder estudantil é a “valentia”, a “capacidade de propor soluções” e o “poder de organização”. Para o ex-militante Bianor Ferreira de Lima (que se auto-define como líder estudantil no passado

²⁰³ Bianor Ferreira de Lima. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II

²⁰⁴ Como os grêmios estudantis, o DCE, os centros acadêmicos e diretórios acadêmicos dos cursos de graduação da UFG e UCG.

²⁰⁵ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II

²⁰⁶ Liz Elizabeth A. Melo Duarte. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II

vivido), *o líder não pode ser omissos nem covarde*.²⁰⁷ Outra característica do líder se percebe nos indivíduos que não são da cúpula do poder estudantil, mas que, pelas ações de enfrentamento e pela repercussão das imagens construídas, são pontuados ou elevados à *liderança* de um grupo ou convidados a participar do processo de organização. Exemplo desses é Bianor: elevado à categoria de líder do partido acadêmico²⁰⁸ Aliança Renovadora Acadêmica (ARA) graças ao *reconhecimento de [sua] liderança por [...] colegas*.

Essas imagens foram construídas por ex-militantes, líderes do movimento estudantil dos anos de 1960 em Goiás, para positivarem sua participação e a projetar no presente, construindo imagens mediadas por interesses políticos ativos nos dois tempos: do passado vivido (década de 1960) e presente de rememoração (década de 1990). No entanto, esses ex-militantes entrevistados foram escolhidos em razão do papel desempenhado como líderes estudantis goianos nos anos de 1960 e por serem reconhecidos como indivíduos detentores de uma memória sobre o passado do movimento. Tais condições os predispunham à elaboração e construção das memórias do movimento estudantil goiano de uma época em que “o país estava irreconhecivelmente inteligente”:²⁰⁹ início dos anos de 1960, período de transformações culturais e políticas, isto é, momento em que soprou um *vento pré-revolucionário* [que] *descompartimentava a consciência nacional e enchia os jornais de reforma agrária, agitação camponesa, movimento operário, nacionalização de empresas americanas, etc.*²¹⁰

2.7 Tudo é político: aspectos político-culturais das mobilizações estudantis

Os primeiros anos da década de 1960 representam o ápice de uma efervescência política no Brasil — iniciada em 1946, com o processo de abertura democrática, e finda no infausto 31 de março de 1964, com a imposição do golpe militar. Tal efervescência relaciona-se com acontecimentos políticos internacionais como a relação bipolar da Guerra Fria e seus reflexos na América Latina, a politização da sociedade no pós-guerra e a vitória, em 1959, da revolução cubana, que conquistou a simpatia de grupos

²⁰⁷ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

²⁰⁸ Bianor Ferreira aponta que os partidos políticos acadêmicos organizados no início da década de 1960 em Goiás (Partido Acadêmico Independente/PAI, ARA e Liga Universitária Goiana/LUG, dentre outros) surgiram da organização de movimentos estudantis. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

²⁰⁹ SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964–69. In. _____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 69.

²¹⁰ SCHWARZ, 1992, p. 69.

esquerdistas e redirecionou as propostas político-sociais em diferentes países. Esses fatores criaram, no imaginário dos participantes dos grupos de esquerda, a representação expressa no lema “*A revolução é possível!*”²¹¹ e possibilitaram discussões e embates sobre realidade e utopia: termos presentes nos grupos partidários e na historiografia do período.

Sob a influência do imaginário construído nos anos de 1960 no Brasil, ocorre a articulação de grupos populares no país de norte a sul, no campo e na cidade. Segundo Moraes, nesse período pôde ser observado no país:

[...] surtos de renovação em vários setores, contagiados com a possibilidade de direcionar seu futuro a partir de reformas estruturais no presente. Um Brasil em que a política deixava de ser privilégio das elites para penetrar no universo do trabalhador (urbano e rural), do estudante, do padre, do intelectual, do militar, do homem comum.²¹²

Nessa renovação e organização política popular brasileira, nasce, segundo Hollanda e Gonçalves, um novo e avançado vocabulário que expressa esse momento de grande movimentação na vida brasileira e passa a integrar as reivindicações: são palavras de ordem proferidas pelos líderes dos grupos sociais organizados; associadas às manifestações, dão o tom dos movimentos sociais da década de 1960. Dentre os termos e expressões, esses autores sublinham: “*Política externa independente*”, “*reformas estruturais*”, “*libertação nacional*”, “*combate ao imperialismo e ao latifúndio*”.²¹³ Tais termos são talhados num processo associativo entre cultura e política, texto e contexto, utopia e realidade, romantismo e ação; e com eles os grupos sociais expressam o processo cultural e político, tendo como mecanismo de ação nas manifestações os *slogans*, as letras de música, as peças teatrais, os roteiros de cinema — numa palavra, as várias produções dos movimentos artísticos da década. Com seus significados, expressam a preocupação e o desejo de *afirmação nacional*, promovendo uma transformação na cultura e na política do país.

Assim, a produção cultural brasileira nessa década refletiu os embates políticos travados no país e ficou marcada pelo engajamento político dos artistas. A união entre arte e política começa com o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE e chega a vários segmentos artísticos, como música, literatura, teatro, cinema e arquitetura. Na produção

²¹¹ MORAES, D. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 31.

²¹² MORAES, 1989, p. 16.

²¹³ HOLANDA, Heloisa B. de; GONÇALVES, Marcos A. A. *Cultura e participação nos anos 60*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 8–11.

e no consumo cultural, era grande o interesse pelo que era nacional: as produções artísticas buscavam denunciar as dificuldades da população brasileira e estimular a confiança de que os problemas seriam resolvidos.

Essa associação entre cultura e política voltada ao aspecto nacionalista é analisada por Marcelo Ridenti como processo romântico, porém de um romantismo com propostas realizáveis, pois não era

[...] *um romantismo no sentido anticapitalista, prisioneiro do passado, gerador de uma utopia irrealizável na prática. Tratava-se de romantismo, sim, mas revolucionário. De fato, visava-se resgatar um encantamento da vida, uma comunidade inspirada no homem do povo, cuja essência estaria no homem camponês e no migrante favelado a trabalhar nas cidades.*²¹⁴

Diante dessa eclosão romântica e nacionalista, explicada pela associação entre cultura e política, os estudantes organizados na UNE iniciam um movimento cultural cujo alvo era a população fora do eixo das grandes cidades: a opinião era de que, *em nosso país e em nossa época, fora da arte política, não há arte popular.*²¹⁵ Traduzido pela sigla CPC, esse movimento cultural — segundo Hollanda — desvincula-se das concepções que define como *arte do povo, arte popular*, para adotar a concepção de *arte popular revolucionária*, assumida por meio de um mecanismo de *tomada de poder* cuja base eram o *povo* e a *dimensão coletiva*. Evidentemente, a concepção de cultura dos cepecistas (termo usado para designar os integrantes do CPC) tinha a arte como proposta de ação popular. Para uma compreensão mais precisa dessa concepção, consideremos a teoria interpretativa da cultura apontada por Clifford Geertz, em que esta pode ser percebida:

*Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis [...], a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível isto é descrito com densidade.*²¹⁶

Ao entendermos cultura como o todo de grupos sociais que significa os acontecimentos vivenciados socialmente, notamos que ela também se expressa como luta, sobretudo quanto demonstra resistência contra valores coletivos e até contra a

²¹⁴ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 25.

²¹⁵ HOLLANDA, Heloísa B. de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 17.

²¹⁶ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1984, p. 24.

sociedade. Esse fator é assumido pelo CPC ao definir a concepção coletiva, isto é, o *povo* como temática. Segundo Hollanda, a concepção cultural cepecista na chamada *arte popular revolucionária* pode ser percebida como:

*a essência do povo e entendemos que esta essência só pode ser vivenciada pelo artista quando ele se defronta a fundo com o fato nu da posse do poder pela classe dirigente e a conseqüente privação de poder em que se encontra o povo enquanto massa dos governados pelos outros e para os outros. Se não se parte daí, não se é nem revolucionário nem popular, porque revolucionar a sociedade é passar o poder ao povo.*²¹⁷

Tal concepção cultural é fruto do contexto histórico, isto é, da construção de um meio de efervescência e mudanças estruturais que, segundo Ortiz, pode ser dividido em dois pontos fundamentais:

*1) a efervescência política, que em última instância permitiu o desenvolvimento do CPC como ação revolucionária — reformista definida dentro de quadros artísticos culturais; 2) a ideologia nacionalista que transpassa a sociedade brasileira como um todo e consolidava um bloco nacional que congregava diferentes grupos e classes sociais.*²¹⁸

A perspectiva nacionalista parte da noção, defendida por Ferreira Gullar e citada por Ortiz, que congrega o popular e o nacional, pois *a cultura popular tem caráter eminentemente nacional e mesmo nacionalista*,²¹⁹ de modo que o popular e o nacional apresentam um só aspecto de representação.

A realidade brasileira é analisada pelos cepecistas valendo-se do termo *alienação*. Assim, a cultura popular é reconhecida como verdade em contraposição à cultura das classes dominantes, denominada de *alienada*; e o objetivo do CPC era usar elementos da cultura popular para *desalienar* o povo. No dizer de Ortiz, esse tipo de discurso se aproxima do argumento dos isebianos referente à problemática da relação entre cultura e Estado e enfatiza a *dependência cultural em termos de alienação*.²²⁰

A análise cepecista e sua proposta de conscientizar a população via cultura convergiram para a luta antiimperialista e nacional do movimento estudantil. Os centros cultura e a UNE volante foram importantes instrumentos empregados pelos estudantes em suas reivindicações e caracterizaram o movimento estudantil no início da década de 1960. Para o ex-militante estudantil Aldo Arantes, o CPC surgiu da tentativa de

²¹⁷ HOLLANDA, 1992, p. 18.

²¹⁸ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 69.

²¹⁹ ORTIZ, 1985, p. 75.

²²⁰ ORTIZ, 1985, p. 75.

[...] *Superar aquela perspectiva da arte pela arte, para trabalhar uma arte engajada, uma arte que fosse a expressão dos problemas sociais [...] então foi a conjugação do interesse do Movimento Estudantil, digamos assim de encontrar novas formas de se aproximar dos estudantes e do interesse desses segmentos de artistas que queriam platéia mais ampla pra sua nova forma de expressão é que surgiu o Centro Popular de Cultura da UNE.*²²¹

Segundo Arantes, com o CPC se criou um processo de mobilização sem precedentes na história do Movimento Estudantil brasileiro, pois tanto estudantes quanto artistas passaram a se interessar pelos problemas sociais do país. Diversas mobilizações eram feitas pelos integrantes do CPC, com a realização de assembleias gerais, sob a influência do Programa para a Reforma Universitária e as reformas de base, utilizando como método o Teatro, o Cinema, a Música.²²²

Presidente da UNE nesse período de mobilização do CPC, Aldo Arantes, em seus relatos, procura enfatizar sua atuação no movimento estudantil em relação aos objetivos e resultados da mobilização cultural do CPC. Ao associar sua imagem com a organização cepecista, ele se torna o representante dos estudantes no pré-golpe de 1964 e no maior processo de mobilização do movimento estudantil — como ele mesmo procura afirmar —, desqualificando a atuação dos estudantes nos outros anos da década. Embora a união entre cepecistas e UNE se orientasse por uma proposta cultural, buscava-se um viés político: revolucionar a sociedade e passar o poder político ao povo.

No entanto, o discurso de Arantes deixa entrever que a conscientização tinha como direcionamento inicial os estudantes, componentes de um grupo específico, constituído, sobretudo, por pessoas de classe média. Num segundo momento, Arantes declara que o movimento tinha metas vinculadas não só ao popular, à cultura e à política de contestação em âmbito nacional, mas também às discussões próprias do movimento estudantil. A UNE volante possibilitou percorrer o país com essas reivindicações, às quais, através da arte, iriam se tornar reivindicações do povo:

*através da UNE volante nós percorremos o Brasil inteiro, quer dizer fazendo um debate sobre a questão da reforma universitária, um debate do Brasil com a realização de grande assembleias gerais de grandes mobilizações e também apresentando peças teatrais e músicas elaboradas pelos integrantes do CPC da UNE [...] permitiu uma consolidação muito grande porque [...] ao invés de um trabalho de cúpula nós fomos fazer um trabalho de base, a UNE ganhou uma grande autoridade.*²²³

²²¹ Aldo Arantes. Entrevista realizada em 14/6/2002.

²²² CADERNOS DE ENTREVISTA, vol. III.

²²³ Aldo Arantes. Entrevista feita em 14/6/2002

Considerando-se a posição de Arantes, algumas questões se apresentam. Por exemplo, nesse período, os jovens universitários ou envolvidos com arte integravam uma condição social diferenciada: eram filhos da classe média, alunos de universidades e instituições secundaristas públicas ou particulares, a exemplo de Arantes: aluno da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. O envolvimento acadêmico-intelectual acabou por gerar um abismo entre realidades, ou seja, entre o *povo* e os *intelectuais*. Eis a crítica de Vera Gertel acerca disso: *Como um cara da classe média podia conseguir uma linguagem, como se comunicar com um favelado, com o povo? Era complicado.*²²⁴ Essa condição se afunilou e, a seguir, houve um redirecionamento dos objetivos do CPC.

O discurso do então presidente da UNE — Aldo Arantes — e a concepção de cultura do CPC evidenciam uma proposta política. No entanto, se a política a ser enfatizada se direcionava ao *povo*, ela se vinculava à classe média: era o discurso da pequena burguesia para o popular, questão evidenciada nos projetos culturais executados pelos integrantes do CPC. Dessa forma, a mobilização e conscientização deveriam surgir do povo, do trabalhador; mas os temas não eram próprios do cotidiano nem da realidade destes — isto é, não lhes eram familiares porque as questões discutidas e analisadas no meio acadêmico e artístico eram suscitadas por leituras e debates: realidade distante das favelas e das portas de fábricas. Acerca disso, o ex-membro do CPC Arnaldo Jabor diz o seguinte: *a gente pensava que a fome era um caso de falta de informação: se o povo fosse bem informado, aconteceria a revolução, sem nos darmos conta da extrema complexidade do problema.*²²⁵

A princípio, essa concepção de precursores e transformadores da realidade parte de uma posição de autocrítica dos artistas e intelectuais ante o compromisso com a realidade nacional, vista como dissociada dos fatos sociais, do cotidiano e das relações mantidas entre pessoas de condições menos favorecidas e acostumadas a expressar sua sociabilidade na religião, no carnaval, numa roda de boteco ou numa pelada no fim de tarde ou fim de semana. A difusão de uma cultura popular em peças teatrais, na música e no cinema provocou estranhamento: houve deslumbre e aversão. Sobre essa perspectiva dual, Ortiz afirma, de forma crítica, que a proposta do CPC partia da idéia de que *o povo é o personagem principal da trama artística, mas na realidade se*

²²⁴ RIDENTI, 2000, p. 107.

²²⁵ HOLLANDA, 1992, p. 26.

encontra ausente,²²⁶ pois algumas peças teatrais deixavam entrever a banalização da vida social, sendo encenados personagens sociais por meio de representações de profissões ou posições sociais, como *o estudante, o sacerdote, o operário, o burguês*.²²⁷ A noção de povo foi destituída pela noção do particular, e a dimensão política se sobrepôs à popular, o que fica evidente na temática defendida pelo CPC de que fora da arte política não há arte popular.

Com a instituição do regime militar, finda a experiência do CPC, e as manifestações culturais dos estudantes passam a ter novas características. A perspectiva de mobilização e conscientização popular adquiriu dimensões centralizadas nos espaços educacionais, como as escolas secundaristas, as universidades e os clubes estudantis. As discussões passaram a acontecer em reuniões de grêmios estudantis e organizações dos cursos de graduação. Com a confecção de murais, cartazes, panfletos e jornais e a organização de passeatas, os militantes estudantis propunham uma conscientização da sociedade e dos estudantes moldada pela ação estudantil nas instituições de ensino e em ruas e praças.

No meio estudantil da década de 1960, outras questões se mostram significativas na associação entre cultura e política: são as leituras feitas pelos estudantes sob influência político-partidária. Tal posicionamento é reconhecido na realização das entrevistas no início dos anos de 1990; nos cadernos de entrevistas, há duas perguntas dirigidas aos ex-militantes estudantis goianos que enfatizam esses aspectos. A primeira questiona as leituras que os entrevistados fizeram durante o período da mobilização estudantil; a segunda, indaga a vinculação partidária no passado vivido e no presente da rememoração. Os relatos revelam as associações entre leituras e a vinculação político partidária: os estudantes se autodefiniam como *elite intelectual*, o que os tornava responsáveis pela parcela não consciente da sociedade; cultivavam leituras definidas por eles como *engajadas* politicamente e diferenciadas por sua inspiração político-partidária de transformação social.

Conforme o relato dos ex-militantes estudantis goianos, o objeto das leituras feitas no período de atuação pode ser dividido em economia, sociedade, cultura, conscientização e estratégia; e estas são divididas, em Goiás, em dois campos de influência partidária: Ação Popular (AP) e dissidências do PCB e da Política Operária

²²⁶ ORTIZ, 1985, p. 73.

²²⁷ ORTIZ, 1985, p. 73.

(POLOP). Segundo o ex-militante estudantil Athos Magno, a divisão político-partidária dos dois grupos é gerada pelo posicionamento relativo à realidade brasileira:

*de um lado a Ação Popular [...] inspirada pela China, por Mao-Tse-Tung, e não colocava com tanta ênfase o problema da luta armada, de outro lado as dissidências, ou do PCB ou do POLOP — Política Operária [...] eram mais próximas de Che Guevara, mais próximos de Fidel Castro e eram partidários da luta armada para se derrubar o regime militar no Brasil.*²²⁸

Através da leitura, tal distinção podia ser amadurecida na defesa dos pensamentos que compunham os grupos partidários. Segundo Pedro Wilson, aluno do curso de Ciências Sociais e membro da AP, vinculada à igreja católica, suas leituras incluíam autores ligados à igreja, clássicos das ciências sociais e teorias que procuravam explicar a realidade latino-americana — estudos que ele caracteriza como *engajados*.²²⁹

Ele cita:

*textos de autores pós-conciliares, [...] autores brasileiros [...] considerados pré-teoria da libertação [...] clássicos das ciências sociais: Marx, Weber, Durkheimn, sociologia parsoniana, leitura de textos marxistas, sartreanos, althusserianos e outros dentro da orientação de Gramsci [...] autores brasileiros como Celso Furtado, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Luiz Pereira, Otávio Ianni, F. Henrique Cardoso [...] e outros da teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento que tentava explicar nossa realidade latino-americana e outros da CEPAL.*²³⁰

Por outro lado, Athos Magno Costa e Silva, estudante do curso de Medicina e participante do Colina, dissidência do POLOP, aponta que as indicações de leitura que recebeu tinham um direcionamento: temáticas econômicas e de estratégia política. Eis o que diz sobre suas leituras: *em termos de economia era o Paul Suissi [sic] e o Leo Rubermam [sic]. Em termos de estratégia, de tomada de poder era a “Revolução na Revolução” de Régis Debré, um francês que esteve em Cuba. [...] O Régis Debré era a bíblia dos estudantes, das dissidências.*²³¹

Os grupos tinham leituras obrigatórias para o militante estudantil que contribuíam para a elaboração da consciência da militância e do papel do estudante na sociedade da segunda metade do século XX. Nesse período, nos meios estudantis e partidários, foi instituída esta idéia: para se integrar o movimento e obter a consciência

²²⁸ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

²²⁹ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

²³⁰ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

²³¹ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

característica dos estudantes, era fundamental ler certos autores, dentre os quais Marx, Weber, Durkheimn, Gramsci, Althusser e outros. No meio acadêmico, as leituras indicadas pelos grupos partidários eram coibidas; por exemplo, no curso de Ciências Sociais da UFG, segundo Nilva Maria, estudantes e professores eram constrangidos a não fazer tais leituras e discussões, pois só eram permitidas leituras que os conduzissem ao *academicismo*,²³² isto é, ao não-conhecimento da realidade política e social do país e do mundo.

2.8 Golpe de 1964: imagens silenciosas

Como vimos, com base no relato dos ex-militantes estudantis, o movimento estudantil goiano tem dois momentos de afirmação: um no fim da década de 1950 e no início de 1960, com a criação da UFG, a transferência da capital federal para Goiás e a atuação no CPC; outro no fim dos anos de 1960, com a defesa do governador Mauro Borges e da sociedade contra a ditadura militar, os embates com policiais e diretores de instituições de ensino, a construção da imagem do herói Ornalino, a eclosão do movimento de 1968 e os protestos contra medidas políticas, educacionais e econômicas do governo.

Contudo, nessa periodização construída pelos relatos, o acontecimento que intermedeia os dois momentos — o golpe de Estado dado pelos militares em 1964 — não é mencionado como ponto de embate ou ação, e sim como divisão do tempo. Os ex-militantes aludem ao “pré-1964” e ao “pós-1964”, significando o movimento e a ação estudantil como necessidade histórica gerada pela ação dos militares, transformados em inimigos em virtude de atos institucionais, acordos políticos e econômicos, decretos e leis arbitrários. Se na periodização feita pelos ex-militantes se nota uma preocupação em afirmar a ação e a consciência do movimento estudantil frente aos problemas da sociedade, o não-posicionamento deles no processo de tomada de poder pelos militares é esquecido ou não dito. Logo, essa periodização pode ser pensada como um querer esquecer ou fazer as pessoas que estão no presente se esquecerem do não-posicionamento dos militantes estudantis no momento do golpe militar.

No entanto, os ex-militantes se mostram altivos no discurso de defesa e resistência: enumeram pontos a serem defendidos e se definem como defensores da sociedade; com isso, geram a imagem heróica do movimento estudantil. Visto que a

²³² CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

defesa da sociedade é justificada como relação de pesar por não terem se posicionado de forma contrária ao golpe, recriam a imagem dos estudantes e do movimento estudantil; e o posicionamento positivo anterior ao golpe é reconhecido como momento de explosão estudantil rumo a uma tomada de consciência maior, possibilitada pela educação, política e cultura. Com o golpe militar, há um arrebatamento e os posicionamentos enfatizam a crítica redentora por não tê-lo impedido. Os estudantes se tornam, assim, representantes da sociedade não por terem consciência, mas por acreditarem que são responsáveis, em virtude de sua omissão, pelo processo político que começou em 1964, como evidencia o ex-militante Valdi Camércio: *manter viva esta chama contra o Governo [...] é um fato de você sentir um dever.*²³³

Os ex-militantes goianos associam o golpe militar com a deposição do governador Mauro Borges e reconhecem aí o detonador da radicalização estudantil goiana após 1964. O golpe suscita a consciência; a deposição instiga à ação. Ambos são tidos como divisor entre as reivindicações e a intensificação das ações do movimento estudantil. Desse modo, eles justificam a mobilização iniciada após o golpe, mas não mencionam a falta de atitude frente ao golpe. Essa não-menção pode ser tomada, retomando-se o pensamento de Pollak, como um *não-dito*: característica de lembranças *proibidas, indivisíveis ou vergonhosas.*²³⁴ A reconstrução das memórias parte de circunstâncias e interesses políticos dos agentes no presente da rememoração, que deformam e reinterpretam o passado, numa constante interação entre *o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido.*²³⁵ Tal relação de reinterpretação do passado ajuda-nos a compreender a inclinação dos ex-militantes estudantis goianos a não mencionarem o posicionamento do movimento estudantil frente às movimentações e à tomada do Estado pelos militares, em 1964.

Contudo, outro ponto se mostra como justificativa: o presente de rememoração e a ação dos estudantes militantes neste tempo. Sua ação política no início da década de 1990, com o engajamento na luta pelo *impeachment* do presidente da República Collor de Melo ressoa como ecos das propostas e ações de 1960. Dessa forma, mesmo alertados de que a memória é seletiva e o esquecimento é constitutivo da memória, parte

²³³ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

²³⁴ POLLAK, 1989, p. 8.

²³⁵ POLLAK, 1989, p. 9.

*estruturante do funcionamento*²³⁶ desta, não podemos considerar o não-relato do posicionamento frente o golpe de Estado como esquecimento, mas sim como não-dito, pois está subentendido nos relatos. Os ex-militantes são silenciados pelo interesse político que os guiam no presente da rememoração e pela imagem de si que querem então construir.

Também permeia a seleção e narrativa dos ex-militantes o processo de desmemória²³⁷ em relação ao golpe militar; pode se depreender de seus relatos a intenção de se redimirem de um passado próximo ao não narrar certos acontecimentos, por serem estes *indizíveis*.²³⁸ Por exemplo, as manifestações em apoio ao golpe militar como a participação na “Marcha da família com Deus pela liberdade”²³⁹ ou a mobilização contra os militares no fim de março de 1964, não foram relatadas. Contudo, as memórias são histórias de vida, são parte de uma trama mais ampla que inclui o relato de outros envolvidos e a leitura da imprensa e da sociedade; e se a imagem cobrada no presente proporciona lembranças desfocadas e estilizadas de alguns casos não vividos ou não sentidos, ela não deixa de ser elaborada e construída. Nesses termos, os fatos não ditos ficam à sombra de memórias vividas, selecionadas e narradas. Em outras palavras, o não-posicionamento frente ao golpe de 1964 o torna um não-dito, porque ele pode decompôr o discurso dos ex-militantes e a imagem do movimento estudantil dos anos de 1960. Daí ser necessário esquecê-lo,²⁴⁰ pela afirmação política feita no presente da rememoração do movimento estudantil se constituir em representante da sociedade, heroicizado como único sujeito consciente de seus problemas.

²³⁶ ORLANDI, Eni P. Oralidade e interpretação: movimento do dito e do esquecido. O imaginário da dispersão, do impreciso, do indistinto, daquilo que pode não ser assim. In: FERREIRA, Jerusa P. (Org.). *Oralidade em tempo e espaço*. São Paulo: Educ, 1990, p. 151.

²³⁷ Termo usado por Primo Levi a propósito das memórias dos Lager: desfocadas e estilizadas. In: LEVI, Primo. *Os afogados e sobreviventes*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

²³⁸ POLLAK, 1989, p. 8.

²³⁹ A edição de 13 de maio de 1964 do jornal de circulação estadual *Folha de Goiaz* divulga um convite seguido de informações sobre a organização da “Marcha da família com Deus pela liberdade”, organizada pela Associação Comercial de Dirigentes Lojistas de Goiânia, com apoio e presença de vários segmentos sociais, como representantes da mulher, da sociedade e dos estudantes goianos. No entanto, a participação e o apoio dos estudantes não são mencionados pelos entrevistados: eles só se referem à realização da marcha como momento de articulação da sociedade goiana rumo à extinção do perigo comunista no Brasil e discutem essa participação como processo de alienação da sociedade goiana. (FOLHA DE GOIAZ, ano XXIV, Goiânia, quarta-feira, 13 de maio de 1964, n. 5.555).

²⁴⁰ Ver: SEIXAS, 2003.

Capítulo 3

ESPAÇOS DA MEMÓRIA:
organização da militância

No início do século passado, o ex-aluno de Bérson e sociólogo Maurice Halbwachs publica *Os quadros sociais da memória* (1925): trabalho onde preconiza o estudo sobre a relação entre memória e sociedade e que continuará na obra póstuma *Memória coletiva*,²⁴¹ de 1949. A idéia central de Halbwachs é que a memória está fortemente ligada a grupos sociais e necessita do meio social para ser lembrada. Na década de 1980, influenciado pelas análises sociológicas de Halbwachs, Pierre Nora publica a obra *Les lieux de mémoire*, em que considera a memória, na contemporaneidade, prisioneira da história e identifica os lugares de memória como os únicos capazes de abranger a tensão entre memória e história, pois lhes compete a posição de testemunhas da memória exilada em busca de abrigo na história. Nesse caso, a memória existiria pelos vestígios da sociedade: arquivos, datas comemorativas, monumentos e outros que, unidos de forma inconsciente, organizariam a memória coletiva.²⁴²

Por outro lado, em vertentes díspares da de Nora, historiadores se posicionam frente às disputas entre memória e história, não as dispendo de forma oposta ou concorrente e sugerindo formas diferentes de interpretar os lugares (ou espaços) da existência dos indivíduos. Esse processo de atualização da memória cria espaços de rememoração que transcendem os *lugares* enfatizados por Nora: são lugares materiais, tais como praças, casas, ruas, cidades, e espaços das sensações, tais como dor, ressentimentos, esquecimento. Portanto, ocorrem processos de rememoração que congregam esses dois âmbitos: o material — que carrega a afetividade do indivíduo — e o sensorial — que, pelo sentimento, remonta a um espaço material. Compreendidos como local onde a memória está organizada, esse espaços ganham denotação de espaço físico, pois cristalizam, no presente, a ação do passado vivido; porém, são permeados de

²⁴¹ HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.







²⁴² NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, Educ, n. 10, 1993. Em uma perspectiva crítica, ver: SEIXAS, Jacy. Percursos da memória em terras da história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia. (Org). *Memória e (res) sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: ed. da Unicamp, 2001.

memórias afetivas, pois foram selecionados pelo envolvimento e pelos significados que indivíduos lhes atribuíram.

Essa relação que congrega espaço físico e espaço sentimental constitui o objeto de nossa análise neste capítulo, pois nos relatos dos ex-militantes estudantis goianos são enfatizados os espaços das ações do movimento estudantil. Para aí se dirigem a rememoração e atualização da memória no espaço da cidade de Goiânia, cuja área central é aqui priorizada em razão dos significados que evoca no imaginário goiano.²⁴³ Num segundo momento, discutiremos a justificativa dada pelos ex-militantes para concretizar suas ações. Como dissemos, o processo de radicalização inclui, além das justificativas de defesa, a elaboração de um herói e a seleção de certos fatos, em detrimento de outros. Contudo, as justificativas para a mobilização do movimento estudantil em Goiânia são dadas em dois planos: o da autonomia e o do nacionalismo.

3.1 Rua e praça: espaços de mobilização

Construída na década de 1930, Goiânia é a imagem da cidade *moderna*. Seu projeto urbano-arquitetônico prevê espaçamentos e organização de vias urbanas com ruas e avenidas interligadas por praças centralizadas em bairros e cujo centro de intersecção é a praça Cívica, onde estão o Palácio das Esmeraldas (centro do governo estadual), as secretárias estaduais e o Palácio de Campinas (espaço municipal).²⁴⁴ As avenidas nascem na praça Cívica em direção aos bairros — a princípio, denominados de fazendas. O elo entre o centro, o norte e o noroeste são as avenidas Tocantins e Araguaia (nome dos rios do estado), cortadas pela avenida Paranaíba (nome de outro rio), formando a imagem do Manto de Nossa Senhora Aparecida, como sugere o mapa a seguir.²⁴⁵

-  Praça dos Bandeirantes
-  Avenida Tocantins
-  Avenida Araguaia
-  Avenida Goiás
-  Avenida Anhangüera
-  Rua 10/avenida Universitária

²⁴³ Como as praças Cívica — sede do poder estadual e municipal e que tem, no centro, o monumento às Três Raças, aproximando e construindo, no imaginário goiano, um sentido de identidade nacional — e dos Bandeirantes — que cristaliza a imagem (contestadas por Sandes, como anunciada em qualquer manual de história) dos goianos como filhos do ouro e das bandeiras, organizando uma matriz identitária e historiográfica que influencia e seduz a *imaginação histórica*, dos pesquisadores e da população do estado. SANDES, 2002.

²⁴⁴ Ver: CHAUL, 2001a.

²⁴⁵ CHAUL, 2001a.



FIGURA 9 – Reprodução de mapa exibindo o centro de Goiânia e as avenidas que partem da praça Cívica rumo ao bairros²⁴⁶

Por outro ângulo, entre a praça Cívica e a avenida Parnaíba, estão as ruas 1, 2, 3, a avenida Anhangüera e as ruas 4 e 5. Na praça Cívica entre essas duas avenidas e rumo à estação ferroviária em linha reta, nasce a avenida Goiás (referência aos índios Goyases), que, no encontro com a Anhangüera, forma a praça dos Bandeirantes, que abriga a estátua-imagem do bandeirante: botas de cano alto, garrucha, peneira para mineração e costas para o mar.

Dentre as praças interligadas com a Cívica a oeste, está a praça Universitária, no bairro Universitário. Circundada pelo campus 1 da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pela Universidade Católica de Goiás (UCG), essa praça tem acesso à Cívica pela rua 10, que recebe o nome de avenida Universitária em sua extensão após a praça. Entre essas praças, na rua 10 próximo à praça Cívica, está a Catedral Metropolitana de Goiânia e a Cúria Episcopal do Estado, além da organização estudantil e dos poderes clerical e Executivo.

²⁴⁶ Fonte: disponível em: <<http://www.historianet.com.br/imagens>>. Acesso em: 5, dez. 2005.

Essa organização espacial racional e calculada advém da representação que o termo *modernidade* adquiriu em Goiás nos anos de 1930 e dos significados atribuídos aos termos *desenvolvimento* e *progresso*, derivados das transformações econômicas, políticas, culturais e sociais por que passou Goiás. A elaboração do significado de *modernidade*, *desenvolvimento* e *progresso* se opõe à imagem de *decadência* e *atraso*, dominante até a década de 1930 e direciona o olhar para o futuro: a *modernidade*, traduzido na imagem do político Pedro Ludovico Teixeira, considerado como intelectual e político representante de grupos organizados politicamente e centrados no rompimento com o passado. Esse olhar para as transformações espelhadas no imaginário da *modernidade* não estava só no combate às idéias e práticas da Primeira República; também no anseio por uma nova fase social, política e, sobretudo, econômica, sugerida pelas mudanças econômicas do sudeste e sul do estado e pelos debates sobre a transferência da capital do estado.

Nos embates políticos sobre as dualidades futuro–passado, moderno–tradicional, novo–velho, progresso–atraso travados nos anos de 1930 em Goiás, Goiânia se torna a materialização simbólica dos sentidos positivos contidos nos termos futuro, moderno, novo e progresso. Esse imaginário em torno de símbolos atribuídos coletiva e socialmente, bem como de forma histórica, alimenta e move a ação do *ser goiano*, que se projeta na arquitetura e urbanização do espaço central da nova cidade, da *nova capital*: projetada, sonhada e visualizada como *moderna* não apenas no presente de sua idealização, mas também no tempo da construção e das múltiplas vivências de seus moradores. Esses termos dicotômicos empregados para explicar a nova fase de Goiás em busca da modernidade — como esclarece diz Chaul²⁴⁷ — são construtos das novas formas de se pensar na relação homem–mundo, homem–natureza iniciada com o Renascimento europeu. Nesse sentido, ganham corpo gradativamente o imaginário e o projeto de domínio sobre a natureza pela técnica, razão e ciência; também ocorre — segundo esse autor — a associação entre novo e moderno. Com o surgimento da sociedade capitalista, essa associação, em oposição ao antigo, alicerça a idéia de progresso elaborada no século XVIII.

As noções de modernismo e moderno podem ficar mais claras com base no pensamento de Marshall Berman e Henri Lefebvre. Para este, modernismo como fato sociológico e ideológico é *a consciência que tomaram de si mesmo as épocas e os*

²⁴⁷ Ver: CHAUL, 2001a.

*períodos; as gerações sucessivas; [...] consiste, pois, em fenômenos da consciência, em imagens e projeções de si, em exaltações feitas de muitas ilusões e de um pouco de perspicácia.*²⁴⁸ Por sua vez, modernidade é entendida como momento de reflexão crítica compreendida por esse autor como contrário do *modernismo*, isto é, como [...] *reflexão principalmente, um espaço mais ou menos adiantado de crítica e autocrítica, numa tentativa de conhecimento.*²⁴⁹ Nessa ótica, modernidade é o resultado das reflexões sobre as transformações e contradições do mundo moderno. Para Berman, tais transformações e contradições que moldam e significam o termo modernidade são compreendidas como conjunto de experiências adquiridas no cotidiano — isto é, no tempo e no espaço, de forma individual e coletiva — das várias possibilidades e dos perigos da vida. Essas experiências são adquiridas nesse processo contraditório que *cria conflitos, destrói valores, inventa concepções de mundo e de vida.*²⁵⁰ Ainda segundo esse autor, a modernidade anula as fronteiras geográficas e raciais, assim como as barreiras de classe e nacionalidade, para unir a espécie humana numa experiência ambiental. Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição: é ser *revolucionário e conservador*; é estar atento e aberto ao novo, ao desconhecido, na expectativa de aventuras modernas que conduzam à expectativa do rompimento do que está pronto e conhecido, à expectativa de criar algo real, mesmo que desconhecido.

Nesses termos, Goiânia é elaborada como símbolo do moderno e da busca pela modernização de Goiás: imagem construída por políticos do início do século passado e agregada ao imaginário social dos goianos. Tendo em vista essa modernização cujo símbolo de materialização é a cidade, alguns estudos procuram explicar as transformações sociais, políticas e econômicas em Goiás após a década de 1930. Criase, então, a tese da expansão da economia capitalista no Brasil para explicar os crescimentos regionais com níveis diferenciados de acumulação; dessa tese derivam os termos moderno e atrasado para diferenciar os diversos pólos econômicos. As regiões reconhecidas como atrasadas foram incorporadas aos pólos economicamente hegemônicos, denominadas áreas periféricas do capital — onde, segundo estudos da época, Goiás se enquadrava. Essa linha de raciocínio norteou estudos na historiografia goiana, a exemplo dos trabalhos de: Paulo Bertran, *Formação econômica de Goiás* (1978); Ana Lúcia da Silva, *A revolução de 30 em Goiás* (1982); Barsanulfo Gomides

²⁴⁸ LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

²⁴⁹ LEFEBVRE, 1969.

²⁵⁰ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 15.

Borges, *O despertar dos dormentes* (1982); Francisco Itami Campos, *Coronelismo em Goiás* (1983); e Nars Fayad Chaul, *A construção de Goiânia e a transferência da capital* (1988).

Outra vertente de definição moderna para Goiás se refere ao aspecto arquitetônico de Goiânia. Como dissemos, a cidade surge no imaginário dos goianos como materialização simbólica da modernidade e do estado, e a arquitetura e a urbanização são os exemplos desse processo, percebidas na divisão espacial e na construção de praças, ruas, prédios e monumentos. Em *Moderno e modernismo: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia, 1933 a 1950 — 1950 a 1964*, Márcia M. de Mello analisa a arquitetura em dois períodos distintos.²⁵¹ O primeiro começa em 1933 e finda em 1950, período em que começa a modernização do estado. Como justificativa para esse primeiro fluxo, ela aponta a influência do moderno no Brasil e sua formação em Goiás, as condicionantes históricas da mudança da capital, o plano Atílio de Correia Lima, o plano de Armando de Godoi, a firma Coimbra e Bueno, a Arquitetura deco, bem como as residências coloniais e normandas. O segundo fluxo compreende o período 1950–1964, justificado pela manifestação e consolidação do modernismo em Goiânia na arquitetura da cidade. Com base nessa análise, Goiânia não é só um espaço *desenvolvido*; também se inclui na perspectiva de modernidade nacional, pois acompanha as tendências que o país recebe e as materializa em suas construções. É moderna por ser planejada e ter localização estratégica no estado; porque o estado está integrado ao expansionismo econômico das teses do início do século XX; e porque sua arquitetura integra e acompanha o que é apresentado ao país como *moderno*. Em sua organização espacial e construção arquitetônica, Goiânia carrega a representação de poder e autonomia do estado. Imagens elaboradas pelas relações do espaço físico com os passantes reafirmam o olhar moderno e a concepção dos goianos de modernidade.

Na década de 1960, período de novas construções na cidade, como a criação da universidade pública e outra particular — coincidindo com o segundo fluxo desenvolvimentista proposto por Mello —, a organização espacial do centro da cidade será usada por movimentos sociais como mecanismo para tornar públicas as insatisfações e impetrar as reivindicações dos grupos organizados. Dentre esses grupos,

²⁵¹ MELLO, Márcia M. de *Moderno e modernismo: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia, 1933 a 1950 — 1950 a 1964*. 1996. Dissertação (mestrado em Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

o movimento estudantil goiano usou as imagens de poder e representação da arquitetura e urbanização do centro como artifício e busca de materialização do que reivindicava.

Esse imaginário em torno da arquitetura e urbanização de Goiânia percorre o espaço temporal e remonta às memórias dos ex-militantes estudantis na década de 1990, quando são entrevistados. O espaço central da cidade mediará a rememoração de protestos e enfrentamentos dos estudantes quando se materializam as manifestações e são usados os significados que tais espaços contêm e que são reproduzidos na sociedade goiana, no passado vivido desses ex-militantes e no presente de rememoração. Nesses termos, a praça Universitária é reconhecida pelos ex-militantes como local da organização estudantil, e a rua 10 como espaço onde o número de participantes nas passeatas é mencionado e cuja representação se traduz no fechamento da rua, a ponto de impossibilitar o tráfego e chamar a atenção das pessoas para a praça Cívica: centro do poder estadual. Tais manifestações ocorrem sob proteção da igreja católica. As principais avenidas da cidade — Goiás, Araguaia, Anhangüera, Tocantins, Paranaíba — e as ruas 1, 2, 3, 4 e 5 são reconhecidas como espaços da dispersão, da fuga e da proteção, proporcionada, segundo os ex-militantes, pela interligação entre as ruas, as avenidas e pelo número de casas comerciais. Assim, o espaço urbano de Goiânia será relatado como componente do processo de mobilização estudantil, pois proporciona e viabiliza o sucesso do movimento estudantil nas empreitadas contra os *inimigos*.²⁵²

Essas construções de memória embasadas em regiões são percebidas como lugares de memória, como espaço vivido e selecionado pelos seus significados atribuídos pelos ex-militantes. Os espaços estão ligados às ações, proporcionando sustentação nos relatos, pois, ao mencionarem a rua ou praça, percorrem uma imagem de espaço pré-conhecido no presente e cuja significação é moldada pela ação do movimento estudantil no passado vivido. As imagens das ações praticadas pelos ex-militantes se exprimem nos jornais de circulação do estado, fazendo surgir questionamentos. A princípio, as memórias são selecionadas e narradas para justificar e positivar a ação estudantil, pois foram vinculadas pela imprensa no passado vivido; ou então são selecionadas pelo caráter da ação dos estudantes, visto que tais espaços eram pré-selecionados em razão de suas características e dos significados que têm para os goianos.

²⁵² Ver primeiro capítulo: “Construções da identidade estudantil”.

Se compreendemos que as imagens estão interligadas nas memórias dos ex-militantes e nas fotografias veiculadas nos jornais do estado, não reconhecemos que foram construídas intencionalmente pelos ex-militantes; isto é, estes não tiveram acesso a essas fotografias antes da elaboração das narrativas sobre a militância na década de 1960. Entretanto, podemos afirmar que contribuíram para a elaboração da imagem do movimento estudantil pela sociedade goiana. Logo, usaremos as imagens dos jornais como mecanismos de orientação e ilustração das manifestações enfatizadas pelos ex-militantes.

Segundo Cardoso e Mauad, a fotografia é compreendida como *materialização da experiência vivida, doce lembrança do passado, memórias de uma trajetória de vida, flagrantes sensacionais ou, ainda, mensagens codificadas em signos.*²⁵³ Como a percepção e o olhar sobre os acontecimentos são experiências individuais, únicas, a leitura das ações e, por consequência, dos registros fotográficos vai ser diferenciada pelos significados que cada sujeito lhes atribui, tendo o papel fotográfico a representação desse olhar, da escolha e dos símbolos ali contidos. Ao pesquisador, cabe dialogar e interpretar tais imagens conforme o panorama cultural em que foram produzidas para compreendê-las como seleção e interpretação de uma visão do fato ocorrido.

No dizer de Gaskell,²⁵⁴ a fotografia é usada diária e equivocadamente apenas como *ilustração, auxílios de memória ou como substitutos de objetos descritos através dela*; são evitadas, pelos profissionais, as considerações e explicações sobre a consequência da fotografia em seu trabalho e nas sociedades que as interpretam. Segundo Mauad, essa questão pode ser interpretada com base no uso da fotografia pelos meios de comunicação, sobretudo pela linguagem fotojornalística de fotógrafos formados no ambiente do pós-Segunda Guerra. Para esse autor, tais fotógrafos têm como desafio ajudar a construir *uma sociedade democrática* via consumo de imagens: possibilitada pela multiplicação das mídias, haveria a redefinição de *padrões de visualidade de uma cultura urbano industrial*, e para isso seria usada a imprensa.²⁵⁵ Nesses termos, as imagens fotojornalísticas veiculam uma linguagem visual permeada por representações sociais em que ocorrem, segundo Mauad, a narrativa via imagem da

²⁵³ CARDOSO, Ciro F.; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do Cinema. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 405.

²⁵⁴ GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: ed. da UNESP, 1992, p. 241.

²⁵⁵ MAUAD, Ana Maria. Memórias do contemporâneo. *Nossa história*, São Paulo, fev./2006, p. 98.

experiência contemporânea no mundo; e cada tipo de fotografia se associa a um circuito social determinado pela agência que a produz — isto é, o profissional.

Segundo Meneses, ao analisar o fotojornalismo tendo por base o trabalho do fotógrafo Robert Capa, a proposta de análise documental distorce o uso inicial da fotografia estática e presa aos moldes estruturais e estéticos tradicionais, cujo traço geral mais evidente é *o caráter instantâneo que a imagem assume*.²⁵⁶ Essa nova elaboração fotográfica são os registros dos acontecimentos inesperados, numa composição não centralizada e não finalizada da ação, que promove, então, várias interpretações da imagem capturada. Percebe-se, assim, que as imagens fotojornalísticas têm dois momentos de seleção: um na elaboração do material (seleção do foco e da ação a ser capturada); outro na publicação desse material. Em um e outro, ocorre uma relação mediada por interesses e seleção dos fatos e da representação dos conteúdos noticiados.

As imagens fotográficas que analisamos são reconhecidas como um quadro ou uma leitura de uma realidade e um período num diálogo permeado pela percepção do indivíduo que registra a ação e do expectador — no caso do jornal, o leitor — que analisa a imagem e o conteúdo do material impresso. Nessa relação de imagens organizadas pela imprensa e pelos ex-militantes, as praças Cívica e dos Bandeirantes têm relevância no número de narrativas e nas imagens fotografadas exibidas pela imprensa; e isso nos remete aos significados desses dois espaços na elaboração do imaginário do espaço e da cidade *moderna*, presente no discurso da sociedade goiana e visualizada na imprensa local. Espaço central da cidade e local de organização política administrativa do estado e da cidade, a praça Cívica congrega prédios administrativos e o monumento às Três Raças; enquanto a dos Bandeirantes, no encontro das avenidas Goiás e Anhangüera, tem no centro a imagem do bandeirante, representando o grande conquistador e desbravador da região, bem como a riqueza mineral do estado.

Para os estudantes, além de o espaço ter significados preestabelecidos, a organização e o número de participantes ressoam como pontos positivos na militância. Esses espaços dinamizam a imagem do número de participantes; mesmo que nas fotografias ou nos relatos exista grande número de passantes ou curiosos, as dimensões do local criam a suposta imagem do número. Isso pode ser observado na fotografia da praça Cívica ao ser tomada por estudantes em defesa do governador Mauro Borges, em 1964, quando os caças enviados pelo governo militar sobrevoam a cidade.

²⁵⁶ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A fotografia como documento — Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 14, 2003 p. 134.

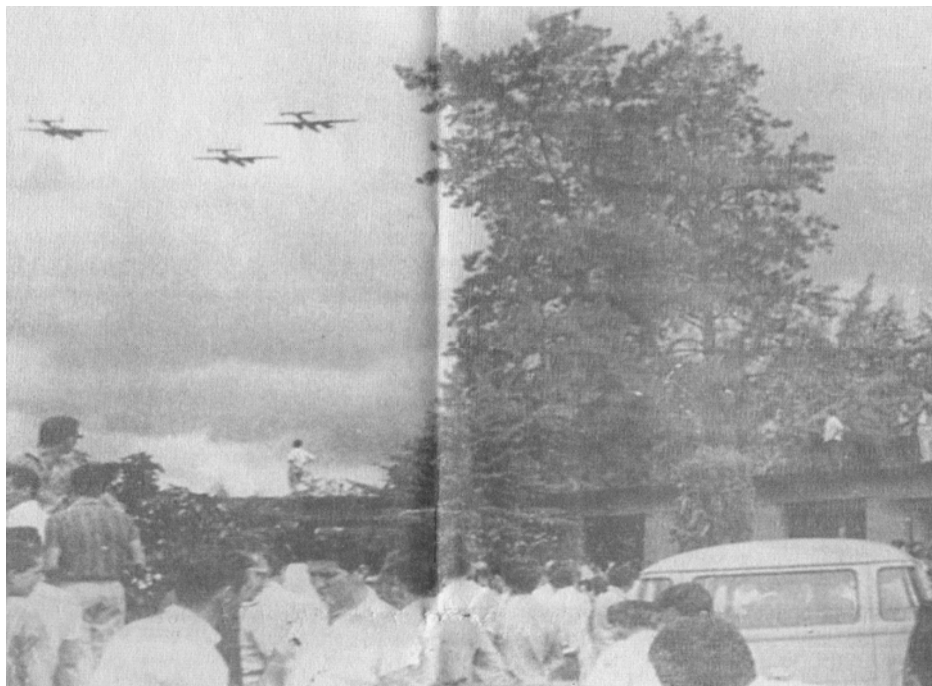


FIGURA 10 – Caças em vôos rasantes e ensurdecedores sobre o Palácio das Esmeraldas para aterrorizar e pressionar o governo e a multidão que se aglomerou na praça em apoio ao governador (1964)²⁵⁷

A imagem a seguir mostra os estudantes aglomerados na praça dos Bandeirantes, após a fuga da praça Cívica na mobilização contrária à morte de Edson Luís, no Rio de Janeiro,.

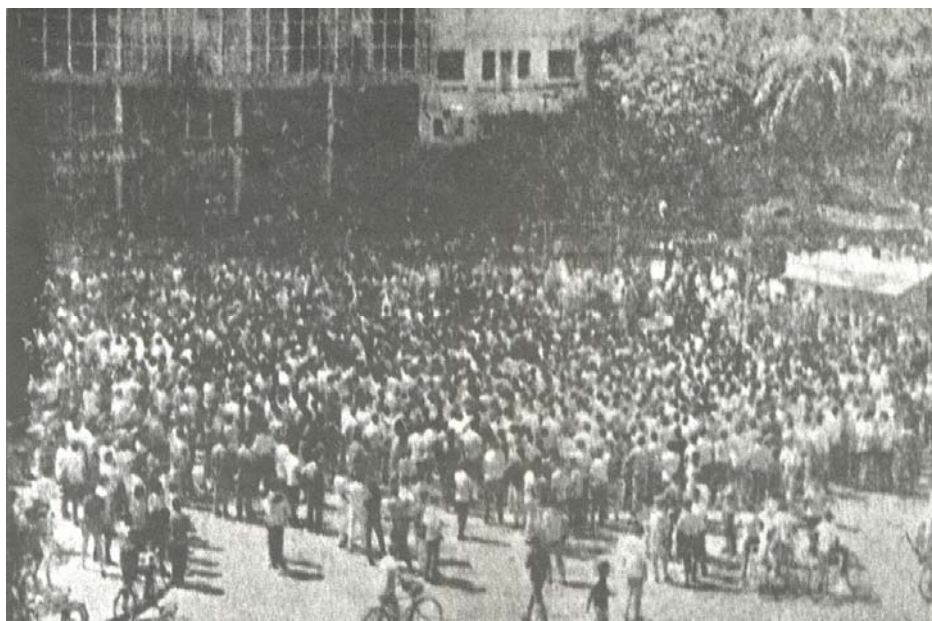


FIGURA 11 – Praça dos Bandeirantes tomada por estudantes em 1º de abril de 1968²⁵⁸

²⁵⁷ DIÁRIO DA MANHÃ. Goiânia.

²⁵⁸ O POPULAR. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 85.

Nessas duas imagens, é notável a relação entre fotojornalismo de notícia e a elaboração de dada memória. O momento capturado da ação instantânea remete a interpretações do fato: de início, pelo profissional, ao selecionar a imagem e escolher a publicação; depois, pelo leitor, que, com base na relação entre imagem e texto, elabora um reconhecimento da notícia, tendo como mediação a interpretação do local analisado e dos significados construídos *a priori* do espaço e dos agentes envolvidos. Por fim, a fotografia cristaliza a ação vivida pelos ex-militantes, que, em suas memórias, buscam narrar a ação, ora com detalhes (nomes, local, falas e sensações), ora como localização das ações individuais ou do movimento estudantil.

Não encontramos fotografias da aglomeração estudantil na praça Universitária, local de organização e início das passeatas. A imprensa se dedicou a registrar os eventos estudantis quando estavam em ação nos espaços significativos para a cidade e população goianiense nos aspectos econômicos e político, isto é, o espaço central, com seus símbolos e significados construídos historicamente. O fotojornalismo goiano elabora imagens fotográficas que produziam, na sociedade, visões díspares: apoio e críticas aos estudantes da capital. Noutros termos, os jornais mostram o uso que os estudantes fazem do espaço público como positivo — apóia as manifestações e a dinamização da participação estudantil — ou indevido — ressalta que dificultavam a caminhada dos pedestres ou o fluxo econômico e social do centro; também evidenciam a ociosidade dos estudantes, o que os marginalizava.

Espaço de lazer, de encontros e passagem de pedestres, as praças são usadas pelos estudantes como cristalização do poder do movimento estudantil e dos indivíduos que integram e estão nas mobilizações. Ao convocarem os estudantes a se reunirem nas praças, os líderes estudantis preconizam a imagem messiânica e de vanguarda do movimento, centralizadas no líder estudantil, que pronuncia *slogans*, provoca os inimigos e conclama os estudantes à mobilização. Ao mesmo tempo, usam o espaço público da cidade para externar as propostas do movimento estudantil e evidenciam a publicização da ideologia do movimento, apropriando-se, assim, dos diferentes significados de praças e ruas. As manifestações nas praças podem ser percebidas como o clímax do movimento, que se projetava até a chegada dos policiais, marcada pelo enfrentamento e pela fuga dos estudantes. Em algumas ocasiões, quando “vazava” a informação das manifestações, os policiais esperavam de prontidão pelos estudantes. Uma imagem imortaliza essa afirmação: a praça dos Bandeirantes cercada por policiais.

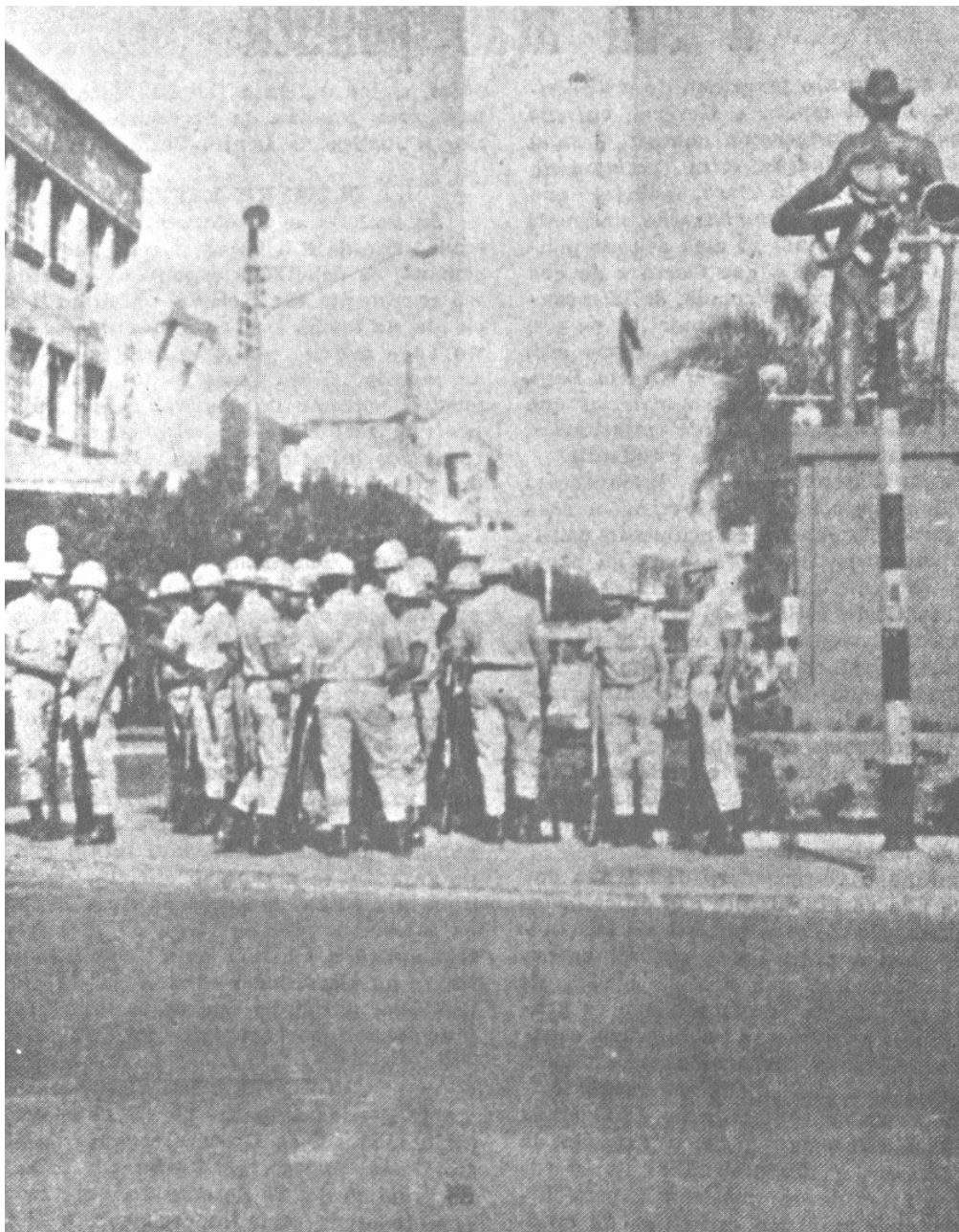


FIGURA 12 – Policiais militares de prontidão na praça dos Bandeirantes²⁵⁹

Se as praças são reconhecidas como espaço de aglomeração, as ruas são representadas como espaço de passeatas e fugas. No meio estudantil, as passeatas são o enfrentamento mediado por cartazes e faixas, com frases apelativas e desafiantes, seguidas de *slogans* e pronunciamento de curto alcance. A fotografia a seguir mostra a passeata de estudantes do Instituto de Educação de Goiás (IEG) por causa da mudança do nome da instituição para Escola de Educação Antônio Caiado; isto é, mostra as reivindicações pró-educação e contra as medidas e a repressão do governo militar.

²⁵⁹ O POPULAR. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 89.



FIGURA 13 – Protesto de estudantes do Instituto de Educação de Goiás²⁶⁰

Segundo a ex-militante Olga Darck Pimentel, a mudança de nome ocorreu nas férias; mas, no início das aulas, a direção do grêmio, de que ela fazia parte, *mobilizou os estudantes, decretando greve por tempo indeterminado*. A passeata foi para a Assembléia Legislativa, *instalando plantão de pressão na Assembléia de forma ininterrupta*.²⁶¹ A justificativa de Olga para a mobilização era a associação com a oligarquia dos Caiado, destituída da política goiana após 1930; contra essa associação havia a imagem de Pedro Ludovico e a construção de Goiânia, justificando as discussões anteriores sobre a defesa do governador Mauro Borges.

De início usada como espaço de protesto, a rua é reconhecida pelos ex-militantes como o espaço da fuga e, em alguns casos, de enfrentamento da repressão, representada pelos policiais. A imagem a seguir flagra policiais em perseguição a estudantes.



FIGURA 14 – Policiais perseguem estudantes no centro da capital goiana²⁶²

²⁶⁰ O POPULAR. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 87.

²⁶¹ In: DIAS; DIAS, 1990, p. 174.

²⁶² O POPULAR. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 86.

Visualizados pela fotografia dos jornais da década de 1960, esses espaços são recortes de imagens e espaços construídos pelos estudantes, isto é, do uso que fazem do espaço público, conduzindo a ação estudantil e determinando, intencionalmente ou não, a captura de imagens. São esses recortes que apontam os locais a serem priorizados: as praças ou ruas que fariam repercutir as mobilizações. Com isso, construíam outro mapa da cidade: o da ação (pelos estudantes); o da repressão (elaborado pelos representantes da ditadura militar); e o da rememoração (elaborado pelos ex-militantes no presente em que se recordam), pois — como nos lembra Seixas — é no presente que a memória é atualizada.²⁶³

Esse novo mapa, de significados diferenciados pelo olhar social e cultural dispensado pelos diferentes grupos envolvidos (militantes estudantis, representantes da repressão e da sociedade), é atualizado como espaço urbano decodificado e transformado simbolicamente nas memórias dos ex-militantes na década de 1990. Pode ser comparado com um labirinto de signos produzidos pelo distanciamento entre o real e o imaginário, em que os ex-militantes se transformam pelo discurso que impetram como sujeitos históricos do processo político em marcha nos anos de 1960 e sobre o qual refletiam no passado vivido e no presente de rememoração.

A elaboração do espaço da ação pela memória dos ex-militantes prioriza e gera significados às pessoas que vivem e conhecem tal espaço: uma outra Goiânia, uma cidade elaborada e construída por imagens físicas e psicológicas. Os símbolos e o poder simbólico²⁶⁴ desses espaços correspondem a uma cidade não conhecida, não pronta: em gestação. Ao buscarem uma nova Goiânia, embora a reconheçam como moderna, partem da perspectiva de transformação ideológica dos moradores, proposta cunhada na concepção revolucionária desses estudantes. No entanto, há uma relação contraditória no discurso destes ex-militantes: mesmo que evidenciem as transformações ideológicas da população goianiense, esta ocorre pela aceitação de tê-los como representantes por terem consciência e lutarem pela transformação do estado e por uma identidade goiana que a aproxime da identidade nacional.

Como dissemos, os espaços físicos de Goiânia são usados pelos estudantes e, depois, reconstruídos pelos ex-militantes pela proporção e pelos significados atribuídos a eles no imaginário goiano. Porém, ao se apoderarem desses espaços, constroem uma *autonomia* do movimento estudantil relativo à sociedade. Compreendidos como espaço

²⁶³ SEIXAS, 2001.

²⁶⁴ Ver: BACZKO, 1982.

de lazer e realização de atividades cotidianas, os espaços públicos são congregados em função do grupo de estudantes e suas reivindicações, visualizadas pela população, pela imprensa e pelos políticos do estado. A busca de *autonomia* do movimento estudantil é compreendida como fator de promoção das manifestações estudantis e do espaço da cidade como mecanismo para os tornarem conhecidos e respeitados pela sociedade. Ao evidenciarem uma referida *autonomia*, os ex-militantes são moldados pela angústia e pelo medo de perder os significados atribuídos por eles ao *ser estudante*.

A educação foi empregada para moldar as relações entre os estudantes, a sociedade e o governo. Segundo Germano,²⁶⁵ a política educacional do regime militar associa a escassez de verbas para a educação pública com o interesse pela eliminação do exercício da crítica e das ações políticas, objetivando a adesão de segmentos sociais para o projeto de dominação do regime. Com isso, inicia-se, então, o discurso da *privatização do ensino* e o *controle político e ideológico do ensino*,²⁶⁶ usando processos de repressão e perseguições a professores e alunos. Outro ponto indicado por Germano é o acordo educacional entre Estados Unidos (EUA) e Brasil: o conhecido MEC/USAID.²⁶⁷ Os recursos recebidos dos EUA até meados do governo Goulart — direcionados à educação primária e alfabetização de adultos — são suspensos pela discordância com o governo, para serem retomados no governo militar; porém, agora eram direcionados à educação superior. A associação desses fatores levou à radicalização dos estudantes rumo à autonomia educacional, política e social contrária à privatização e ao controle ideológico do ensino. Evidencia-se aí o nacionalismo da educação e da sociedade, contrários à política de intervenção internacional nos meios universitários gerada pela presença de um órgão dos EUA e pela modificação do ensino universitário brasileiro.

Essas discordâncias impulsionaram os embates entre estudantes e governo militar, justificados pela busca de autonomia e nacionalismo, assim como pelos posicionamentos cristalizados na seleção e no uso dos espaços físicos através de manifestações, passeatas e reivindicações. Os estudantes associaram as reivindicações por reforma universitária com a defesa da economia e dos bens naturais do país como pontos que cristalizavam o ideário de autonomia e nacionalismo, percebidos no discurso dos ex-militantes:

²⁶⁵ GERMANO, José Wellington. *Estado militar e educação no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

²⁶⁶ GERMANO, 2005, p. 104–5.

²⁶⁷ GERMANO, 2005, p. 104–5.

*A reforma educacional era uma das chamadas reformas de base constante no ideário nacionalista e progressista da época. Além disso, como medidas de modernização do Brasil e um desenvolvimento para o povo. [...] Outras bandeiras [...] uma forte gritaria contra as multinacionais/imperialismo americano do norte. [...] a favor da cultura popular, alfabetização.*²⁶⁸

O ideário nacionalista assumido pelos estudantes na década de 1960 e enfatizado nos relatos dos ex-militantes se justifica por uma construção histórica, enfatizada por Vidal e Souza, relativa à conquista do espaço iniciada com a penetração dos bandeirantes, e reconhecida como *gênese de um país com identidade própria*.²⁶⁹ Segundo essa autora, a imagem do bandeirismo se agrega às representações de conquista do território, atuando no mecanismo de construção cultural e inserção no processo simbólico de construção da nação brasileira.²⁷⁰ Da mesma forma, a sociedade goiana faz associações com a imagem do bandeirante na praça dos Bandeirantes: essa parte da Nação integra o estado ao país.

Os ex-militantes estudantis deixam transparecer imagens reconstruídas que denotam a autonomia do movimento estudantil goiano e, em alguns casos, uma comparação de ostentação com o movimento nacional. Realizações comumente apontadas como a construção e transferência da capital federal do estado, aprovação e criação da UFG e CEU (no fim da década de 1950, início da de 1960), além do apoio ao governador Mauro Borges após sua deposição do cargo pelo governo militar, em 1964; a reconstrução desse processo é comparada pelos ex-militantes com a mobilização do maio francês e suas barricadas, ao enfatizar o uso das armas em defesa de um político.

Contudo, as reivindicações dos estudantes goianos em prol da autonomia e do nacionalismo constituem o discurso e a ação em âmbito estadual e nacional, num processo discursivo de integração ao movimento estudantil organizado em âmbito nacional. Para os ex-militantes, ser brasileiro correspondia a ter acesso a uma educação com moldes *nacionais*, interpretados como *nacionalistas*; e ter autonomia em seu país era contrariar as determinações dos EUA e dos militares para a educação e a política. Assim, autonomia e nacionalismo se atrelam a fatos da educação como o acordo

²⁶⁸ Pedro Wilson. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

²⁶⁹ VIDAL E SOUZA. Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: ed. da UFG, 1997, p. 41.

²⁷⁰ VIDAL E SOUZA, 1997, p. 41

MEC/USAID e os acordos políticos com os EUA. Como afirma o ex-militante Juarez Ferraz de Maia,

*[...] a luta contra esses acordos por mais verbas para a educação, pela democratização e autonomia das instituições de ensino, se expressa enquanto força motriz para o desencadeamento das mobilizações contra a ditadura militar e o imperialismo.*²⁷¹

A *força motriz* do movimento estudantil se cristaliza em dois pontos discutidos: busca de autonomia e nacionalismo com justificativas para a defesa da sociedade. Ao serem compreendidos pelos estudantes, esses dois pontos promovem a consciência estudantil: motiva as ações e construções simbólicas dos estudantes, reafirmadas nos relatos dos ex-militantes. Justificam a defesa do país com as bandeiras impetradas *a favor das riquezas nacionais (petróleo, minérios, energia, Amazônia, produção para o mercado interno*²⁷²), enfatizando a educação, pois *havia ainda bandeiras a favor da cultura popular, alfabetização com o método Paulo Freire, movimento de alfabetização da Igreja.*²⁷³ Nessa defesa da educação, da economia e das riquezas naturais, os ex-militantes se aproximam de uma imagem que reafirma o nacionalismo no presente de rememoração; pois são esses agentes políticos em elaboração de discurso afirmativo e ponderado de *heróis* do passado que representam a geração, o movimento estudantil e as propostas da década de 1960.

Os ex-militantes buscam o reconhecimento da ação do passado no presente, projetadas no futuro, com base na educação e na política. Constroem e reafirmam a imagem do herói nos diferentes tempos da ação, do vivido e do rememorado. O ex-militante, ex-deputado federal filiado ao PCB, em Goiás, na década de 1990, Aldo Arantes faz essa construção de imagens e elaboração temporal:

*[...] eu fui o primeiro goiano presidente da Une [...] sempre estou à disposição de vocês inclusive em debate [...], pra discutir, pra aprofundar aí mais especificamente essa questão da CPI, do Collor, vocês sabem, eu fui Deputado Federal, eu tenho uma série de informações [...] e me coloco à disposição [...] para debates que [...] vocês interessem em fazer sobre essa questão.*²⁷⁴

²⁷¹ In: DIAS; DIAS, 1990, p. 168.

²⁷² Pedro Wilson. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

²⁷³ Pedro Wilson. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

²⁷⁴ Aldo Arantes. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

A política organizacional do movimento estudantil e de seus ex-militantes no presente de rememoração denota a política enfatizada por Rosanvallon,²⁷⁵ para quem a política e a história do político não são domínio ou instância, mas um lugar. E nesse lugar do *político* é articulada, socialmente, a representação simbólica que enraíza a experiência coletiva e a reflete.²⁷⁶ Organizadas num tempo e espaço, as memórias dos ex-militantes evidenciam não necessariamente o passado, mas a imagem e seus significados elaborados do passado, cristalizados no presente; também conduzem a disputas ou lutas de representação individual frente ao coletivo. Borges nos alerta sobre o uso e as manipulações da história, constantes na prática política: *procura-se sempre reconstruir o passado em função de tendências políticas do momento.*²⁷⁷

As memórias desses ex-militantes são, antes, memórias políticas, reconstruídas pela relação sentimental que têm e pela necessidade de afirmação no tempo presente. Nessa rememoração política, o espaço e os objetivos de autonomia e nacionalismo são evidenciados: os ex-militantes vivenciaram o movimento estudantil e realizam os objetivos para justificá-lo no presente, construindo uma imagem a ser seguida, aclamada e respeitada. Vinculam-se à política institucional e partidária de Goiás: *ser estudante* remonta à imagem da consciência e da responsabilidade pela sociedade, cujo caráter de autonomia e nacionalismo não se perde no passado porque é reconstruído e remontado conforme os interesses da sociedade no presente. A imagem do estado e os espaços de militância são organizados à luz de uma prerrogativa política e imaginária para promover e instituir o tempo presente segundo as necessidades e os interesses desses ex-militantes. Logo, a educação no país é usada para unir os militantes do passado aos jovens no presente, e a sociedade que justificam defender no passado é apontada como justificativa do posicionamento político partidário. Além disso, educação e sociedade ressoam como propostas políticas defendidas no presente, justificadas pela representação da ação no passado.

Essas construções do passado no presente projetadas no futuro vão permear a ação e as propostas de autonomia e nacionalismo feitas nos relatos dos ex-militantes estudantis goianos. As memórias são atualizadas segundo as necessidades de afirmação no presente: apropriam-se do passado e o atualizam com prerrogativas para o futuro.

²⁷⁵ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista brasileira de história*, ANPUH: Contexto, n. 30, 1995.

²⁷⁶ ROSANVALLON, 1995, p. 30.

²⁷⁷ BORGES, Vavy P. História e política: laços permanentes. *Revista brasileira de história*, São Paulo: Marco Zero, 23/23, 1992, p. 11.

Como afirmou René Rémond, *o campo do político não tem fronteiras fixas*.²⁷⁸ E a memória desses agentes será usada como representação de imagens elaboradas e atualizadas constantemente, de acordo com o tempo presente em que os indivíduos estejam inseridos, necessitando de afirmação. Mesmo projetadas no futuro, é no tempo presente que ela é atualizada, reconstruída e usada politicamente; os projetos e promessas para o futuro continuam imateriais, só no imaginário da população.

²⁷⁸ RÉMOND, René. *Do político*. Por uma história política. Rio de Janeiro: ed. da FGV, 1996, p. 442.

Considerações Finais

Com esta pesquisa, procuramos compreender como os ex-militantes estudantis goianos que atuaram em Goiânia selecionam e reconstruem suas memórias sobre a militância na década de 1960, influenciadas pelo contexto político e social do presente de rememoração — a década de 1990. Tais memórias e as imagens que dela derivam denotam o caráter da ação, explicada pela consciência política dos estudantes. No discurso dos ex-militantes, os estudantes se tornam representantes e defensores da sociedade, além de se reconhecerem como inimigos dos representantes do governo militar, a exemplo dos diretores das instituições de ensino e os policiais. No entanto, apontam seus inimigos não apenas porque prejudicam a sociedade, mas também, e essencialmente, porque esses inimigos inviabilizam projetos dos estudantes como a ascensão social pela educação.

Em suas narrativas, os ex-militantes constroem a noção de imparcialidade: ser estudante é ser imparcial e consciente politicamente, vinculando a imagem de austeridade à sociedade. Contudo, essa imagem de imparcial está direcionada ao não-posicionamento político praticado pelos militares; daí que são eles parciais ao movimento estudantil. Assim, destacamos que as auto-imagens construídas pelos ex-militantes evidenciam o caráter político da ação no presente da rememoração dos fatos: busca de reconhecimento que não só está no passado, como também se justifica no presente pela atuação político partidária. Logo, o relato dos ex-militantes reafirma a perspectiva de representantes da sociedade no presente e no passado: no presente, eles têm o caráter do *ser estudante* construído na década de 1960, consciente e imparcial/parcial, e reelaborado no presente, conforme as necessidades apresentadas na década de 1990.

Essa perspectiva criada pelos estudantes como representantes da sociedade é fundamentada e cristalizada no presente pela educação e pela política. A imagem do *ser estudante* organizada pelos ex-militantes é o ponto que desvincula as auto-imagens de outros políticos; e para tal diferenciação, enfatizam como justificativa a experiência e a consciência adquiridas no processo educacional e político da militância estudantil. A consciência política, social e econômica a que os ex-militantes se referem é possibilitada pelo saber científico proporcionado pelas instituições de ensino. No dizer dos ex-militantes, essa consciência os diferencia política e socialmente.

Com base nas memórias, uma experiência enfatizada na criação da imagem do indivíduo é o fato de os ex-militantes não se considerarem como parte da sociedade da década de 1960, definida por eles como *alienada e apática*. Isso porque se encontram numa posição privilegiada em relação à sociedade em seu conjunto. Tal imagem é construída pela vivência e pelo olhar consciente que acreditam ter no presente e no passado, adquiridos pela participação no que definem como *dias terríveis* da história política brasileira. Dentre as imagens elaboradas pelos ex-militantes, a caracterização de heróis em 1968 denota o caráter de um passado *romântico*, por acreditarem numa realidade diferente e possível.

Entretanto, no presente o romantismo revolucionário característico dos movimentos sociais de 1960 se mostra inviável e desacreditado: torna necessário o não-esquecimento da ação desses ex-militantes no passado — tempo a que se referem pela (re)criação de estudantes - heróis. Assim, ao construírem a imagem de um herói goiano cuja referência é a imagem do herói estudantil morto no Rio de Janeiro, os ex-militantes estudantis se aproximam de uma identidade nacional cuja retomada é referida por eles no presente de rememoração.

Noutra imagem construída pelos ex-militantes, a preocupação em não relatar, questionar ou criticar o não-posicionamento no golpe militar, em 1964, mostra-se como necessidade de afirmação do movimento estudantil e do caráter do ser estudante. O golpe está subentendido nas narrativas dos ex-militantes como divisão da mobilização estudantil. Ao omitirem o não-posicionamento estudantil contra as articulações militares e o golpe, os ex-militantes desvinculam o caráter de responsabilidade. Daí, então, a necessidade de promover o esquecimento no presente, isto é, para não desconstruir a auto imagem de representantes da sociedade.

Não acreditamos que o fato fora esquecido, mas sim que redimensionaram a seleção das memórias sobre 1964, incluindo outros aspectos como a deposição do governador Mauro Borges, em Goiás — comparada ao golpe e, em alguns casos, justificativa para a mobilização e conscientização dos estudantes goianos. Nesse processo de seleção e afirmação das imagens, que não mencionam o fato de 1964, os ex-militantes enfatizam 1968 como ano *mágico e inesquecível*, dado o caráter de identidade e imagem positiva do movimento estudantil. Nesse sentido, são as atividades e a relação positiva idealizada e construída no processo de atuação no movimento estudantil que influenciam e compõem as imagens da militância e do movimento estudantil goiano.

Essas imagens têm como espaço de organização e mobilização as ruas e praças de Goiânia, usadas pelo movimento estudantil como espaços de ação e lócus da busca de autonomia estudantil e nacionalismo. Dentre esses espaços selecionados pelos estudantes para cristalização da militância estudantil, estão as praças Cívica, dos Bandeirantes e Universitária, bem como as ruas e avenidas circunvizinhas, como as avenidas Goiás, Tocantins, Paranaíba, Araguaia e Anhangüera, e as ruas 10, 4, 5, dentre outras. Tais espaços simbolizam o poder de Estado e o desenvolvimento econômico, político e social para os goianos; logo, as manifestações estudantis feitas aí dão visibilidade e reconhecimento à ação do movimento estudantil no passado vivido e no presente rememorado.

As imagens do movimento estudantil goiano são usadas pelos ex-militantes como processo de afirmação política diante de seus interlocutores: os estudantes do presente. Os ex-militantes se auto-reconhecem como referência do movimento estudantil goiano na década de 1960 e dos políticos na década de 1990.

FONTES DE PESQUISA

CADERNOS DE ENTREVISTAS — volumes I, II e III (resultantes do projeto de pesquisa “O movimento estudantil goiano. Trinta anos de história — 1960–1990”). Centro de Pesquisa Histórica. Universidade Católica de Goiás.

Entrevistados:

- Bianor Ferreira de Lima: atuou no movimento estudantil no período de 1960 e 1963. Foi vereador e deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), cassado pelo Regime Militar.
- Hélio Garcia Duarte: atuou no movimento estudantil entre 1969 e 1971.
- Juarez Barbosa: atuou no movimento estudantil entre 1962 e 1960. Vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)
- Liz Elizabeth Amorim Melo Duarte: atuou no Movimento Estudantil no período de 1969 a 1972.
- Nilva Maria Gomes Coelho: atuou no movimento estudantil entre 1965 e 1968.
- Pedro Wilson Guimarães: atuou na década de 1960, formado em Ciências Sociais e Direito, ajudou a fundar a Ação Popular (AP) e o Partido dos Trabalhadores (PT).
- Valdi Camércio: participou do movimento estudantil no período de 1967 a 1971.

DIAS, Renato; DIAS, Ricardo. *Desafiando a utopia*. Goiânia: ed. da UCG, 1990. 188p.

Entrevistados:

- Allan Kardeck Pimentel: foi presidente do Grêmio Literário Felix de Bulhões, dirigente regional da VAR-Palmares.
- Athos Magno Costa e Silva: em 1968 — presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Uberlândia (DCE/UFMG); em 1970 — guerrilheiro da VAR-Palmares.
- Athos Pereira da Silva: militante vinculado à Aliança Libertadora Nacional (ALN) e ao PCB.
- Euler Ivo Vieira: em 1968 — presidente do Grêmio Wander Borges, Vice-Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundarista (UBES), Militante da AP.
- Juarez Ferraz de Maia: entre 1967–68 foi presidente da CGE.
- Marcantônio Della Corte: foi dirigente secundarista do Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1966, e dirigente do comitê secundarista do PCB, em 1968.
- Olga Darck Pimentel: em 1968 foi presidente do Grêmio do Instituto de Educação de Goiás (IEG); em 1969 se integrou ao Colina, engajando-se no processo de luta armada.
- Paulo Silva de Jesus: foi presidente do Grêmio Livre Wander Borges e militante do PCB.
- Pedro Wilson Guimarães: em 1968 foi estudante de Ciências Sociais e militante da AP.

– Valdi Camárcio: em 1968 foi dirigente do Centro Acadêmico de Medicina; em 1969, presidente do DCE da Universidade Federal de Goiás.

DUARTE, Terezinha. *O movimento estudantil em Goiás — Trinta anos de História — 1960–1990*. Goiânia, 1993. 50p. Relatório Final (Projeto desenvolvido sob a coordenação do prof. Gil César Costa de Paula) — Universidade Católica de Goiás.

Entrevistas

ARANTES, Aldo. *Entrevista*. Goiânia, 14 de junho de 2002. Ex-militante estudantil, ex-presidente da União Nacional do Estudantes (UNE), filiado ao PC do B em Goiás.

MAIA, Cláudio. *Entrevista*. Goiânia, agosto de 2001. Aluno do curso de História e participante do movimento estudantil em 1990; em 2001, professor do curso de História da UFG, Campus de Catalão.

DIAS, Waldomiro. *Entrevista*. Goiânia, março de 2002. Ex-militante, integrante do grupo “Tortura nunca mais”, em Goiás; irmão do estudante e desaparecido político Marco Antônio Dias.

Arquivos consultados – Arquivo Histórico Estadual de Goiás

Jornais consultados

4º PODER: maio/1964

CINCO DE MARÇO: jul./1961; jan.–nov./1967; dez./1968; dez./1969

CORREIO DO ENSINO: maio/1969

DIÁRIO DE GOIÁS: jul.–ago./1964

FOLHA DE GOIÁS: jan.–dez./1959; jan.–out./1960; jul.–ago./1961; mar.–maio/1964

GAZETA DE GOIÁS: jul.–ago./1964

JORNAL BRASIL CENTRAL: jul./1961; jan.–nov./1967; dez./1969

JORNAL DE NOTÍCIAS: jan.–dez./1959; jan.–jul./1960

O POPULAR: mar., nov., e dez./1964; nov./1966

O SÃO LUIZ: nov./1961; fev./1962

O UNIVERSITÁRIO: out./1961

TRIBUNA DE GOIÁS: set.–out./1963

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil (1964–1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AMAZONAS, João et al. *Uma epopéia pela liberdade: guerrilha do Araguaia 30 anos*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática/Brasília, 1988.
- ARNS, Evaristo. *Brasil: nunca mais — um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Anthropos – Homem. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 5. Porto: Einaudi–Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1985.
- BÉRGSON, Henri. *Matéria e memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BORGES, Barsanufio Gomides. *O despertar dos dormentes*. Goiânia: ed. da UFG, 1990.
- BORGES, Vavy P. História e política: laços permanentes. *Revista brasileira de história*, São Paulo: Marco Zero, 23/23, 1992.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: _____. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CARDOSO, Ciro F.; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista de estudos avançados*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, USP, n. 5/11, 1991.
- CHAUL, Nars Fayad. (Coord.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Kelps, 1998.
- CHAUL, Nars Fayad. *A construção e a transferência da capital*. 2ª ed. Goiânia: ed. da UFG, 2001a.
- CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás — da construção da decadência aos limites da modernidade*. 2ª ed. Goiânia: ed. da UFG, 2001b.
- DIAS, Renato; DIAS, Ricardo. *Desafiando a utopia*. Goiânia: ed. da UFG, 1990.
- DREIFUS, René A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento das clínicas*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. *O Brasil Pós-“Milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GABEIRA, Fernando O que é isso, companheiro? Rio de Janeiro: CODEGRI, 1979.
- GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: ed. da Unesp, 1992.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1984.
- GERMANO, José W. *Estado militar e educação no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GURGEL, Roberto M. *Extensão universitária; comunicação ou domesticação*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HELOU, Suzana (Org.). *Césio-137: conseqüências psicossociais do acidente de Goiânia*. Goiânia: ed. da UFG, 1995.
- HODGKIN, T. Mahdisme, messianisme et marxisme dans le contexte africain. In: _____. *Présence africaine*. Paris, 1970.
- HOLANDA, Heloisa B. de; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HOLANDA, Heloisa B. de. *Impressões de viagem*. CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca*. O capitão da guerrilha. São Paulo: Global, 1980.
- LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LEVI, Primo. *Os afogados e sobreviventes*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LOPES, Maria Aparecida de S. (Org.) *Fronteiras, paisagens, personagens, identidades*. São Paulo: Olho d'água, 2003.
- MACHADO, Maria Cristina T. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: ed. da UFG, 1990.
- MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil*. 1916–1985. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- MATTOS, Olgaria C. F. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MAUAD, Ana Maria. Memórias do contemporâneo. *Nossa história*, São Paulo, fev./2006.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A fotografia como documento — Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 14, 2003.
- MORAES, D. A. *Esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MORAIS, Tais; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia. Os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração, 2005.
- NETTO, Antonio G. M. et al. (Coord.). *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: ed. da FGV, 1987.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo (SP): Educ, n. 10, 1993.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Oralidade e interpretação: movimento do dito e do esquecido. O imaginário da dispersão, do impreciso, do indistinto, daquilo que pode não ser assim. In: FERREIRA, Jerusa Pires (Org). *Oralidade em tempo & espaço*. São Paulo: Educ, 1990.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- PEREIRA, Carlos Alberto. *O que é contracultura*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9–27, 1995.
- POLLAK, Michael. Memória e esquecimento. *Revista estudos históricos*, Rio de Janeiro, ed. da FGV, n. 3, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. Projeto história, 1997.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. 4ª ed. Rio de Janeiro: ed. da FGV, 2001.
- REIS FILHO, Daniel A. *A revolução faltou ao encontro*. MCT/CNPq: Brasiliense, 1990.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: ed. da FGV, 1996.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista brasileira de história*, ANPUH, Contexto, n. 30, 1995.
- SANDES, Noé Freire. Memória, nação e região: a identidade em questão. In: _____. (Org). *Memória e região*. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas). Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.
- SCHWARZ, Robert. Cultura e política, 1964–69. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SEIXAS, Jacy Alves de. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: GUTIERREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos da memória em terras da história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia. (Org). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: ed. da Unicamp, 2001.

SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a história? *Projeto história*, v. 24, São Paulo: Educ, 2002.

SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários; Memória da Guerrilha Perdida*. São Paulo: Global, 1981.

TEIXEIRA, Maria Dulce L. *Mauro Borges e a crise político-militar de 1961 em Goiás: movimento da legalidade*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.

THOMPSON, E. P. A Miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1981.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIDAL E SOUZA, Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: ed. da UFG, 1997.

ZUMTHOR, Paul. *Tradição e esquecimento*. São Paulo (SP): Hucitec, 1997.

Monografias, dissertações e teses

ALVES, Josefa Aparecida. *Sociabilidades urbanas: o olhar, a voz e a memória da praça Tubal Vilela (1930–1962)*. 2004. Dissertação (mestrado em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BORGES, Barsanufio Gomides. *Goiás: modernização e crise (1920–1960)*. 1994. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Ciências, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARDOSO, Lucileide C. *Memória e poder — as criações memorialísticas e o regime de 64*. 1993. Dissertação (mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. (Mimeo).

DUARTE, Teresinha. *Entre a realidade e a utopia. O movimento estudantil goiano na década de 60*. 1994. Monografia (graduação em História) — Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

FERNANDES, Marilena J. A. *História, memória e (res)sentimento: Pedro Ludovico Teixeira*. 2002. Dissertação (mestrado em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MARINHO, Marcelo B. *Identidades em construção — suas matrizes ideológicas e mecanismos discursivos. A propaganda nos projetos de modernização de Goiás. A nova capital: Goiânia — décadas de 1930–1940*. 2001. Dissertação (mestrado em História) — Faculdade de História da Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

MELLO, Márcia M. de. *Moderno e modernismo: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia, 1933 a 1950 — 1950 a 1964*. 1996. Dissertação

(mestrado em Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

REDUCINO, Marileusa de Oliveira. *Uma praça e seu entorno: plasticidades efêmeras do urbano, Uberlândia — século xx*. 2003. Dissertação (mestrado em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de Trinta em Goiás*. 1982. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Ciências, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Documentos em meios eletrônicos

URL: www.historianet.com.br/imagens. Acesso em: 5 de dez. 2005.

<http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0105-03.htm>>.

www.historianet.com.br/imagens/cem_mil_2.jpg

http://www.une.org.br/cuca/poder_jovem.asp>. Acesso em: 3 de jan. 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)